A Melhor Energia do Brasil.

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014 3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 3
BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA 5
NOSSOS NEGÓCIOS 8
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS 12
AMBIENTE REGULATÓRIO 25
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES 29
INVESTIMENTOS 31
MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS 36
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS 38
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO 39
GOVERNANÇA CORPORATIVA 40
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES 40
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS 41
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO 43
RESPONSABILIDADE SOCIAL 45
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS 53
CONSIDERAÇÕES FINAIS 56
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO 57
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA 58

BALANÇOS PATRIMONIAIS 59
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 61
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES 62
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO 63
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 65
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 68
1. CONTEXTO OPERACIONAL 68
2. BASE DE PREPARAÇÃO 75
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO 96
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES 98
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS 105
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 108
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 108
8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA 109
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 110
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 110
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 113
12. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) 114
13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO 114
14. INVESTIMENTOS 119
15. IMOBILIZADO 135
16. INTANGÍVEIS 141
17. FORNECEDORES 143
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 143
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 144
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS 150
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 150
22. PROVISÕES 156
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 167
24. RECEITA 172
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 175
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 178

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 179
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 182
29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO 190
30. SEGUROS 193
31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS 194
32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 194
33. EVENTOS SUBSEQUENTES 194

PARECER DO CONSELHO FISCAL 200

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES 201

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 202

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Companhia" ou "Cemig") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Na posse da nova Diretoria da CEMIG, em 23 de janeiro de 2015, O Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, descreveu, em breves linhas, as diretrizes que orientarão a atuação da Cemig nos próximos anos:

"Não vai faltar apoio do Governo do Estado, para que o principal objetivo que eu acho que está posto, que é conciliar o interesse legítimo dos acionistas, interesse pela produtividade, pelos resultados, pelo desenvolvimento, com o interesse bem legítimo dos trabalhadores com condições seguras de trabalho e salários adequados, e o interesse dos consumidores de eficiência e qualidade."

"Então não há nenhuma contradição entre buscar o que o acionista quer, que é legítimo, como também conciliar com o que o consumidor deseja e o trabalhador espera. Esse é o grande desafio da Cemig e creio que é o grande desafio de qualquer empresa que combina Estado como o acionista e interesse privado legítimo também como acionista. É um desafio que eu tenho certeza assim que o conselho vai saber julgar e a diretoria também. "

Temos a percepção clara do desafio.

A Cemig sempre teve e continuará tendo um papel de relevância no setor energético brasileiro, atuando como um dos grandes grupos consolidadores do setor e utilizando-se da sua experiência, nos mais de 60 anos de existência, na implantação de grandes empreendimentos.

Temos alternativas viáveis de crescimento usufruindo das oportunidades que o setor oferece, além daquelas que já representam vetores de crescimento vigorosos tais como o setor de gás natural e de geração de energia renovável.

Claramente a prioridade maior no curto prazo é abordar de maneira adequada a discussão sobre a extensão dos contratos de concessão das Usinas de Jaguara, São Simão e Miranda. As dificuldades são muitas, porém buscamos a melhor solução para a disputa judicial através de negociação com o Governo Federal.

Merece destaque a aliança de ativos de geração que fizemos com a Vale S.A., criando uma nova empresa, a Aliança Geração de Energia S.A., que já nascerá com ativos combinados superiores a R$4,5 bilhões, 45% de participação da Cemig, e início das atividades a partir de março de 2015. Com essa associação, elevamos o potencial de gerar novos negócios e maximizar resultados na área de geração de energia, em virtude da combinação das experiências em gestão operacional, financeira e de projetos.

Na área de distribuição de energia, teremos investimentos previstos para o período de 2015 a 2018, data da próxima revisão tarifária, próximos a R$3 bilhões, o que demonstra o nosso compromisso com o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e de prover energia de qualidade aos nossos 8 milhões de consumidores no Estado de Minas Gerais.

Além do seu programa de investimentos, a Cemig é uma companhia com qualificação e corpo técnico altamente capacitado para atuar firmemente, junto ao governo estadual e federal, no aprimoramento do sistema tarifário de energia, na redução dos custos de geração de energia e no atendimento com mais qualidade aos consumidores.

Aos nossos acionistas, a mensagem que queremos passar nesse primeiro momento é ressaltar o relevante papel que vocês possuem para a Cemig e mantermos o propósito de continuarmos sempre juntos buscando os melhores resultados para todos aqueles que formam os pilares desta Empresa.

Trabalharemos sempre de forma transparente e consideramos que um de nossos desafios é encontrar a medida ideal para que todos os nossos públicos estejam plenamente satisfeitos. Uma política de dividendos que atenda aos acionistas e à necessidade de crescimento para garantir a participação de mercado de uma empresa de seu porte.

No que se refere a gestão operacional, vamos buscar atender aos critérios de eficiência e qualidade com custos módicos e compatíveis com as melhores práticas globais e nacionais. O atendimento às normas regulatórias será prioritário no que se refere aos negócios regulados.

Entendemos que os motores do crescimento da Empresa são os nossos colaboradores. Dessa forma, vamos empregar as melhores práticas de gestão para assegurar a qualificação das pessoas que trabalham em nossa Empresa.

Todas as nossas ações serão sempre baseadas nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, o que se manifesta na presença da Cemig no Índice Dow Jones de Sustentabilidade e no índice pelo Pacto Global da ONU, o *Global Compact* 100 (GC100), que reúne cem empresas mundiais comprometidas com a sustentabilidade corporativa vinculada ao melhor desempenho no mercado de capitais.

Além dos desafios inerentes à Companhia, teremos que lidar em 2015 com uma maior pressão sobre os custos da energia, com o despacho das usinas térmicas para atender ao consumo, tento em vista o baixo nível dos reservatórios das usinas, em função do reduzido volume de chuvas observado desde o final de 2013.

Nesse cenário, o regime de chuvas nos próximos meses em relação às médias históricas será fator determinante para a política energética e preços de energia para o curto e médio prazo.

Finalizando, apesar de todos os desafios e complexidades do setor elétrico, temos confiança no futuro, e contamos com o apoio dos nossos colaboradores e dos nossos acionistas para que a Cemig continue a ser reconhecida como a melhor energia do Brasil.

BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Cemig é uma empresa mista de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex) e seu valor de mercado no final de 2014 era de aproximadamente R$16,8 bilhões. Em 2014, foi selecionada, pela 15ª vez consecutiva, para compor a carteira do *Dow Jones Sustainability World Index* no período 2014/2015, mantendo-se como a única Companhia do setor elétrico da América Latina a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999. Nesses 15 anos de participação, a Cemig conquistou reconhecimentos importantes, como a liderança mundial do setor elétrico. Por dois anos, a Cemig também foi a empresa líder do supersetor de utilities, que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública. O resultado geral da Cemig aumentou um ponto em relação ao ano anterior. Esse resultado coloca a Empresa no ranking das melhores notas no setor de utilities.

O Grupo Cemig é constituído por 206 sociedades, 18 consórcios e 2 Fundos de Investimento em Participações e é controlado por uma holding, com ativos e negócios em 23 estados brasileiros, no distrito federal e também no Chile. A Cemig atua também na área de transmissão de dados, por meio da Cemig Telecom, e no provimento de soluções energéticas, por meio da Efficientia.

Nossa missão, visão e valores

Missão: Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão: Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

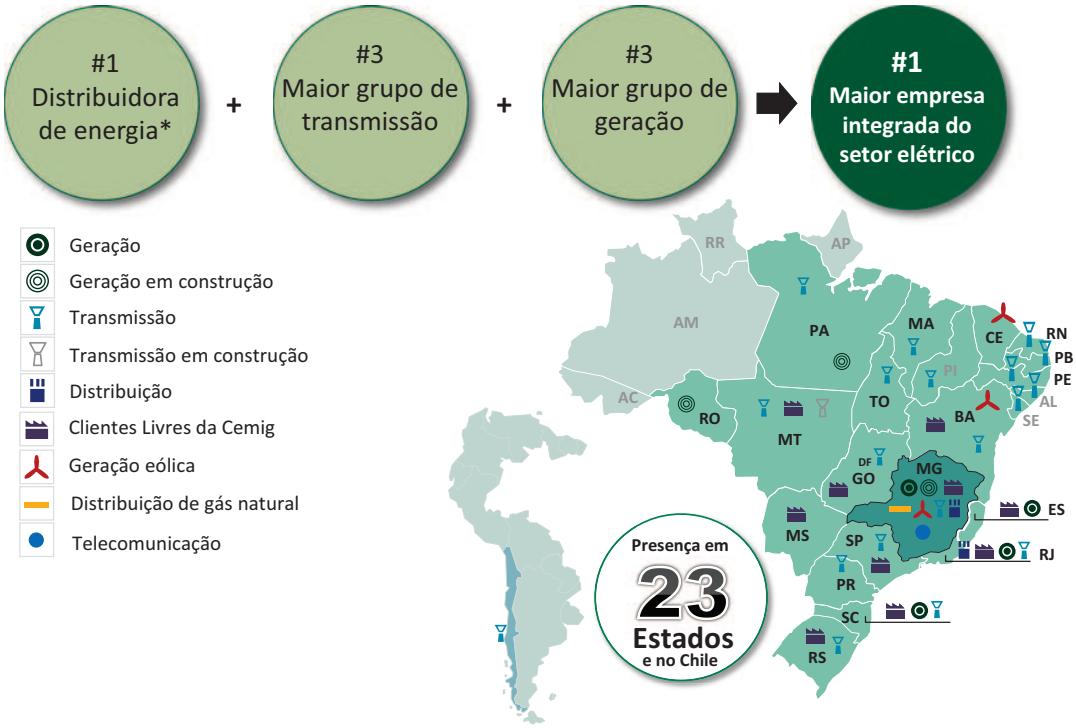
Valores: Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

Princípios Éticos E Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig adota, desde 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site *http://www.cemig.com.br*, consolidada em 11 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

Área de Atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Cemig atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste. Observa-se também sua atuação fora do País com a LT Charrúa – Nueva Temuco, no Chile, que começou a operar no ano de 2010.



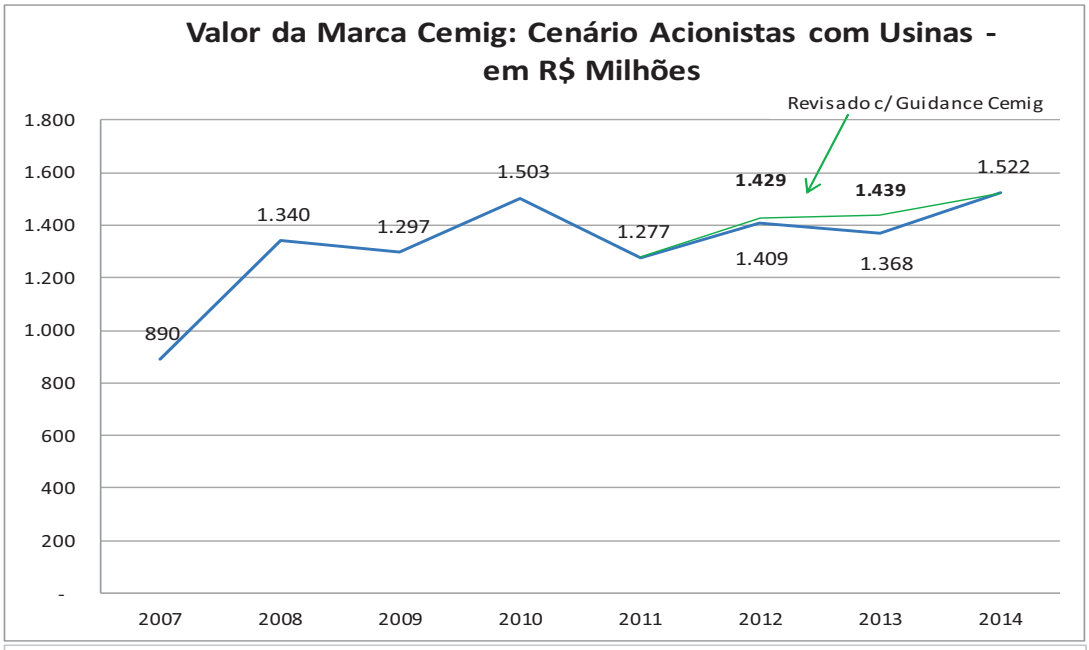
* Em números de consumidores e extensão de linhas de distribuição

Marca e Reputação da Cemig

A Cemig avalia o valor de sua marca e a sua reputação desde 2007. O objetivo é ter uma marca cada vez mais forte e uma reputação cada vez mais positiva.

A marca CEMIG

A pesquisa de valor de marca é realizada pela empresa contratada Brand Finance, desde o início da sua medição na empresa. Em 2014, houve um aumento de 8% no valor da marca Cemig em relação a 2013, em especial devido ao melhor resultado da força da marca e ao melhor desempenho junto aos clientes e investidores.

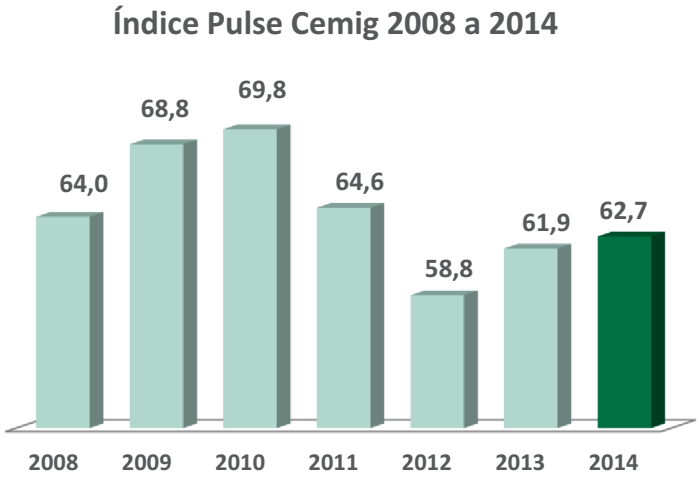


Obs: Em 2012 e 2013 usamos Balanço Patrimonial, DRE, Custo de Capital e projeção própria a partir de dados públicos da Cemig. Entre 2007 e 2011 e 2014 usamos dados internos do "Guidance" da Cemig. Este ano revisamos os anos de 2012 e 2013 para considerar o Guidance novamente.

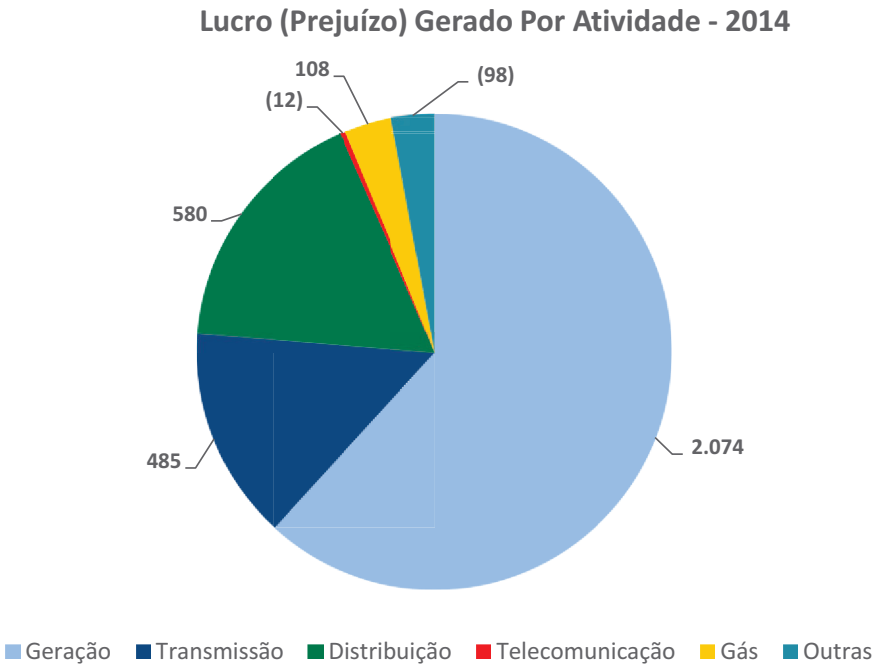
A Reputação Cemig

O Reputation Institute, empresa contratada pela Cemig, utiliza a metodologia RepTrak™ Deep Dive para avaliar o grau de estima, admiração, confiança e empatia do público de relacionamento da Empresa formando o índice geral de reputação *Pulse*.

Desde 2011, a Cemig conta com o Comitê de Gestão da Marca e Reputação, formado por representantes de todas as Diretorias da Empresa. O objetivo é analisar as ações a serem implementadas para aprimorar o desempenho da Empresa, fortalecer a marca e tornar ainda mais positiva a reputação da Cemig.



NOSSOS NEGÓCIOS



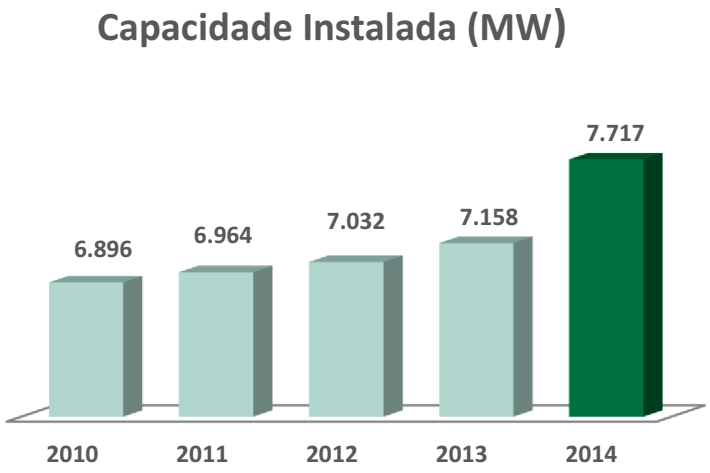
Geração

Considerando suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a Cemig possui em operação 105 usinas, sendo 79 hidrelétricas, 3 termelétricas e 23 eólicas. São 7.717 MW de capacidade instalada, que colocam o Grupo Cemig em terceiro lugar entre as maiores geradoras do País.

Geração

Usinas	Capacidade Instalada(MW)	Produção Efetiva (MW médio)
São Simão	1.710	1.281
Emborcação	1.192	497
Nova Ponte	510	276
Jaguara	424	336
Miranda	408	202
Três Marias	396	239
Volta Grande	380	229
Irapé	399	211
Aimorés	162	84
Santo Antônio	403	392
Outras	1.068	624
Geração Light	282	210
Eólicas	199	90
Termelétricas	184	123
Total	**7.717**	**4.794**

Em linha com a estratégia de crescimento da Companhia, sua capacidade instalada apresenta crescimento constante nos últimos 5 anos.



A Cemig possui projetos de geração em andamento, dentre os quais destacamos:

Usinas	Capacidade Instalada (MW)	Participação Cemig	Em operação com capacidade total
Santo Antônio	3.150	17,76%	2016
Belo Monte	11.233	7,28%	2018

Geração eólica

A Cemig é uma das empresas pioneiras em termos de geração eólica no Brasil por meio de Usina Morro do Camelinho, que foi ligada à rede em 1992. O Brasil tem teoricamente um potencial de geração de energia de vento de 143,5 GW. Isso é mais do que o volume total de capacidade de geração instalada atualmente no país de 107 GW.

Em 2011 a Cemig passou a fazer parte do grupo de controle da Renova, por meio da Light. A Renova Energia é detentora do maior complexo eólico da América Latina, localizado na Região Central da Bahia.

Em 2014 a Cemig GT entrou no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização pela Cemig GT de novas ações emitidas pela Renova. Com esse aporte de recursos, a Renova consolidará, através de novos investimentos, a sua posição como uma das maiores empresas de energias renováveis do Brasil.

Além disso, a Companhia possui, em pleno funcionamento, 49% da participação societária em três parques eólicos localizados no Ceará, com potência total de cerca de 100 MW.

Transmissão

A controlada Cemig GT opera 4.927 km de linhas de transmissão integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN), em 2014.

Distribuição

Somos o maior grupo de distribuição de energia do País, com papel de destaque em Minas Gerais e Rio de Janeiro através da Cemig Distribuição S.A (Cemig D) e na controlada em conjunto Light S.A. (Light), atendendo a mais de 11 milhões de consumidores.

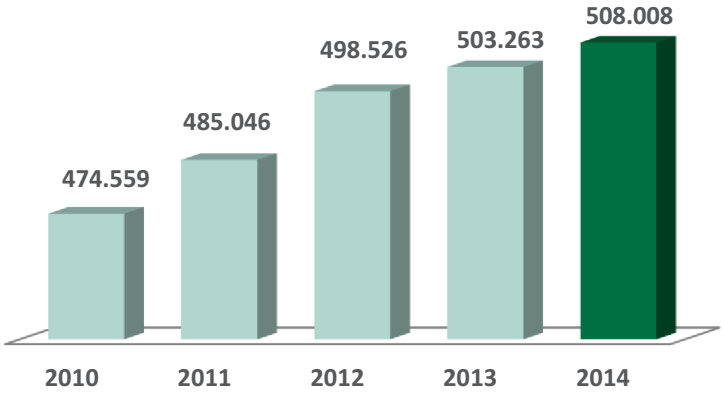
Cemig Distribuição

A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 491.848 km de redes de distribuição (99.818 km em área urbana e 392.030 km de redes rurais) e 16.160 km de linhas de distribuição, com 8 milhões de consumidores faturados em dezembro de 2014.

A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores faturados na classe residencial em dezembro de 2014 (6.445.860 consumidores) 15,1% são consumidores de baixa renda (975.408 consumidores).

No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de subtransmissão e de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

Linhas de Subtransmissão e Distribuição (Km)



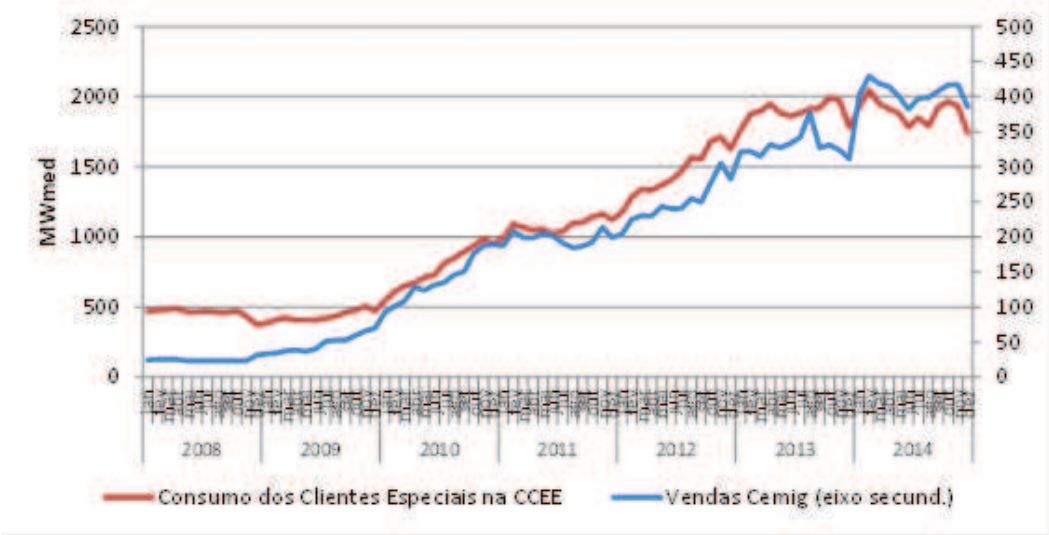
Comercialização de Energia Elétrica

As empresas do grupo Cemig são as líderes no atendimento ao mercado livre. Expandimos nossa área de atuação para outros estados, consolidando a nossa posição com a agregação de novos clientes nos estados em que já atuamos, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

No atendimento final aos grandes clientes livres, a liderança da Cemig é decorrente de um volume de vendas equivalente ao dobro do volume vendido pelo concorrente mais próximo.

No atendimento aos clientes especiais, a posição da Cemig vem sendo ampliada a cada ano, destacando-se o grande crescimento entre 2008 e 2014.

Evolução do mercado de clientes especiais na CCEE e na Cemig (MWmédios)



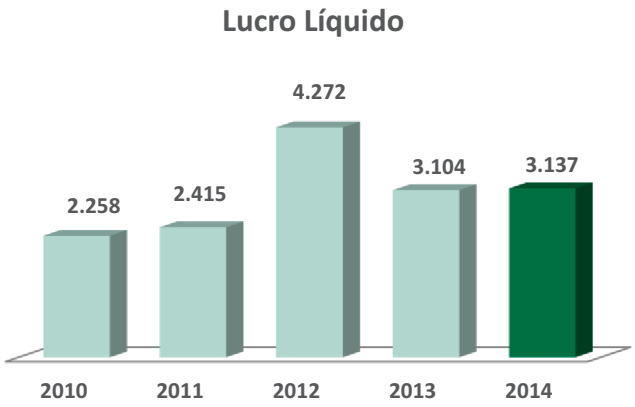
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Desempenho de nossos negócios no exercício de 2014.

Resultado do Exercício

A Cemig apresentou, no exercício de 2014, um lucro líquido de R$3.137 milhões em comparação ao lucro líquido de R$3.104 milhões no exercício de 2013, representando um aumento de 1,06%.

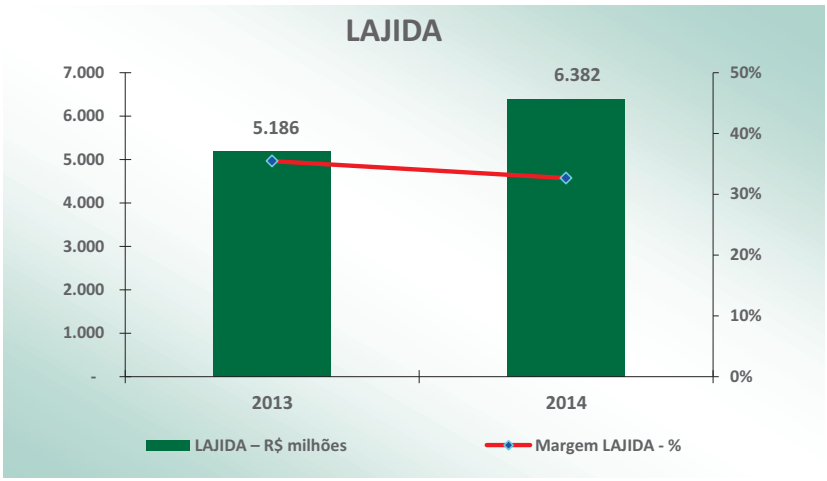
As principais variações no resultado estão descritas a seguir:



Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig em 2014 apresentou um aumento de 23,06% na comparação com 2013.

LAJIDA - R$ mil	2014	2013	Var %
Resultado do Exercício	3.137	3.104	1,06
+ Despesa de IR e Contribuição Social	1.343	950	41,37
+ Resultado Financeiro	1.101	308	257,47
+ Depreciação e Amortização	801	824	(2,79)
= LAJIDA	**6.382**	**5.186**	**23,06**



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A margem do LAJIDA da Companhia passou de 35,45% em 2013 para 32,66% em 2014 em função, entre outros fatores, da redução do resultado de equivalência patrimonial em 2014.

Receita operacional

A composição das receitas operacionais é como segue:

R$ milhões	2014	2013	Variação %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	17.232	14.741	16,90
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	855	1.008	(15,18)
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.107	-	-
Receita de Transmissão			
Receita de Concessão de Transmissão	557	404	37,87
Receita de Construção de Transmissão	80	91	(12,09)
Receita de Indenização de Transmissão	420	21	1.900,00
Receita de Construção de Distribuição	862	884	(2,49)
Transações com energia na CCEE	2.348	1.193	96,81
Outras Receitas Operacionais	1.705	1.048	62,69
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(5.626)	(4.763)	18,12
Receita Operacional Líquida	**19.540**	**14.627**	**33,59**

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R$17.232 milhões em 2014 em comparação a R$14.741 milhões em 2013, o que representa um aumento de 16,90%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R$14.922 milhões em 2014 comparada a R$12.597 milhões em 2013, um aumento de 18,46%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013 (efeito integral em 2014);

- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 14,76%, a partir de 8 de abril de 2014;

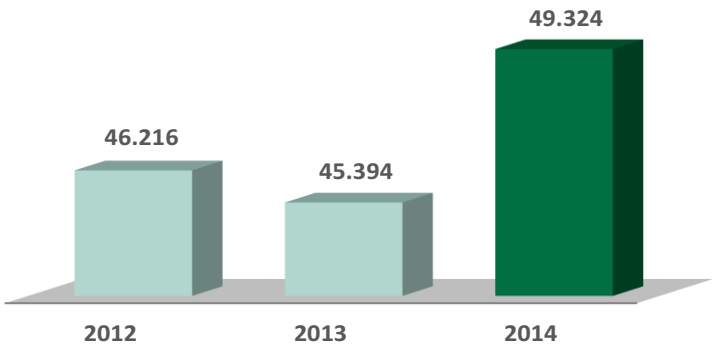
- aumento de 8,66% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais em 2014.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

As variações nos 3 últimos anos no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no ano de 2014, comparativamente às de 2013:

	MWh		
	2014	2013	Var %
Residencial	10.013.757	9.473.426	5,70
Industrial	26.025.584	23.451.590	10,98
Comércio, Serviços e Outros	6.395.473	6.035.454	5,97
Rural	3.390.096	3.028.459	11,94
Poder Público	891.454	860.709	3,57
Iluminação Pública	1.298.047	1.267.202	2,43
Serviço Público	1.272.365	1.241.897	2,45
Subtotal	**49.286.776**	**45.358.737**	**8,66**
Consumo Próprio	37.590	35.162	6,91
	49.324.366	**45.393.899**	**8,66**
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	14.146.109	16.127.376	(12,29)
Total	**63.470.475**	**61.521.275**	**3,17**

(*) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes;
A energia comercializada pela Cemig, no ano de 2014, apresentou um acréscimo de 3,25% em relação ao ano de 2013.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

Residencial: O consumo residencial apresentou crescimento de 5,70% em relação a 2013. O aumento de consumo de energia desta classe está associado, principalmente, à ligação de novas unidades consumidoras, temperaturas mais elevadas no ano com uma maior utilização de aparelhos de ar condicionado e ventiladores nas residências, e aumento de 2,2% no consumo médio mensal por consumidor, atingindo 131,2 kWh/mês, o maior valor desde o ano de 2001.

Industrial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres apresentou um aumento de 10,98% em relação a 2013, decorrente basicamente do crescimento de 13,7% no volume de energia faturada pela Cemig GT para os clientes livres em função da incorporação de novos clientes na carteira e redirecionamento da energia disponível com o término, em dezembro de 2013, de contratos celebrados no ACR para o mercado livre;

Comercial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres, na área de concessão em Minas Gerais e fora do Estado, aumentou 5,97%, decorrente, basicamente, da ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo, principalmente de ar condicionado em decorrência da alta da temperatura em 2014.

Rural: O consumo dessa classe cresceu 11,94%, em decorrência do aumento na demanda de energia para irrigação, em função das condições climáticas atípicas ao longo do ano de 2014, com menores chuvas e temperatura mais elevada.

Demais classes: As demais classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio), cresceram 2,73% no ano de 2014.

Receita com suprimento a Outras Concessionárias

A receita com energia vendida foi R$2.310 milhões em 2014 comparada a R$2.144 milhões em 2013, o que representou um aumento de 7,74%.

Apesar da redução de 12,28% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias, que foi de 14.146.109 MWh em 2014, comparada a 16.127.376 MWh em 2013, o aumento na receita foi justificado pelo aumento de 20,68% no preço médio de venda da energia, que foi de R$159,16 por MWh no exercício de 2014 em comparação a R$132,94 por MWh em 2013.

O aumento no preço médio decorre substancialmente da redução de oferta de energia em 2014, consequência do baixo nível dos reservatórios.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. Em 2014, a receita foi de R$855 milhões comparada a R$1.008 milhões em 2013, uma redução de 15,18%. Essa variação decorre, basicamente, dos impactos na Cemig Distribuição, como: (a) desaquecimento das atividades do setor industrial no período cujo impacto foi uma redução de 10,3% no volume de energia transportada; (b) impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2013 com redução de 33,22%, compensado parcialmente pelo reajuste de 8,79% em 08 de abril de 2014.

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados no próximo reajuste tarifário da Cemig D, o que representou uma receita de R$1.107 milhões em 2014. Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R$2.348 milhões em 2014 comparada a R$1.193 milhões em 2013, um aumento de 96,81%. Este resultado decorre, basicamente, da alta de 161,88% verificada no valor médio do Preço no mercado atacadista em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas em 2014 (R$688,89/MWh em 2014 e R$263,06/MWh em 2013).

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia são como segue:

	Consolidado	
	2014	2013
Fornecimento de Gás	422	-
Serviço Taxado	11	10
Serviço de Telecomunicações	135	127
Prestações de Serviços	118	122
Subvenções (*)	790	673
Aluguel e Arrendamento	81	57
Outras	148	59
	1.705	**1.048**

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

Esta variação foi ocasionada, principalmente, pela receita com fornecimento de gás no montante de R$422 milhões, decorrente da consolidação da GASMIG, a partir de outubro de 2014.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R$5.626 milhões em 2014 comparados a R$4.762 milhões em 2013, representando um aumento de 18,12%. Este resultado decorre, principalmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2014 o montante de R$14.451 milhões comparados a R$11.232 milhões em 2013, um aumento de 28,66%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R$7.428 milhões em 2014 comparada a R$5.207 milhões em 2013, representando um aumento de 42,65%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- maior volume de compra de energia no ambiente livre em 2014, uma variação de R$477 milhões, em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior preço da energia em 2014 em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas;

- exposição involuntária em 2014 da Cemig Distribuição ao mercado de curto prazo de energia aliado ao aumento do preço da energia em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Dessa forma, a Companhia teve uma despesa nesse mercado de R$1.263 milhões em 2014 na comparação com R$304 milhões em 2013;

- redução de 18,31% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R$830 milhões no exercício de 2014, comparados a R$1.016 milhões no exercício de 2013, em decorrência, basicamente, da redução de 28,74% na quantidade de energia comprada sendo 6.254.980 mWh em 2014 comparados a 8.777.227 mWh em 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Dólar frente ao Real em 2014 comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas de 2014 foi de R$2,35, em comparação a R$2,16 de 2013, o que representou uma variação de 8,80%.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R$744 milhões em 2014, comparados a R$575 milhões em 2013, representando um aumento de 29,39%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R$581 milhões em 2014, comparadas a R$305 milhões em 2013, um aumento de 90,49%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- constituição de R$195 milhões em 2014, de provisão para perdas sendo R$166 milhões decorrentes das opções de vendas das ações da Parati e R$29 milhões decorrentes de contrato de outorga de opção de venda de cotas da SAAG, que mantém investimento em Madeira Energia, assinado entre Cemig GT e entidades de previdência complementar. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 14.

- acréscimo nas provisões trabalhistas em 2014 de R$71 milhões na comparação com o ano anterior (R$242 milhões em 2014 comparados a R$171 milhões em 2013). Este aumento decorre basicamente da provisão em 2014 de R$127 milhões em decorrência do aumento de 3% de aumento real aos empregados em função de dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados. Mais detalhes vide Nota explicativa Nº 22.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R$1.252 milhões em 2014 comparada a R$1.284 milhões em 2013, representando uma redução de 2,49%. Esta redução decorre, principalmente, do fato que em 2013 a despesa foi impactada de forma extraordinária pelos custos com o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), no montante de R$78 milhões.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R$282 milhões em 2014 comparados a R$56 milhões em 2013, aumento de 403,57%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2014, de maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, acionada com maior intensidade neste ano em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R$942 milhões no exercício de 2014 comparados a R$975 milhões do mesmo período de 2013, uma redução de 3,38%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2014 foi uma Despesa Financeira Líquida de R$1.101 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R$308 milhões em 2013. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Em 2013, a Cemig teve um ganho de R$313 milhões, reconhecido no resultado financeiro, sendo R$81 milhões como reversão de PASEP e COFINS e R$232 milhões como receita de variação monetária. Esse resultado decorreu de discussão judicial sobre a ilegalidade da ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, sendo que a Companhia obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado.

- Aumento de 33,38% nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos, R$931 milhões em 2014 comparados a R$698 milhões em 2013, decorrente do maior volume de recursos em 2014 indexados à variação do CDI e também da maior variação do índice (10,81% em 2014 e 8,05% em 2013);

- Reconhecimento de uma despesa financeira de R$239 milhões em 2014, decorrente de atualização monetária complementar, apurada pela diferença entre a taxa Selic e IGP-M, aplicada sobre o valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) feito pelo Governo do Estado em exercícios anteriores. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 22.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$1.343 milhões em relação ao Resultado de R$4.479 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 29,96%. A Companhia apurou em 2013 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$950 milhões em relação ao Resultado de R$4.054 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 23,43%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras.

Demonstração Segregada por Empresa

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014																
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	**13.691.857**	**12.378.037**	**13.864.840**	**2.048.120**	**327.328**	**171.905**	**149.242**	**454.145**	**(8.085.471)**	**35.000.003**	**4.629.931**	**4.548.169**	**2.281.720**	**4.278.711**	**(6.296.276)**	**44.442.258**
Caixa e Equivalentes de Caixa	113.336	290.549	313.799	123.576	4.711	6.935	5.918	28.319	-	887.143	142.585	164.336	24.113	287.841	-	1.506.018
Contas a Receber	-	687.226	1.799.801	110.387	-	5.517	4.459	14.399	(23.468)	2.598.321	111.366	517.281	28.093	68.617	(8.547)	3.315.131
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	47.275	611.037	102.545	109.155	8.706	16.022	15.615	100.917	-	1.011.272	(32.151)	-	-	66.740	-	1.045.861
Tributos	580.896	210.431	1.469.488	58.616	25.783	610	105	2.012	-	2.347.941	297.417	340.096	14.658	30.854	-	3.030.966
Outros Ativos	809.915	366.741	1.644.619	315.989	25.355	3.914	515	35.233	(333.005)	2.869.276	81.481	534.463	115.054	122.279	(69.573)	3.652.980
Invest./Imob./Intang./Financeiro de Concessão	12.140.435	10.212.053	8.534.588	1.330.397	262.773	138.907	122.630	273.265	(7.728.998)	25.286.050	4.029.233	2.991.993	2.099.802	3.702.380	(6.218.156)	31.891.302
																-
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**13.691.857**	**12.378.037**	**13.864.840**	**2.048.120**	**327.328**	**171.905**	**149.242**	**454.145**	**(8.085.471)**	**35.000.003**	**4.629.931**	**4.548.169**	**2.281.720**	**4.278.711**	**(6.296.276)**	**44.442.258**
Fornecedores e suprimentos	5.766	309.010	1.119.485	164.745	13.579	8.663	6.622	10.575	(34.729)	1.603.716	22.865	506.938	128.150	54.361	(10.991)	2.305.039
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	-	7.036.700	6.048.250	379.668	44.118	-	-	2	-	13.508.738	1.976.945	2.138.452	1.304.939	1.552.669	-	20.481.743
Juros sobre capital próprio e Dividendos	1.643.451	-	214.955	36.458	-	17.707	19.366	17.031	(305.517)	1.643.451	173	51.235	-	48.696	(100.104)	1.643.451
Obrigações Pós-Emprego	143.083	581.598	1.906.971	-	-	-	-	-	-	2.631.652	-	10.428	-	-	-	2.642.080
Tributos	57.975	570.751	1.241.630	333.601	7.664	38.269	1.644	37.870	-	2.289.404	726.332	379.288	33.972	51.831	-	3.480.827
Outros Passivos	560.671	393.368	851.322	193.840	36.527	665	647	17.252	(16.202)	2.038.090	75.790	282.670	107.804	26.181	73.631	2.604.166
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**11.280.911**	**3.486.610**	**2.482.227**	**939.808**	**225.440**	**106.601**	**120.963**	**371.415**	**(7.729.023)**	**11.284.952**	**1.827.826**	**1.179.158**	**706.855**	**2.544.973**	**(6.258.812)**	**11.284.952**
Atribuído a Participação dos acionistas Controladores	11.280.911	3.486.610	2.482.227	935.767	225.440	106.601	120.963	371.415	(7.729.023)	11.280.911	1.827.826	1.179.158	706.855	2.544.973	(6.258.812)	11.280.911
Participação de acionista não controlador	-	-	-	4.041	-	-	-	-	-	4.041	-	-	-	-	-	4.041
RESULTADO																
Receita Operacional Líquida	**321**	**7.714.717**	**11.241.118**	**340.395**	**118.521**	**57.014**	**45.720**	**318.500**	**(296.728)**	**19.539.578**	**834.372**	**2.996.529**	**185.636**	**861.343**	**(224.289)**	**24.193.169**
Custos e Despesas Operacionais	**(285.407)**	**(3.587.617)**	**(10.248.954)**	**(282.729)**	**(98.080)**	**(42.913)**	**(42.980)**	**(145.337)**	**283.408**	**(14.450.609)**	**(140.100)**	**(2.586.510)**	**(339.377)**	**(718.734)**	**157.610**	**(18.077.720)**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(1.692.445)	(5.747.681)	-	-	(30.638)	(29.666)	(80.428)	152.477	(7.428.381)	-	(1.769.926)	(237.511)	(36.301)	148.035	(9.324.084)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(273.211)	(573.270)	-	-	-	(2.826)	(6.037)	110.913	(744.431)	-	-	(35.710)	(7.510)	48.292	(739.359)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(254.488)	-	-	-	-	-	(254.488)	-	-	-	(465.399)	-	(719.887)
Custo de construção	-	(80.358)	(861.437)	-	-	-	-	-	-	(941.795)	(25.547)	(305.549)	-	(8.933)	-	(1.281.824)
Pessoal	(30.314)	(303.618)	(885.890)	(11.145)	(12.795)	(1.357)	(1.456)	(5.883)	-	(1.252.458)	(41.866)	(98.131)	(4.819)	(59.817)	-	(1.457.091)
Participações dos Empregados no Resultado	(8.893)	(54.861)	(183.803)	-	(1.488)	(192)	(132)	-	-	(249.369)	(5.246)	-	(729)	(180)	-	(255.524)
Obrigações Pós-Emprego	(11.068)	(48.156)	(152.692)	-	-	-	-	-	-	(211.916)	-	-	-	-	-	(211.916)
Materiais	(472)	(298.875)	(79.997)	(570)	(48)	(472)	(352)	(321)	-	(381.107)	(35.205)	(8.786)	(748)	(1.887)	-	(427.733)
Serviços de Terceiros	(18.814)	(171.559)	(736.595)	(2.164)	(22.768)	(2.991)	(2.498)	(25.254)	29.610	(953.033)	(19.454)	(146.204)	(6.571)	(41.983)	9.320	(1.157.925)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(122.593)	-	-	-	(1.389)	(1.025)	(2.193)	-	(127.200)	-	-	(3.462)	(764)	-	(131.426)
Depreciação e Amortização	(522)	(296.841)	(427.643)	(3.697)	(34.312)	(5.492)	(4.384)	(17.747)	(10.280)	(800.918)	(1.088)	(134.771)	(29.644)	(68.417)	(37.880)	(1.072.718)
Provisões Operacionais	(190.000)	(84.305)	(300.473)	-	(44)	-	(5)	(5.893)	-	(580.720)	707	(70.257)	-	(3.091)	-	(653.361)
Outras Despesas Líquidas	(25.324)	(160.795)	(299.473)	(10.665)	(26.625)	(382)	(636)	(1.581)	688	(524.793)	(12.401)	(52.886)	(20.183)	(24.452)	(10.157)	(644.872)
Resultado Op. antes de Equiv. Patrim. e Financeiro	**(285.086)**	**4.127.100**	**992.164**	**57.666**	**20.441**	**14.101**	**2.740**	**173.163**	**(13.320)**	**5.088.969**	**694.272**	**410.019**	**(153.741)**	**142.609**	**(66.679)**	**6.115.449**
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.330.649	(388.498)	-	-	(27.518)	-	-	2.727	(2.706.876)	210.484	275	43.735	-	104.711	(494.065)	(134.860)
Valor Justo de Combinação de Negócios	280.945	-	-	-	-	-	-	-	-	280.945	-	-	-	-	-	280.945
Receita Financeira	37.361	145.714	358.414	21.361	4.848	3.493	1.891	19.602	-	592.684	119.443	143.894	5.675	41.634	-	903.330
Despesa Financeira	(244.918)	(680.204)	(751.218)	(6.364)	(3.345)	(353)	(78)	(7.192)	-	(1.693.672)	(323.128)	(293.257)	(65.856)	(73.316)	-	(2.449.229)
Resultado antes do IR e CSLL	**3.118.951**	**3.204.112**	**599.360**	**72.663**	**(5.574)**	**17.241**	**4.553**	**188.300**	**(2.720.196)**	**4.479.410**	**490.862**	**304.391**	**(213.922)**	**215.638**	**(560.744)**	**4.715.635**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.191)	(1.056.188)	(114.264)	(4.542)	(6.605)	(5.956)	(2.133)	(51.347)	-	(1.259.226)	(34.117)	(39.089)	(5)	(32.121)	-	(1.364.558)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	35.879	(58.959)	(55.187)	(6.781)	(165)	1.054	(10)	888	-	(83.281)	(69.378)	(49.574)	486	(12.427)	-	(214.174)
Resultado do Período	**3.136.639**	**2.088.965**	**429.909**	**61.340**	**(12.344)**	**12.339**	**2.410**	**137.841**	**(2.720.196)**	**3.136.903**	**387.367**	**215.728**	**(213.441)**	**171.090**	**(560.744)**	**3.136.903**
Participação dos acionistas controladores	-	-	-	61.076	-	-	-	-	-	3.136.639	-	-	-	-	-	3.136.639
Participação de acionista não controlador	-	-	-	264	-	-	-	-	-	264	-	-	-	-	-	264
	3.136.639	**2.088.965**	**429.909**	**61.340**	**(12.344)**	**12.339**	**2.410**	**137.841**	**(2.720.196)**	**3.136.903**	**387.367**	**215.728**	**(213.441)**	**171.090**	**(560.744)**	**3.136.903**

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento. Acreditamos que nossas atuais reservas de caixa, geradas por operações e recursos previstos provenientes de financiamentos, serão suficientes durante os próximos 12 meses para atender nossas necessidades de liquidez.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R$887 milhões, em comparação com R$2.202 milhões em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2014, nem o nosso caixa, nem nossos equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2014 e 2013 totalizou R$3.734 milhões e R$3.515 milhões, respectivamente. O aumento no caixa gerado por atividades operacionais em 2014 em comparação com 2013 deveu-se, principalmente, ao crescimento do lucro líquido do exercício em 2014, após ajuste dos itens que não afetam o caixa.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2014 totalizou R$4.299 milhões, comparado a um caixa líquido gerado nas atividades de investimento em 2013 de R$2.503 milhões. Esta variação decorre, principalmente, das aquisições de participações societárias em 2014, com destaque para Renova, Madeira Energia e Gasmig. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 14.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2014 totalizou R$750 milhões, e foi composto pela amortização de R$1.394 milhões de financiamentos, pagamento de R$3.917 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R$4.562 milhões.

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2013 totalizou R$5.735 milhões, e foi composto pela amortização de R$3.601 milhões de financiamentos, pagamento de R$4.600 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R$2.467 milhões.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

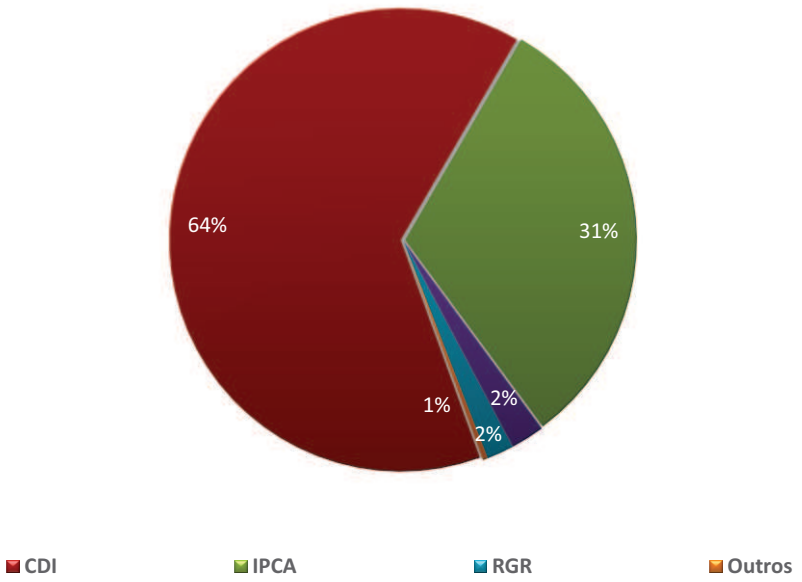
A Companhia tem buscado assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio, bem como para evidenciar que o processo de expansão das atividades da Cemig tem se dado de forma sustentável.

Em 2014, foram captados R$4.562 milhões, principalmente para garantir a execução do expressivo programa de investimentos no ano, destacando-se os investimentos na Renova, Santo Antônio e no negócio de distribuição.

Os detalhes das captações de recursos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras.

Todas as emissões realizadas pela Cemig GT contaram com o aval da sua controladora, a Cemig.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2014



A composição da dívida da Cemig é consequência das fontes de recursos à disposição de suas subsidiárias (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira atualmente de 0,29%. O custo médio da dívida da Cemig é de 7,05% a.a., a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo seu Estatuto Social, (Divida Liquida/Ebitda ≤ 2 e Dívida Líquida/(Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) ≤ 40%), na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam indicar risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, no valor de R$13.509 milhões, tem seu cronograma de amortizações, com prazo médio de 4,1 anos, sendo que a concentração de vencimentos verificada no ano de 2015, decorrente de operações de curto prazo realizadas em 2014, deverá ser refinanciada em condições satisfatórias.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2014 (R$ milhões)

No ano de 2014, a agência de classificação de riscos Moody's rebaixou os ratings da dívida da CEMIG GT e da CEMIG D, ambos de Baa3 para Ba1 e de Aa1.br para Aa2.br. Já as agências Standard & Poor's e Fitch, mantiveram, ao longo do ano, as classificações de risco da CEMIG GT e da CEMIG D.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de Energia Elétrica

A Companhia optou por não aceitar os termos previstos na MP 579/12, convertida em Lei 12.783, para renovação das 18 concessões de geração de energia elétrica que já foram renovadas uma vez pelo Poder Concedente e, dessa forma, continuará a auferir receitas desses ativos em conformidade aos critérios previstos nos contratos de concessão.

Para as concessões das usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, cujas concessões tem o seu prazo de vencimento do 1º termo, não considerando o período de renovação previsto contratualmente, em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no art. 19 da Lei nº 9.074/1995. Mais detalhes sobre essa questão estão apresentados na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras.

Conjuntura Hidrológica Brasileira

A capacidade de geração hídrica do país tem sido afetada fortemente pela atual situação hidrológica, principalmente em empreendimentos localizados nas regiões Sudeste, Centro Oeste e Nordeste do Brasil.

Esta restrição hídrica induz ao despacho do parque termelétrico nacional, enquanto os geradores hidrelétricos geram uma quantidade de energia inferior a de seus compromissos contratuais, fazendo com que as geradoras adquiram no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE o déficit resultante, aos elevados Preços de Liquidação de Diferenças – PLD's da atual conjuntura.

Distribuição de Energia Elétrica

Por atuar em um mercado regulado, a Cemig Distribuição S.A tem suas tarifas reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão federal que regula o setor de energia. Além da definição das tarifas, a Agência também determina o custo associado a cada tipo de consumidor, que é utilizado para calcular as diferentes tarifas entre as diversas tensões de consumo.

Neste processo de definição das tarifas, a Cemig Distribuição atua junto à ANEEL para o reconhecimento dos custos e investimentos necessários à prestação de serviço com qualidade e disponibilidade.

A receita arrecadada pelas tarifas contempla dois tipos de custos: os custos gerenciáveis e os custos não gerenciáveis. Os custos gerenciáveis correspondem aos custos operacionais da distribuição, a remuneração dos acionistas e a quota de reintegração do capital investido. Já os custos não gerenciáveis são aqueles que a distribuidora recolhe do consumidor e repassa para os demais agentes do setor sendo eles a compra de energia, transporte (transmissão) e os encargos setoriais.

Reajuste Tarifário Anual – Cemig D

Ocorre anualmente, no mês de abril, exceto no ano em que houver revisão tarifária. Esse processo tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na Revisão Tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IGP-M, mas sobre esse é deduzido o Fator X para captura da produtividade, seguindo a metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL definiu o índice médio de 16,33% para o reajuste das tarifas de energia elétrica da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, que passou a vigorar a partir do dia 8 de abril de 2014 pelos próximos 12 meses.

O aumento para o consumidor residencial foi de 14,24%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, o aumento médio percebido será de 12,41%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o aumento médio foi de 15,78%.

Do valor cobrado na fatura, apenas 25,8% ficam na Cemig Distribuição e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária. Os demais 74,2% são repassados para cobrir a compra da energia (39,8%), encargos setoriais (4,9%) e encargos de transmissão (3,5%), ICMS (21%) e PASEP/COFINS (5%), que são custos repassados aos governos estadual, federal e outros agentes do setor elétrico.

O principal aumento de custos em 2014 foi o gasto com a compra de energia, em função da utilização das usinas termoelétricas desde o ano passado. O aumento dos custos com compra de energia decorrente do reajuste foi de R$ 679 milhões, quando comparamos 2014 com 2013. Somente esse componente é responsável por 7,80% do reajuste.

Nos 774 municípios de Minas Gerais onde a Cemig distribui energia, mais de 660 mil consumidores são rurais e cerca de um milhão são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio, pagando valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta num desconto aproximado de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.

O próximo reajuste da Cemig D ocorrerá em abril de 2015.

Bandeiras Tarifárias

A ANEEL instituiu, a partir de 2015, o mecanismo de bandeiras tarifárias, com a finalidade de sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica das permissionárias de distribuição, por meio da cobrança de valor adicional na Tarifa de Energia.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado pela bandeira verde, que indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário, e pelas bandeiras amarela e vermelha, que indicam condições menos favoráveis e críticas de geração de energia, resultando em adicionais à Tarifa de Energia.

O repasse dos recursos provenientes do faturamento das Bandeiras Tarifárias será realizado pelas distribuidoras à Conta Centralizadora, administrada pela CCEE, e os recursos disponíveis nessa conta serão repassados mensalmente às distribuidoras, considerando os custos realizados da geração de energia por fonte termelétrica e das exposições ao mercado de curto prazo.

Gestão das perdas

O Índice de Perdas Totais da Distribuição em 2014 foi de 11,00%, sendo 8,81% referentes às Perdas Técnicas e 2,19% relativos às Perdas Não Técnicas. Esse resultado está acima da meta regulatória estabelecida para o final de 2014, que é de 10,76%. Cabe ressaltar que, na definição dessa meta durante o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, a Aneel promoveu mudanças significativas na metodologia de cálculo das perdas técnicas e perdas não técnicas, impondo limites extremamente desafiadores para a Cemig para o horizonte 2013 até 2017.

Em 2014, foram adotadas ações específicas para a mitigação das Perdas Técnicas como a continuidade do plano de compensação reativa de média tensão e substituição de transformadores convencionais antigos e sobrecarregados por transformadores novos com núcleo amorfo, que apresentam perdas técnicas 75% menores, e em 2015 serão instalados capacitores automáticos nas redes de média tensão.

Com relação à gestão das Perdas Não Técnicas, em 2014 foram realizadas 55 mil inspeções em unidades consumidoras proporcionando uma recuperação de energia de 66 GWh e um incremento de energia de 88 GWh. Esses montantes de energia correspondem a receitas agregadas de R$ 39 e R$ 27 milhões, respectivamente. Portanto, o processo de regularização em unidades consumidoras proporcionou uma receita adicional de R$ 66 milhões.

Além disso, foram realizados aprimoramentos na ferramenta para seleção de alvos de inspeção (SGC/SAP/SAS), melhoria na qualidade e na produtividade no processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, substituição de aproximadamente 30 mil medidores obsoletos e regularização de 1.468 ligações clandestinas.

Transmissão de energia elétrica

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela ANEEL, sendo atualizada através de revisão periódica, revisão extraordinária ou reajustes anuais. Semelhante ao que ocorre na Distribuidora, a empresa atua junto ao órgão regulador buscando o reconhecimento dos custos da transmissora tanto nos processos de revisão e reajuste, quanto nos processos de homologação das Receitas Anuais Permitidas (RAPs) de novos ativos.

Com a antecipação das concessões definida na Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei n°12.783, de 11 de janeiro de 2013, as empresas que aderiram à renovação das concessões, como o caso da Cemig GT para seu negócio Transmissão, tiveram as RAPs vigentes somente até dezembro de 2012. Como outra consequência da renovação das concessões, a revisão tarifária prevista para 2013 ocorrerá apenas em 2018.

Em janeiro de 2013, como resultado da revisão extraordinária das receitas da transmissão, as novas RAPs foram publicadas. A significativa redução das RAPs ocorreu porque as receitas das transmissoras passaram a englobar somente os valores relativos à Operação e Manutenção dos ativos e outros encargos ainda existentes.

Em julho de 2014, houve novo reajuste anual das tarifas e a RAP passou para R$ 224 milhões com variação de julho/2013 para julho/2014 de 12,3%.

As regras de renovação estipularam uma indenização para os ativos ainda não depreciados, tarifas pré-definidas para a energia das geradoras, novas RAPs para as transmissoras, novos padrões de qualidade a serem fixados pela ANEEL, além da consideração de IPCA para correção anual das receitas nos reajustes anuais da transmissão ao invés do reajuste pelo IGPM.

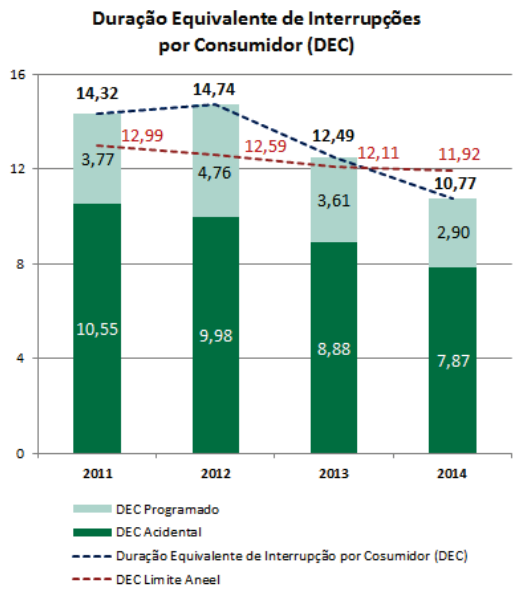
Com relação à indenização das transmissoras, os ativos a serem indenizados correspondem àqueles formados até 31 de dezembro de 2012. A indenização prevista para a Companhia, conforme Laudo entregue na Aneel e análise preliminar, ainda não homologada pela Agência, corresponde a um valor de R$1.157.106. Maiores detalhes na Nota explicativa nº 13.

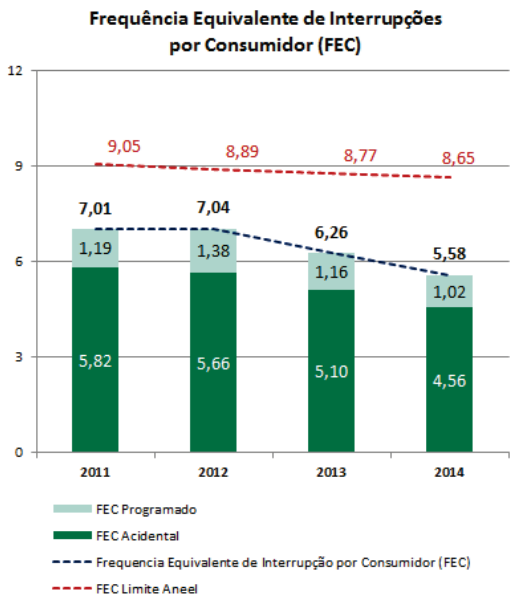
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

A Cemig desenvolve ações e iniciativas com o objetivo de melhorar a gestão operacional, a organização da logística de serviços de atendimento às emergências, e a realização permanente de inspeções e manutenções preventivas das subestações, das linhas e redes de distribuição. Investe, também, na qualificação dos seus profissionais, em tecnologias de ponta e na padronização dos processos de trabalho.

Os gráficos delineados a seguir mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente Interrupções por Consumidor). Observa-se uma melhoria continua e destacada dos valores destes indicadores, atendendo aos padrões estabelecidos pela Aneel, demonstrando que os investimentos efetuados nas ações e iniciativas citadas para melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica estão no caminho certo:





Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual.

A Cemig está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 156 Agências e 621 Postos de Atendimento. Em 2014 foram registrados 9,4 milhões de contatos através deste canal.

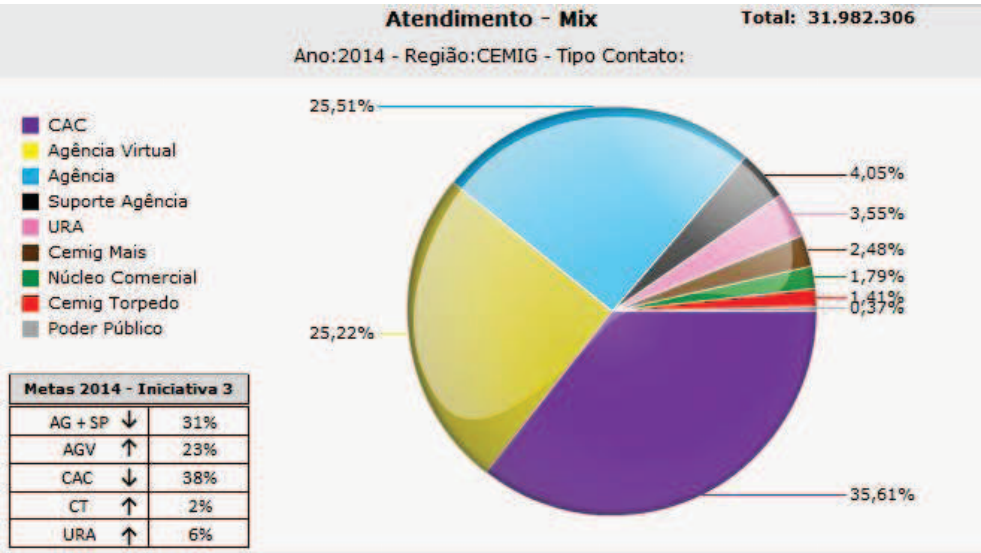
O atendimento telefônico é realizado pelo "Fale com a Cemig", através dos números 116, 0800 721 0116 ou 0800 723 8007 (para deficientes auditivos). Com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twiter) chat e e-mail. O número de contatos registrados em 2014 foi de 12,5 milhões.

Outro canal que merece destaque é o Cemig Torpedo que possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS, enviada para o número 29810. Basta o cliente informar o número do CPF do titular da conta, mais a palavra do serviço que a Cemig atende a solicitação. Em 2014 foram recebidas 452 mil mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo Cemig Atende disponível para Smartphones e Tabletes, nas plataformas Android e IOS. Através deste canal os clientes podem registrar solicitação de falta de energia, informar a leitura do medidor, verificar os débitos pendentes e retirar uma segunda via da conta. Além disto, os clientes têm acesso a informações sobre um protocolo, informações sobre a Cemig, dicas de economia e um simulador de consumo.

No site da Cemig, reformulado visualmente com ícones mais intuitivos e com acesso aos serviços através do CPF/CNPJ e senha, o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento e cadastrar o envio da fatura por e-mail. A Agência Virtual da Cemig registrou em 2014 mais de 8 milhões de contatos.

O gráfico a seguir mostra os canais de atendimento da Companhia com seus respectivos percentuais em relação ao total de atendimentos.



INVESTIMENTOS

Investimentos em Geração:

A Companhia fez os seguintes investimentos em geração no exercício de 2014:

Renova Energia S.A. - Renova:

A Cemit GT passou a participar do bloco de Controle da Renova, através de um aporte de capital na controlada em conjunto no valor de R$1.550 milhões. Após a homologação do referido aumento de capital, a participação direta da Cemig na RENOVA passou a ser de 27,37% do capital social total e 36,62% do capital social votante.

Mesa:

Aumento de participação mediante aquisição de participação indireta via Fundo de Investimento em Participações Melbourne ("FIP Melbourne")

Em 2014 a Andrade Gutierrez Participações S.A. ("AGP") alienou ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas, correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. ("SAAG"), para o FIP Melbourne, do qual a Cemig GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações ("Fundos") e sociedade de propósito específico ("SPE") e, em conjunto com os Fundos ("Estrutura de Investimento").

A Cemig GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% capital social votante da SPE, preservando a natureza privada da Estrutura de Investimento. A SAAG detém 12,4% do capital social total da MESA, sendo que a participação da Cemig na Mesa, através da SAAG, corresponde a 7,87%.

Retiro Baixo:

A Cemig GT, realizou a aquisição de participação de 49,9% do capital total da Retiro Baixo Energética S.A. – RBE. A RBE é sociedade anônima de capital fechado, titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no baixo curso do rio Paraopeba, no Estado de Minas Gerais, que possui potência instalada de 83,7MW e energia assegurada de 38,5 MW médios.

Parques eólicos – parceria com a Renova:

Aquisição de 50% de parques eólicos, via celebração de acordo de Investimento com a Renova Energia S/A ("Renova"). O Projeto consiste na instalação de 26 parques eólicos que somados totalizarão 676,2 MW de capacidade instalada, no município de Jacobina/BA, comercializados no Mercado Livre com compromisso de entrada em Operação Comercial em 2018 e investimentos previstos de R$113 milhões.

Projeto Ampliação da geração:

Iniciativa estratégica da Cemig na qual está contemplado o Projeto de Ampliação da potência instalada de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, a saber: Salto do Paraopeba, pertencente à Horizontes Energia S.A. - Horizontes, Poço Fundo (pertencente à Cemig GT) e Paraúna, usina pertencente à União sob a administração da Cemig GT (BUSA). O projeto tem como diretriz ganhos de potência e energia em razão do aumento da capacidade instalada e do melhor aproveitamento do potencial hidráulico.

Aliança:

A Companhia constituiu a Aliança Geração de Energia S.A., que será uma plataforma de crescimento e consolidação de ativos de geração detidos pela Cemig GT (45%) e pela Vale (55%). Os Ativos envolvidos na constituição da Aliança referem-se aos seguintes consórcios de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. A empresa possuirá capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração, e será responsável por investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica, com início operacional em março de 2015.

Investimentos em Distribuição

Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Os investimentos no sistema elétrico da Cemig D para este novo ciclo tarifário (2013/2017) foram aprovados em agosto de 2013 totalizando um montante de R$ 3,749 bilhões.

Em 2014 apurou-se uma realização orçamentária de R$ 792 milhões, sendo R$ 289 milhões no Sistema de Distribuição de Alta Tensão e R$ 503 milhões no Sistema de Distribuição de Média e Baixa tensão.

O número total de obras previstas para o ciclo 2013-2017 inclui 800 empreendimentos na AT e mais de 50 mil na MT/BT, viabilizados pelo trabalho de mais de 5 mil colaboradores.

Além desses expressivos números, outro destaque é para o número de novos clientes que atingirá a marca de 1,2 milhão de novas ligações no período de 2013 a 2017.

Expansões do Sistema Elétrico – Linhas de Distribuição (69 kV a 161kV)

Objetivando incrementar a disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e em quantidade requerida pelos consumidores, promovendo desenvolvimento social, industrial e comercial, de janeiro a dezembro de 2014, foram investidos R$ 779 milhões no Sistema Elétrico de Distribuição da Cemig D, incluindo o sistema de Alta, Média e Baixa tensão.

Associados às obras de subestações, podemos citar também a construção de 42 km de Linha de Distribuição no ano de 2014.

Programa de Eletrificação Rural

O Programa de Universalização Rural em andamento prevê atendimento sem ônus para um ponto por propriedade, para carga instalada de até 50 kW, conforme determinado na Lei 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 2014, a Cemig promoveu a ligação de cerca de 6 mil novas unidades consumidoras, considerando os atendimentos com necessidade de construção de rede nova e os atendimentos a pedidos onde a rede já estava disponível na porta. Além disso, foram atendidas cerca de 2 mil solicitações de aumento de carga, possibilitando a expansão das atividades rurais desenvolvidas nas propriedades. O montante investido em eletrificação rural ao longo do ano de 2014 ultrapassou a casa dos 100 milhões de reais.

Mercado Urbano

A Cemig D, desde 2006, ano em que teve sua área de concessão urbana considerada pela Agência Reguladora com universalizada, vem efetivando a todos os pedidos de atendimento. No ano de 2014 promoveu a ligação de mais 240 mil novas unidades consumidoras, considerando atendimentos com necessidade de construção de rede nova e o atendimento a pedidos onde a rede já está disponível à porta. O montante investido em eletrificação urbana ao longo do ano de 2014 atingiu a marca dos 135 milhões de reais.

Gás Natural

Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o “Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão”, entre a GASMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais, prorrogando por mais 30 anos o prazo de concessão para a GASMIG explorar os serviços de gás canalizado industrial, comercial, institucional e residencial no Estado de Minas Gerais, passando seu vencimento de 10 de janeiro de 2023 para 10 de janeiro de 2053.

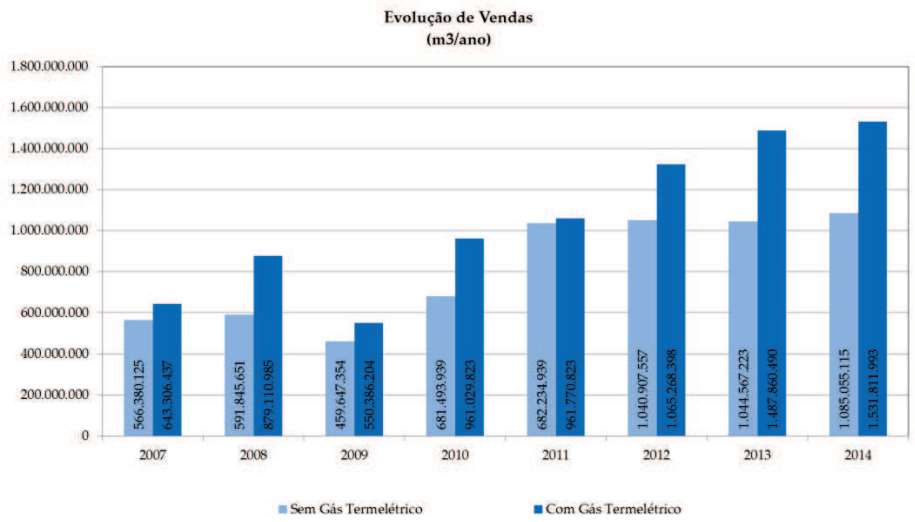
Em 2014 a Cemig realizou a aquisição dos 40% de participação da Petrobrás na Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, tornando-se a controladora da GASMIG.

Em 2014, a GASMIG vendeu para seu mercado um total de 1.531.815 mil de metros cúbicos de gás natural – verificando um aumento de 3,0% em relação ao ano anterior.

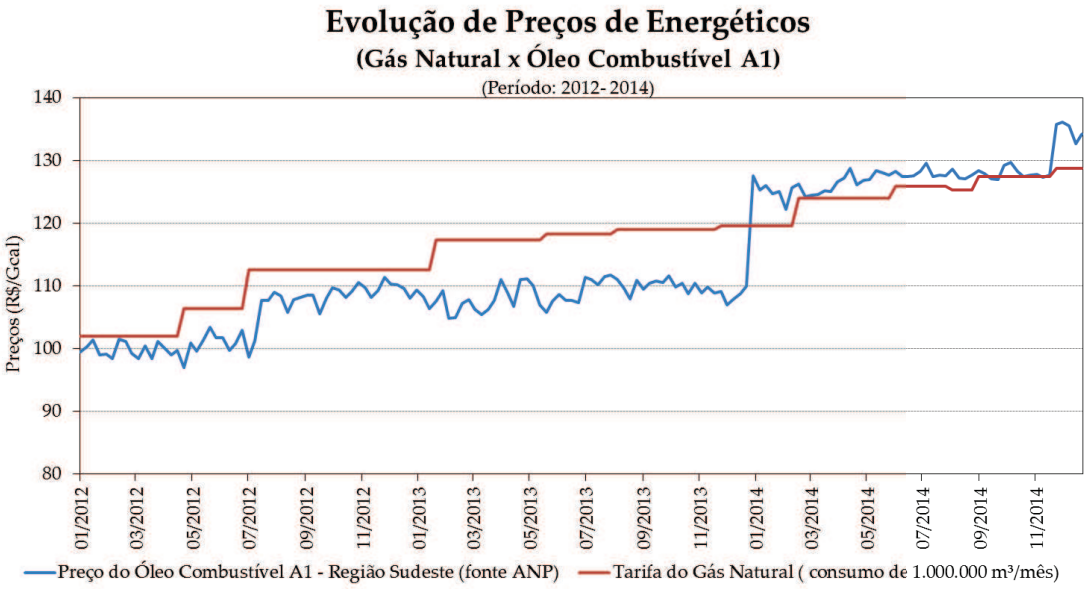
Como a utilização do gás natural pelas termelétricas manteve-se no mesmo patamar elevado de consumo registrado em 2013, com ligeira expansão de 0,78%, a performance de vendas da GASMIG em 2014 foi incrementada basicamente pelo aumento da utilização do gás natural pelo segmento industrial, com expansão de 4,62% no volume de vendas para este segmento.

A GASMIG manteve a estratégia de ofertar Gás Especial ao mercado industrial de grandes volumes, visando incentivar consumos adicionais aos volumes já contratados, mediante condições comerciais mais atrativas.

A maturação dos investimentos finalizados em 2010 nos gasodutos do Vale do Aço e do Sul de Minas – que responderam, respectivamente, por 47,4% e 12,7% do volume de vendas para o segmento não termelétrico em 2014, estando alicerçados no mercado industrial de grandes volumes – bem como a continuidade da oferta de Gás Especial a esse mercado, permitiram expandir em 3,0%, o volume global de vendas da GASMIG, apesar da retração havida na indústria brasileira.

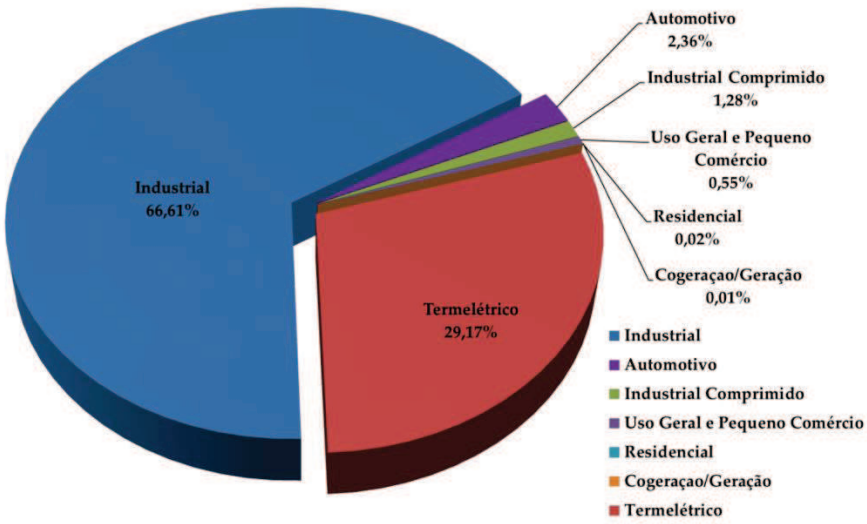


A perda da competitividade do gás natural frente aos energéticos concorrentes como gás liquefeito de petróleo (GLP) e óleo combustível ocorrida nos últimos anos – devido à distorção no mercado de combustíveis provocada pela política de administração dos preços dos derivados de petróleo – foi estancada a partir de janeiro de 2014, quando aconteceu a elevação do preço do óleo A1 nas refinarias, sendo que, nos últimos 12 meses, o gás natural adquirido pela GASMIG teve aumento de 8,16%, conforme mostrado no gráfico a seguir, onde o preço do óleo A1 é ex-refinaria.



Dando continuidade aos projetos estruturantes para interiorização da oferta de gás natural em Minas Gerais, que foram iniciados em dezembro de 2013 com o fornecimento de Gás Natural Comprimido (GNC) estruturante para estabelecimentos industriais e comerciais localizados em Governador Valadares e Itabira, a GASMIG iniciou em agosto de 2014 o fornecimento de gás natural para indústrias localizadas em Pouso Alegre, via projeto estruturante suprido por Gás Natural Liquefeito (GNL).

ESTRUTURA DE MERCADO EM 2014 (%)



MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, totalizou R$6.294 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.

Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2013 e 2014, das ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2013	Fechamento 2014
Cemig PN	CMIG4	R$	14,01	13,14
Cemig ON	CMIG3	R$	14,20	13,80
ADR PN	CIG	US$	5,86	4,90
ADR ON	CIG.C	US$	6,39	5,35
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	4,39	4,01

Fonte - Economática – cotações ajustadas por proventos, inclusive dividendos

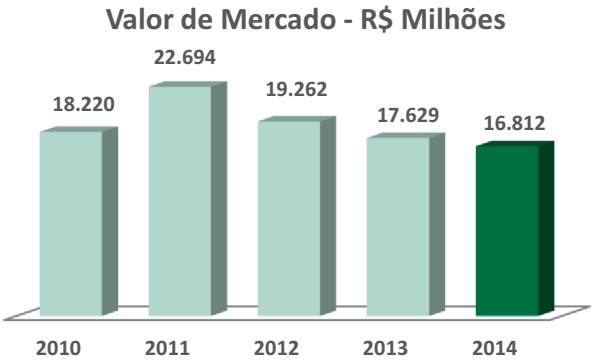
Em 2014, as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R$17,7 bilhões, com uma média diária de quase R$71,4 milhões. Esse volume faz com que nossa ação preferencial (PN) seja uma das mais negociadas da Bovespa, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

Vale ressaltar que o volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque se equiparou aos volumes negociados no mercado brasileiro quando convertido em reais, o que reforça a posição da Cemig como opção global de investimento. Em 2014, a ADR PN (CIG) movimentou US$8,9 bilhões, com média diária aproximada de US$35,4 milhões.

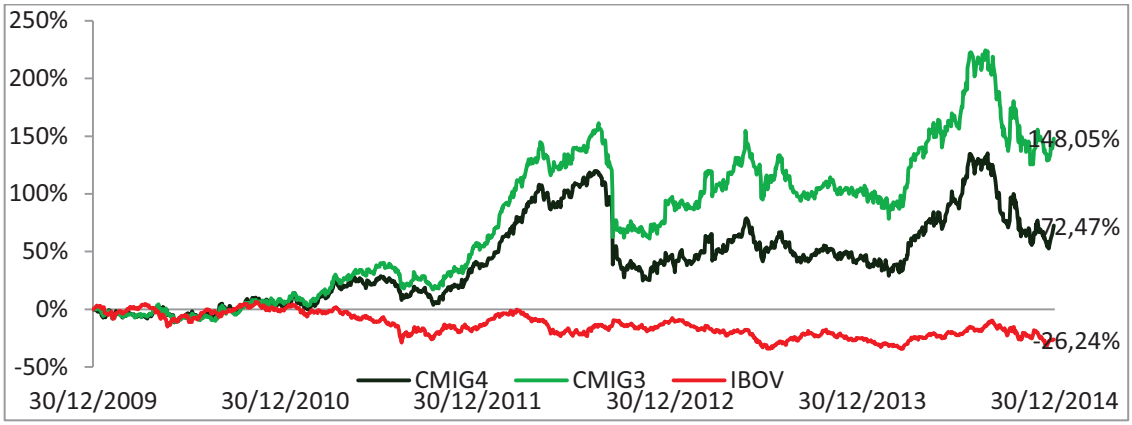
Em termos de desempenho, em 2014 ambas as ações da Cemig negociadas na Bovespa tiveram desempenho superior àquele verificado pelo índice do setor elétrico, IEE. As ações preferenciais da Companhia (CMIG4) registraram variação positiva de 16,06% e as ações ordinárias (CMIG3) de 20,0%.

	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	DJIA	IEE
2014	16,0%	20,0%	1,2%	3,7%	-2,9%	7,5%	3,5%

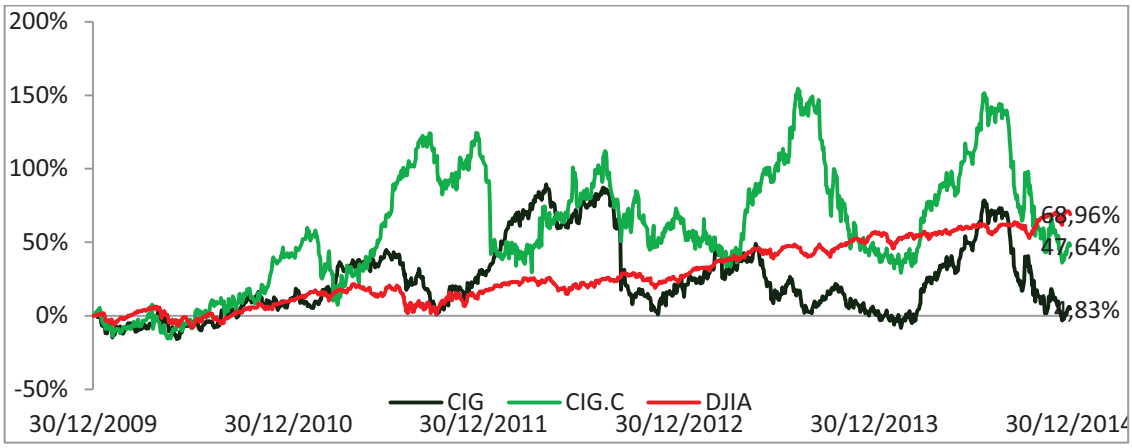
O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Companhia ao valor de mercado das ações no último dia de negociação de cada ano.



Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos anos, em comparação a outros indicadores:



Fonte: Economática



Fonte: Economática

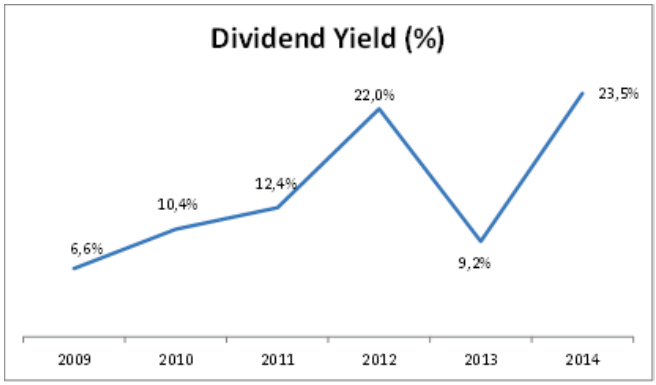
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A Cemig, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos, geralmente, em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem.

Os dividendos e JCP declarados em proventos pela Companhia alcançam o montante de R$4.394 milhões, conforme abaixo:

- R$2.859 milhões são referentes a reservas de lucros constantes no exercício de 2013, sendo:
  - R$1.704 milhões de dividendos extraordinários (declarados em 27/06/2014);
  - R$1.100 milhões de dividendos extraordinários (declarados em 07/11/2014);
  - R$545 milhões de dividendos adicionais (declarados em 30/04/2014);
- R$230 milhões de JCP (declarados em 26/12/2014) referentes ao exercício de 2014, a serem abatidos do dividendo mínimo obrigatório de 2014 que será declarado na Assembleia Geral dos Acionistas de abril de 2015.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2015 que, ao resultado do exercício e saldo de lucros acumulados referentes à realização da Reserva de Ajustes de Avaliação, nos montantes de R$3.137 milhões e R$71 milhões, respectivamente, seja dada a seguinte destinação:

- R$797 milhões, correspondentes a 25% do lucro líquido, sejam pagos como dividendos, até 31 de dezembro de 2015, conforme segue:
  - R$230 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
  - R$567 milhões como dividendos complementares;

- R$2.410 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido da seguinte forma:

  - R$797 milhões, correspondentes a 25% do lucro líquido, na conta de Reserva de Dividendos obrigatórios não distribuídos para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir;
  - R$1.584 milhões na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2015, conforme orçamento de capital; e,
  - R$29 milhões na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2014 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2014, foram realizadas 37 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2014 foram realizadas 10 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

E adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. As Demonstrações Financeiras são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2014	% em relação à auditoria	2013	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	1.117	74,32	1.084	74,40
Avaliação de controles internos - SOX	372	24,75	360	24,71
Auditoria de ativos e passivos regulatórios	14	0,93	13	0,89
	1.503	**100,00**	**1.257**	**100,00**
Serviços Adicionais:				
Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL	74	4,92	70	4,58
Total Geral	**1.577**	**104,92**	**1.527**	**104,58**

Os serviços adicionais foram contratados para o período de junho de 2012 a março de 2015, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia na apuração do imposto de renda e contribuição social, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 2 inciso III da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os riscos estratégicos e de processos/operacionais. Objetivo é fornecer informações a alta administração para a tomada de decisões relativas à gestão dos riscos de maior relevância, preservando o valor da empresa.

O processo é supervisionado pelo Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC da Companhia. que tem, ainda, como atribuições: suportar a Administração na definição das diretrizes, políticas e procedimentos e mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa.

Para sanar ou prevenir as possíveis não conformidades ou irregularidades com as leis, regulação ou com as normas internas da companhia, a Cemig vem trabalhando no projeto "Desenvolvimento de metodologia e ferramenta inovadora de auditoria contínua inteligente" (P&D 506). O objetivo é desenvolver e implantar um sistema de auditoria contínua que permita às gerências executivas e à Auditoria da Cemig monitorar, contínua e preditivamente, com relativa facilidade, os processos-chaves da empresa. Em tempo hábil, o sistema poderá corrigir eventuais irregularidades, evitando trabalho, perdas financeiras, regulatórias e de imagem, resultantes dessas inconsistências.

Política Antifraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou corrupção, em todas as suas formas, incluindo os atos contra a administração publica definidos pela Lei 12.846/13, sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

Lei Sarbanes-Oxley e Certificação de Controles Internos

Os auditores independentes da Cemig emitiram, sem ressalvas, opinião sobre os controles internos sobre a divulgação de relatórios financeiros para a data base de 31 de dezembro de 2013, em 30 de abril de 2014.

Anualmente, a Administração da Cemig, a partir de uma análise e revisão dos riscos dos processos, documenta e testa a efetividade dos controles internos sobre a divulgação dos relatórios financeiros nos níveis dos processos da entidade, de negócios e de tecnologia da informação, conforme as normas da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e com base nos critérios do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) - 2013.

Além de atender a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), as atividades relacionadas à Certificação dos Controles Internos contribuem com a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa, sendo realizadas e monitoradas de forma sistemática e permanente.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu atual posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

Alternativas energéticas, Pesquisa e Desenvolvimento

Usina Solar Fotovoltaica do Estádio Magalhães Pinto (UFV Mineirão)

Em abril 2014, iniciou-se a operação da UFV Mineirão, um empreendimento com investimentos de, aproximadamente, €3,7 milhões.

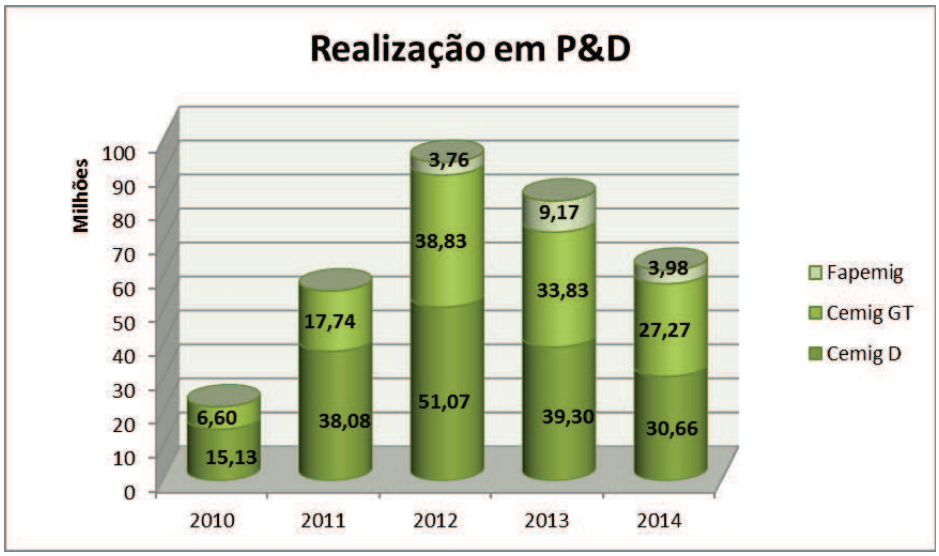
Com capacidade instalada de 1,42 MWpico, a UFV Mineirão é hoje a maior usina fotovoltaica em estádios no mundo, em termos de geração de energia, sendo capaz de fornecer energia equivalente ao consumo de cerca de 1.200 residências de médio porte.

PROGRAMA DE PESQUISA & DESENVOLVIMENTO CEMIG

O Grupo CEMIG investe anualmente cerca de R$ 60 milhões em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento P&D. Os recursos destinados ao projetos P&D devem ser destinados ao desenvolvimento tecnológico, à geração de novos processos e produtos e ao aprimoramento de características de processos e produtos existentes e capacitação de pessoas, buscando melhora de qualidade, redução de custos ou oferta de novos serviços aos clientes, visando sempre atender as principais demandas tecnológicas da Companhia.

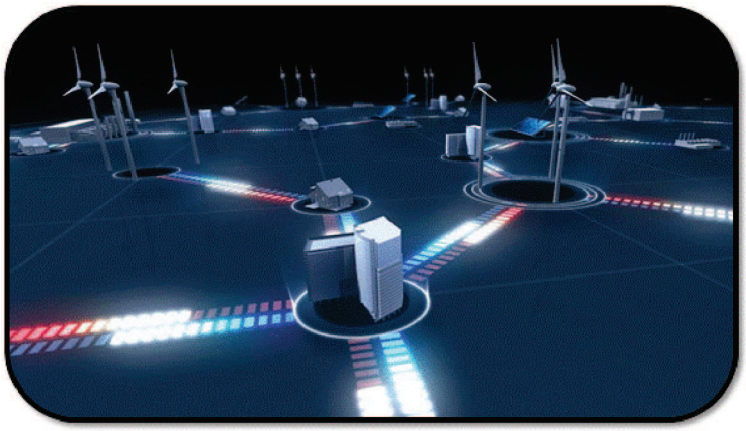
Projetos de P&D 2014 - Cemig GT	
Numero de projetos contratados	Valor
20	R$ 32,11 milhões

Projetos de P&D 2014 - Cemig D	
Número de projetos contratados	Valor
9	R$ 22,61 milhões



A Cemig, por meio do programa de P&D investe em projetos ligados aos diversos processos da empresa, muito além da engenharia, como aqueles ligado ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável, desenvolvimento de novas fontes de energia, processos comerciais para atendimento a clientes, gestão, auditoria, etc.

Smart Grid



A Cemig se prepara para um novo conceito de distribuição de energia e relacionamento com os clientes. Trata-se do projeto Cidades do Futuro, que já é uma realidade para cerca de 3 mil moradores de Sete Lagoas (MG), com objetivo de validar, em escala adequada e representativa para a Cemig, os produtos, os serviços e as soluções inovadoras inerentes à arquitetura das redes inteligentes de energia. Serão desenvolvidos equipamentos, aplicativos computacionais e metodologias, além da implantação de provas de conceito em campo. A Cemig pretende testar, medir e validar as tendências do mercado em suas instalações elétricas, de telecomunicações, sistemas computacionais e de relacionamento com consumidores e geradores distribuídos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Crescer envolvendo todos os seus públicos de relacionamento é a estratégia de responsabilidade social da Cemig que está presente em mais de 774 cidades e 23 Estados do Brasil, e leva energia de qualidade a milhões de brasileiros.

Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig. Em novos empreendimentos ou naqueles que a Cemig administra, o contato com as comunidades ocorre ao longo de todo o ano, por meio de projetos de educação, incentivo ao artesanato e atividades locais, alerta para chuvas, visitas periódicas, treinamentos, com o intuito de prestar assistência e acompanhar o desenvolvimento local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2014 são:

Tarifa Social: Cerca de 845 mil famílias já realizaram o cadastro para obter o benefício de desconto nas contas da Cemig. Para ser elegível, o cliente deve possuir renda per capita de até meio salário mínimo, estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e ter o Número de Identificação Social – NIS ou possuir Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC.

Programa AI6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2014/2015, envolveu a participação de 2.158 empregados voluntários da Cemig, destinando recursos para 102 municípios com o intuito de beneficiar 193 instituições. O montante destinado pelos empregados foi de R$1,4 milhão; o valor investido pela Empresa foi de R$2,5 milhões. No total, foram destinados R$3,9 milhões para atendimento a aproximadamente 24.814 crianças e adolescentes.

Programa Proximidade: com o foco em desenvolver uma cultura de esclarecimento sobre a questão das enchentes, suas origens, ações e comportamentos que a agravam, ações que reduzem seus efeitos e como os reservatórios trabalham para minimizá-las, a Cemig realiza eventos durante o ano em diversas localidades, com apresentação de palestras sobre a previsão meteorológica, a atuação da empresa para o controle das cheias, os procedimentos para garantir a segurança física dos barramentos, as ações ambientais e outros temas relevantes para a população local. Em 2014, o Programa realizou 6 eventos, com cerca de 350 pessoas, atendendo as comunidades vizinha dos entrono dos reservatórios de Gafanhoto, Itutinga/Camargos, Aimorés, Rio de Pedras, Queimado e Três Marias. Em cada reunião, os presentes puderam esclarecer dúvidas sobre procedimentos operativos e de segurança adotados nas Usinas da Empresa, condições climáticas e aspectos ambientais, além de participar de uma visita guiada às instalações

Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2014 foi de R$ 51,8 milhões, com uma redução de energia de 44.255 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 12.387kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços. Este programa possui alguns subprogramas dos quais destacamos:

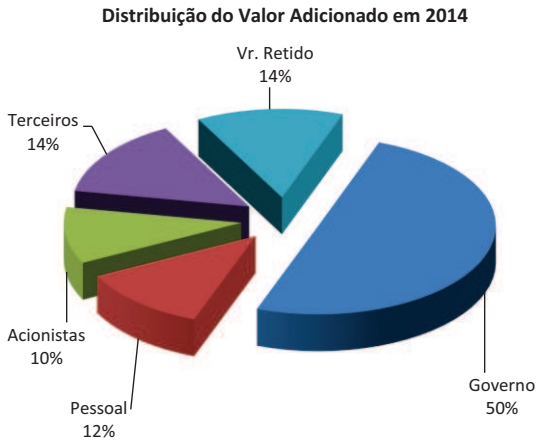
Projeto Versol: Com o objetivo de promover a inclusão social e a cidadania de crianças e jovens de camadas sociais de baixa renda, o Projeto Versol oferece caminhos de socialização através do esporte, cursos profissionalizantes voltados para o segmento de esportes náuticos, educação ambiental e cultura. O projeto que forma novos velejadores, é uma parceria entre a Companhia, a Prefeitura de Três Marias e o Instituto Rumo Náutico, dirigido pelos irmãos Grael. No projeto são oferecidas 230 vagas por semestre, para crianças e adolescentes de 9 a 24 anos, de ambos os sexos, da rede pública de ensino. Os participantes recebem aulas de vela, caiaque, remo, natação, vôlei e outros esportes e praticam atividades lúdicas. Além disso, aprendem sobre mecânica náutica, noções climáticas, ecoturismo e biologia.

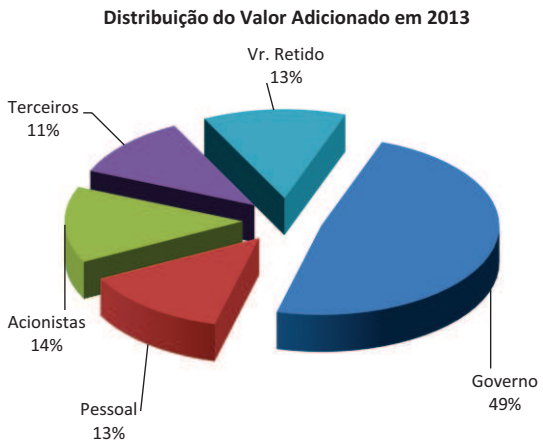
Projeto Conviver - Iniciado em 2006, tem por objetivo orientar clientes de baixa renda sobre as ações e medidas de eficiência energética. Foram investidos R$ 15,5 milhões em 2014 e atendidas mais de 55 mil famílias. Foram substituídas 4.282 geladeiras e 232.445 lâmpadas fluorescentes compactas. As geladeiras antigas e lâmpadas, recolhidas pela Cemig, passam por processo de reciclagem. Este projeto viabiliza ganhos significativos com a redução da inadimplência e de perdas de energia nas comunidades atendidas.

Energia do Bem – este projeto implementa equipamentos mais econômicos nas entidades filantrópicas e sem fins lucrativos como hospitais, creches e entidades de Longa Permanência de Idosos. O objetivo é otimizar o uso e consumo de energia elétrica, prezando por um uso racional, além de conseguir preservar o meio ambiente.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade, com R$ 13.209 milhões de valor adicionado em 2014 em comparação a R$ 11.568 milhões em 2013.



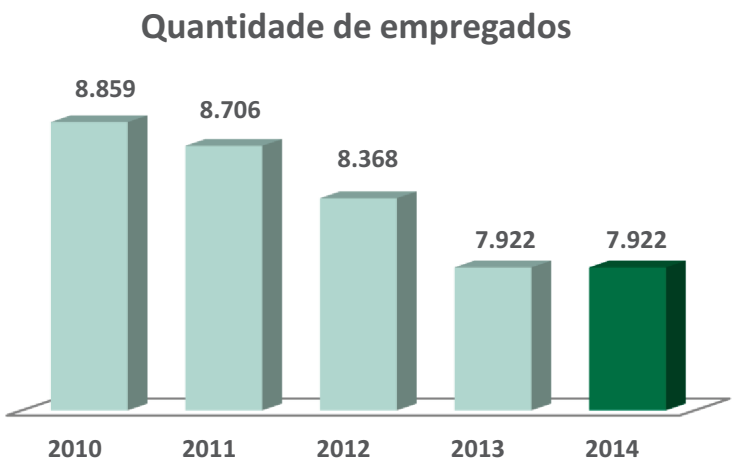


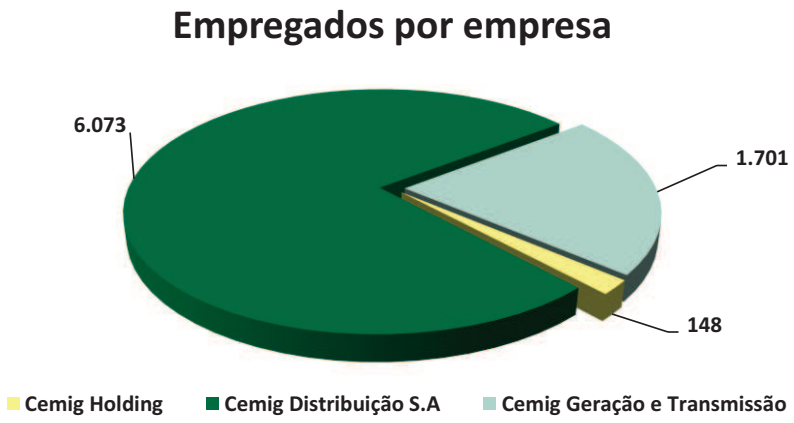
Recursos Humanos

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

A Companhia apresenta uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos conforme apresentado no gráfico abaixo:





Provimento

Com o objetivo de manter um quadro de pessoal equilibrado e eficiente, consolidando a atratividade da Companhia no mercado, a estratégia de remuneração da Cemig reflete um posicionamento compatível com o mercado, com benefícios competitivos e programas voltados para o bem-estar dos empregados.

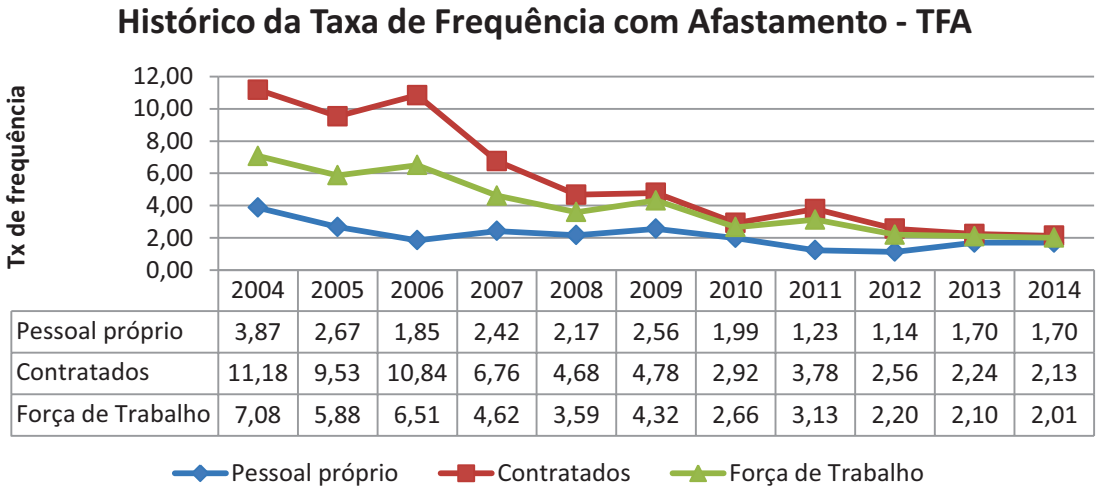
Através do Programa Anual de Estágios curriculares, a Cemig proporcionou a 225 estagiários a oportunidade de desenvolvimento em sua área de formação, associando teoria e prática.

Com o Programa de Aprendizagem Cemig-Cesam, 255 adolescentes carentes desenvolveram novas competências, em função do aprendizado profissional, sob a supervisão de tutores empregados da Cemig.

Como ação derivada dos estudos relativos ao planejamento e política de pessoal, alinhados à estratégia corporativa, visando o reequilíbrio técnico-quantitativo em virtude, principalmente, dos desligamentos decorrentes do Plano de Desligamento Incentivado ocorrido em 2013, a Empresa promoveu, em 2014, a admissão de 214 novos empregados.

Segurança do Trabalho, Saúde e Bem-estar

Em decorrência das diversas ações e programas da empresa voltados às questões de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Bem-estar – SSO&BE, os indicadores de acidentes têm apresentado uma tendência contínua de redução nos últimos 10 anos, tanto considerando pessoal próprio quanto contratado. Em 2014 a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA relativa à força de trabalho foi de 2,01, cerca de 71% a menos que em 2004, cuja taxa foi de 7,08, conforme gráfico a seguir.



	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Pessoal próprio	3,87	2,67	1,85	2,42	2,17	2,56	1,99	1,23	1,14	1,70	1,70
Contratados	11,18	9,53	10,84	6,76	4,68	4,78	2,92	3,78	2,56	2,24	2,13
Força de Trabalho	7,08	5,88	6,51	4,62	3,59	4,32	2,66	3,13	2,20	2,10	2,01

UniverCemig

A Cemig mantém a UniverCemig, sua Universidade Corporativa, com o objetivo de oferecer oportunidades de aprendizado aos empregados do grupo Cemig, fornecedores, clientes, outras empresas do Brasil e do mundo, em temas relacionados à energia, saúde e segurança do trabalho, suporte estratégico, meio ambiente, qualidade, sustentabilidade.

Em relação aos resultados quantitativos, foram oferecidas pela UniverCemig, em 2014, 24.700 participações e 384.917 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig e 2.438 participações e 61.982 homens-hora de treinamento para empregados de outras empresas. O valor investido total em ações de treinamento e desenvolvimento foi de R$ 38 milhões.

Com o objetivo de melhorar a qualidade, produtividade e a cultura de segurança do trabalho das empresas fornecedoras de serviços de operação e manutenção de redes de distribuição, foi desenvolvida uma matriz de treinamento para as empresas contratadas. Essa matriz contempla, para cada função descrita nos contratos de prestação de serviços, os principais treinamentos exigidos e todos os requisitos desses treinamentos, de forma a garantir o cumprimento dos seus objetivos, bem como auxiliar as empresas que queiram estruturar os seus próprios centros de treinamento.

Iniciativas Culturais e Esportivas

Em 2014, os patrocínios em cultura alcançaram o total de 164 projetos, com investimentos da ordem de R$ 7,4 milhões em recursos próprios e R$ 24,5 milhões em repasse via leis de incentivo, sendo os principais programas o Cemig Cultural, com investimento de base para o mercado cultural, e o Filme de Minas, que tem o propósito de estimular a produção audiovisual no Estado de Minas Gerais.

A Cemig investe também em projetos voltados para o Esporte por meio de recursos próprios e do incentivo da Lei do Esporte, sendo investido em 2014 um montante de R$5,15 milhões. Em 2014 a Cemig recebeu, pela quinta vez consecutiva, o Prêmio Empresário Amigo do Esporte, desenvolvido pelo Ministério do Esporte. A Cemig foi contemplada como a empresa que mais investe em esporte no Estado de Minas Gerais.

Meio Ambiente

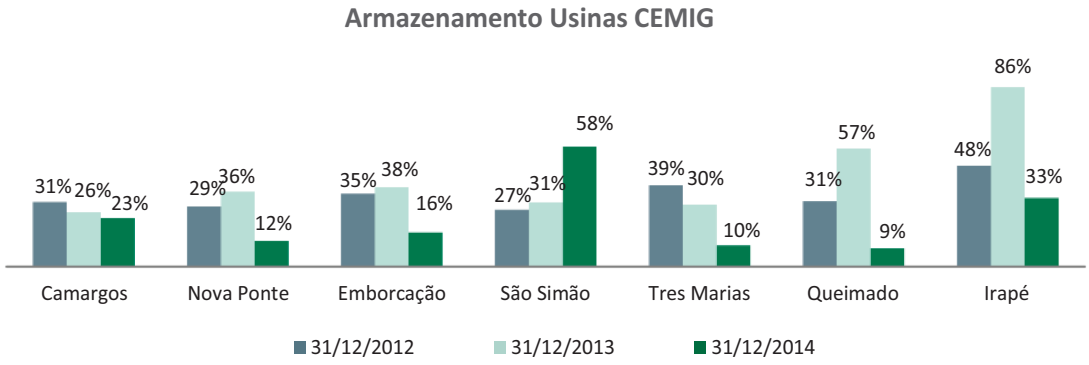
Em 2014, a Cemig investiu um total de R$ 52,8 milhões em recursos relacionados às questões ambientais, sendo R$41,1 milhões na gestão ambiental e R$ 11,7 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente.

Recursos Aplicados em Meio Ambiente
(R$ milhões)

Recursos Hídricos

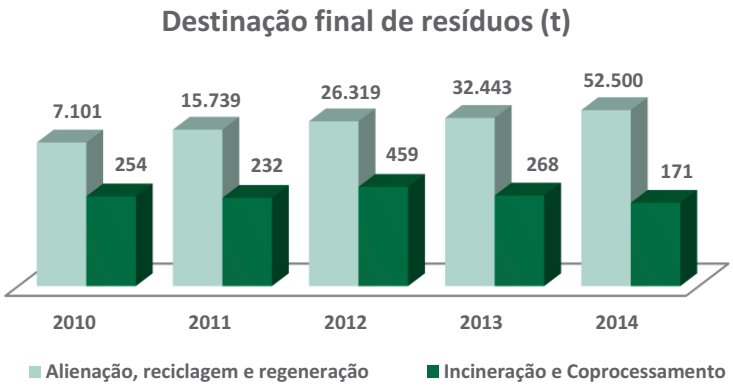
A Cemig possui uma rede que monitora regularmente as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), perfazendo um total de 43 reservatórios e mais de 200 estações de coleta de dados físicos químicos e biológicos.

A Cemig disponibiliza o banco de dados sobre o monitoramento de qualidade da água de seus reservatórios, o Siságua na internet, objetivando o compartilhamento das informações adquiridas sobre estes ecossistemas aquáticos.



Gestão de Resíduos

Em 2014 foram destinadas 52,7 mil toneladas de resíduos e materiais inservíveis, sendo que 52,5 mil toneladas foram alienadas ou recicladas e 171 toneladas foram coprocessadas ou incineradas. Do total apresentado, 99,2% são referentes somente aos resíduos destinados pela Cemig D, oriundos do Plano de Modernização do Sistema da Distribuidora.



Programas para a Ictiofauna

O Programa Peixe Vivo foi lançado em junho de 2007 pela Cemig e vem atuando na expansão e criação de medidas mais efetivas para a conservação da ictiofauna nas bacias hidrográficas onde estejam instaladas usinas da empresa, favorecendo as comunidades que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento. Com a ajuda dos diversos segmentos da comunidade, que auxiliaram no planejamento de alternativas preventivas incorporadas às diretrizes da Política Ambiental da Cemig, o Peixe Vivo atua em três frentes: os programas de conservação da ictiofauna e bacias hidrográficas, a produção de conhecimento científico para subsidiar esses programas e a promoção do envolvimento da comunidade nas atividades previstas.

Foram produzidos cerca de 661 mil alevinos, totalizando 14 toneladas, que foram soltos em 72 peixamentos, com a participação de 2.591 pessoas das comunidades locais, em 42 municípios.

Biodiversidade

Considerando a predominância de Usinas Hidrelétricas na matriz energética da Cemig, a estratégia ambiental da Companhia em relação à biodiversidade é direcionada aos programas de conservação do conjunto de espécies de peixes que vivem nos cursos d'água onde possui empreendimentos.

Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado "10 iniciativas para o clima", em que estão definidas as linhas de ação da Empresa. O envolvimento da alta liderança e a discussão acerca das questões mais relevantes torna essa atuação mais efetiva, como evidenciado pelo estabelecimento de metas voluntárias de redução das emissões, do consumo de eletricidade e das perdas de energia, mesmo a Empresa apresentando baixa intensidade de emissões de GEE.

Em 2014 a Cemig publicou o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por auditoria independente. O documento completo pode ser acessado no site da Companhia.

Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Para os empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental formal são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos avaliados. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 estão em processo de licenciamento corretivo. A Cemig GT possui 75,3% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 24,7% em processo de obtenção das respectivas licenças ambientais, totalizando 100% de regularidade com os órgãos fiscalizadores. Já a Cemig D possui 71,4% de seus empreendimentos devidamente licenciados e 28,6% em processo de licenciamento.

RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2014, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Índice Dow Jones de Sustentabilidade

A Cemig mais uma vez foi selecionada para compor a carteira do *Dow Jones Sustainability World Index* no período 2014/2015. São 15 anos consecutivos que marcam a permanência da Companhia nesse índice, mantendo-se como a única do setor elétrico da América Latina a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999.

As empresas que constam deste Índice, indexado à bolsa de Nova York, são classificadas como as mais capazes de criar valor para os acionistas, a longo prazo, por meio de uma gestão dos riscos associados tanto a fatores econômicos, como ambientais e sociais

Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – “Troféu Transparência”

A Companhia ganhou pela décima primeira vez consecutiva o Troféu Transparência, concedido pela Anefac-Fipecafi-Serasa Experian. O Troféu Transparência é entregue às empresas que detêm práticas de transparência nas informações contábeis, no que diz respeito à qualidade do relatório da administração e consistência com dados divulgados, entre outros fatores. A Companhia foi premiada na categoria “Empresas de Capital Aberto com Faturamento acima de R$5 bilhões”, entre as dez empresas de capital aberto com as melhores demonstrações financeiras do País.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - ISE

Promoção de uma lista de empresas que amplia o entendimento sobre as mesmas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas. A Companhia foi selecionada, pela décima vez consecutiva, para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA, mantendo-se no índice desde a sua criação, em 2005.

Prêmio Abap de Sustentabilidade

Promovido pela Associação Brasileira das Agências de Publicidade – Capítulo Minas Gerais visa reconhecer e destacar o trabalho pelas empresas em prol do desenvolvimento cultural e socioambiental do Estado. A Cemig foi vencedora na categoria "Especial".

IR Magazine Awards Brazil

Pesquisa da IR Magazine Awards Brazil para identificar os profissionais de RI de destaque no Brasil. Neste ano a Cemig ganhou na categoria Serviços Públicos.

Índice Carbono Eficiente da BM&FBovespa e BNDES

A Cemig foi selecionada para compor o Índice Carbono Eficiente (ICO2). Desenvolvido pela BM&FBovespa e pelo BNDES, o indicador sinaliza para os mercados de capitais nacional e internacional que o País e as companhias brasileiras listadas estão alinhados com as mais avançadas discussões sobre as mudanças climáticas. Presente pela 4ª vez consecutiva.

Participação no ranking Latam–Stars Index

Elaborado pela consultoria Management & Excellence (M&E), o índice teórico de ações de empresas consideradas as melhores em gestão sustentável na América Latina tem 8 brasileiras entre as 16 eleitas. A Cemig está entre elas e é a única do setor de energia.

Carbon Disclosure Project - CDP

Entre as 10 empresas mais transparentes pela CDP – Carbon Disclosure Project – Com a maior pontuação entre as empresas brasileiras participantes, a Cemig foi selecionada pelo Carbon Disclosure Projet (CDP – edição 2014) como empresa líder em transparência de informações de estratégia empresarial na gestão das mudanças climáticas. Este é o 3º ano consecutivo em que a Empresa é reconhecida pela organização e o primeiro em que ela obtém a melhor pontuação nesse quesito.

Benchmarking Ambiental Brasileiro

O Programa Benchmarking é um selo de sustentabilidade independente para reconhecer e compartilhar as melhores práticas de sustentabilidade adotadas por empresas e instituições brasileiras. Com foco na qualidade gerencial da prática, identifica empresas e gestores que são referência e exemplos a seguir pela excelência de suas práticas. A Cemig Geração e Transmissão ficou em 9º lugar com o Programa Peixe Vivo.

Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza

Promovido pelo Grupo Sou Ecológico, integrado pela Revista Ecológico. O Programa Peixe Vivo foi agraciado com o Prêmio Melhor Exemplo em Fauna.

Status Prime pela Oekom-Research

A Cemig recebeu o status de Prime (B-) pela Oekom-Research, agência alemã de rating de sustentabilidade. A Oekom é uma das principais agências do mundo de classificação de investimentos voltados para a sustentabilidade empresarial tendo mais de 17 anos de experiência. Com a classificação Prime, a Cemig se qualifica a receber investimentos das instituições que consideram os critérios da Oekom. Somados, os investimentos dessas instituições representam 90 bilhões de euros. Essa foi a 3ª vez consecutiva.

Destaque no "Anuário Telecom"

Com realização da Isto É Dinheiro, a Cemig venceu na categoria Energia Elétrica.

Prêmio Aberje

Primeiro lugar na categoria "Comunicação de Programas Voltados à Sustentabilidade Empresa", na etapa regional Minas Gerais e Centro-Oeste, com o Programa "Atitudes que Movem o Mundo".

Prêmio Época/Reclame Aqui Qualidade no Atendimento

Realizado pela Revista Época e o site Reclame Aqui, os vencedores são escolhidos por meio de votação popular no site da Reclame Aqui. A Cemig Distribuição foi vencedora na Categoria Serviços Públicos - Energia Elétrica, pelo segundo ano consecutivo.

Prêmio Funcoge

Com o trabalho “Gestão Imobiliária Estratégica: Um Convite à Eficiência Operacional”, a Empresa recebeu o troféu Fundação Coge na categoria Gestão Empresarial Estratégica.

Empresa Amiga da Criança

Reconhecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes (CMDCA) de Belo Horizonte. O FMDCA arrecada recursos, por meio de destinações do imposto de renda de empresas parceiras e pessoas físicas e de via conta bancária, para execução de políticas, ações e programas de proteção e defesa dos direitos dos jovens belorizontinos.

Prêmio Empresário Amigo do Esporte

O Prêmio Empresário Amigo do Esporte é destinado a homenagear os apoiadores de projetos desportivos e paradesportivos que contribuíram, via Lei de Incentivo ao Esporte, para o desenvolvimento e o fortalecimento do desporto nacional, nas suas diversas modalidades e manifestações. O Ministério dos Esportes reconheceu a Cemig pelo apoio ao desporte mineiro como a empresa que mais destinou recursos da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, pelo 5º ano consecutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2014	2013
	Valor (Mil Reais)	Valor (Mil Reais)
Receita Líquida (RL)	19.539.578	14.627.280
Resultado Operacional (RO)	5.580.398	4.362.471
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.109.968	1.038.555

2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	79.436	7,16	0,41	75.221	7,24	0,51
Encargos sociais compulsórios	294.767	26,56	1,51	282.123	27,16	1,93
Previdência privada	78.644	7,09	0,40	77.058	7,42	0,53
Saúde	44.369	4,00	0,23	44.546	4,29	0,30
Segurança e medicina no trabalho	21.372	1,93	0,11	18.716	1,80	0,13
Educação	604	0,05	-	463	0,04	-
Cultura	-	-	-	78	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	37.553	3,38	0,19	27.125	2,61	0,19
Creches ou auxílio-creche	2.183	0,20	0,01	2.102	0,20	0,01
Participação nos lucros ou resultados	238.664	21,50	1,22	228.763	22,03	1,56
Outros	16.657	1,50	0,09	18.422	1,77	0,13
Total - Indicadores Sociais Internos	**814.249**	**73,37**	**4,17**	**774.617**	**74,57**	**5,29**

3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	287	0,01	-	1.200	0,03	0,01
Cultura	26.816	0,48	0,14	24.831	0,57	0,17
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN/ Esporte	66.699	1,20	0,34	51.638	1,18	0,35
Total das Contribuições para a Sociedade	**93.802**	**1,68**	**0,48**	**77.669**	**1,78**	**0,53**
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.749.772	120,96	33,54	5.605.824	128,50	38,32
Total – Indicadores Sociais Externos	**6.843.574**	**122,64**	**35,02**	**5.683.493**	**130,28**	**38,85**

4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	52.838	0,95	0,27	181.300	4,16	1,24
Em Programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**52.838**	**0,95**	**0,27**	**181.300**	**4,16**	**1,24**
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	

5) Indicadores do Corpo Funcional	2014	2013
Nº de empregados (as) ao final do período	7.922	7.922
Nº de admissões durante o período	217	776
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	ND	ND
Nº de estagiários (as)	277	336
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	3.596	3.375
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.087	1.042
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	12,03	12,76
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	2.546	2.542
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	14,11	13,17
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	230	85

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014			Metas 2015		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa			**32,26**			**Não há metas**
Número total de acidentes de trabalho considerar com empregados			88			Não há metas
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são Exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	Em 2014:			Em 2013:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	50,23% governo 10,33% acionistas 11,98% colaboradores (as) 14,08% terceiros 13,42% retido			48,46% governo 13,84% acionistas 13,46% colaboradores (as) 11,25% terceiros 12,99% retido		

7) Outras Informações

I.Em 2014, a Cemig investiu um total de R$ 52,8 milhões em recursos relacionados às questões ambientais, destes, R$ 11,7 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente e R$ 41,1 milhões em gestão ambiental.
II. Outra importante atuação da Cemig ocorre em relação ao monitoramento da qualidade da água dos reservatórios. A Cemig possui uma rede que monitora regularmente as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), perfazendo um total de 43 reservatórios e mais de 200 estações de coleta de dados físicos químicos e biológicos.
III. Em 2014 foram destinadas 52,6 mil toneladas de resíduos e materiais inservíveis, sendo que 52,5 mil toneladas foram alienadas, recicladas ou regeneradas, 171 toneladas foram coprocessadas ou incineradas. Do total apresentado, 99,2% são referentes somente aos resíduos destinados pela Cemig D, oriundos do Plano de Modernização do Sistema da Distribuidora. Dentro desses valores, foram regeneradas 114 toneladas de óleo mineral isolante impróprio para consumo interno e coprocessadas 156 toneladas de resíduos impregnados com óleo. Dos valores apresentados, 981 toneladas representam resíduos perigosos e 51,7 mil toneladas resíduos não perigosos.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	**MEMBROS SUPLENTES**
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Bruno Westin Prado Soares Leal
Mauro Borges Lemos	Ana Sílvia Corso Matte
Allan Kardec de Melo Ferreira	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães	Wieland Silberschneider
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Antônio Dirceu Araújo Xavier
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Carlos Fernando da Silveira Vianna
Guy Maria Villela Paschoal	Flávia Miarelli Piedade
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Otávio Marques de Azevedo	Bruno Magalhães Menicucci
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Marina Rosenthal Rocha
Ricardo Coutinho de Sena	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	**MEMBROS SUPLENTES**
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Lauro Sander	Salvador José Cardoso de Siqueira
Bruno Gonçalves Siqueira	Rafael Pinto Queiroz Neto

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	**CARGO**
Mauro Borges Lemos	Diretor-Presidente
Mateus de Moura Lima Gomes	Diretor Vice-Presidente
Fabiano Maia Pereira	Diretor Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor de Geração e Transmissão
Márcio Lúcio Serrano	Diretor de Gestão Empresarial
Fernando Henrique Schüffner Neto	Diretoria de Desenvolvimento de Negócios
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	887.143	2.201.827	113.336	286.183
Títulos e Valores Mobiliários	7	993.994	933.571	46.284	163.591
Consumidores e Revendedores	8	2.141.844	1.911.731	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	8	247.571	240.520	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	848.375	2.254	-	-
Tributos Compensáveis	9	213.602	481.544	4.816	4.817
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	294.903	248.615	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		-	42.617	-	-
Dividendos a Receber		73.283	17.086	354.811	1.202.165
Fundos Vinculados		1.110	1.877	273	98
Estoques		39.887	37.726	10	12
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	12	344.896	174.613	-	-
Outros Créditos		467.770	374.802	12.558	10.591
TOTAL DO CIRCULANTE		**6.554.378**	**6.668.783**	**532.088**	**1.667.457**
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	7	17.278	89.723	991	16.534
Consumidores e Revendedores	8	202.734	180.307	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	8	6.172	8.288	-	-
Tributos Compensáveis	9	386.606	382.075	6.568	6.553
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	207.104	177.499	207.104	177.499
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	1.245.726	1.220.896	362.408	322.372
Depósitos Vinculados a Litígios	11	1.534.805	1.180.274	423.044	147.839
Outros Créditos		407.525	83.369	19.219	25.741
Ativo Financeiro da Concessão	13	7.474.968	5.840.683	-	-
Investimentos	14	8.039.791	6.160.800	12.138.161	11.764.443
Imobilizado	15	5.543.620	5.817.455	1.178	1.313
Intangível	16	3.379.296	2.003.990	1.096	753
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**28.445.625**	**23.145.359**	**13.159.769**	**12.463.047**
TOTAL DO ATIVO		**35.000.003**	**29.814.142**	**13.691.857**	**14.130.504**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
Fornecedores	17	1.603.716	1.066.358	5.766	15.325
Encargos Regulatórios	20	105.558	153.437	-	-
Participações nos Lucros		115.698	124.930	10.835	10.820
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	554.708	498.553	57.975	66.879
Imposto de Renda e Contribuição Social	18b	42.556	34.899	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		1.643.451	1.107.664	1.643.451	1.107.664
Empréstimos e Financiamentos	19	4.151.063	1.056.225	-	-
Debêntures	19	1.139.592	1.181.541	-	-
Salários e Contribuições Sociais		194.608	185.693	8.555	9.957
Obrigações Pós-emprego	21	153.426	138.076	8.932	7.759
Concessões a Pagar		22.013	20.400	-	-
Outras Obrigações		396.928	353.865	13.716	30.834
TOTAL DO CIRCULANTE		**10.123.317**	**5.921.641**	**1.749.230**	**1.249.238**
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	20	251.937	193.025	-	-
Empréstimos e Financiamentos	19	1.832.307	2.379.259	-	-
Debêntures	19	6.385.776	4.840.339	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	723.176	705.497	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18b	611.469	255.813	-	-
Provisões	22	754.975	306.385	308.767	67.714
Concessões a Pagar		156.524	151.995	-	-
Obrigações Pós-emprego	21	2.478.226	2.310.652	134.151	117.558
Outras Obrigações		397.344	111.179	218.798	57.637
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**13.591.734**	**11.254.144**	**661.716**	**242.909**
TOTAL DO PASSIVO		**23.715.051**	**17.175.785**	**2.410.946**	**1.492.147**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.733	1.924.503	1.924.733
Reservas de Lucros		2.593.868	3.839.882	2.593.868	3.839.882
Ajustes de Avaliação Patrimonial		468.332	579.534	468.332	579.534
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		**11.280.911**	**12.638.357**	**11.280.911**	**12.638.357**
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		**4.041**	**-**	**-**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**11.284.952**	**12.638.357**	**11.280.911**	**12.638.357**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**35.000.003**	**29.814.142**	**13.691.857**	**14.130.504**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
RECEITA LÍQUIDA	**24**	**19.539.578**	**14.627.280**	**321**	**321**
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	**25**				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(7.428.381)	(5.207.283)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(744.431)	(575.050)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(254.488)	-	-	-
		(8.427.300)	(5.782.333)	-	-
OUTROS CUSTOS	**25**				
Pessoal e Administradores		(999.362)	(946.081)	-	-
Materiais		(58.013)	(55.680)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(282.447)	(55.597)	-	-
Serviços de Terceiros		(735.935)	(672.225)	-	-
Depreciação e Amortização		(778.792)	(782.102)	-	-
Provisões Operacionais		(262.304)	(212.100)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(127.200)	(130.895)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(941.795)	(974.977)	-	-
Outras		(189.335)	(236.767)	-	-
		(4.375.183)	(4.066.424)	-	-
CUSTO TOTAL		**(12.802.483)**	**(9.848.757)**	**-**	**-**
LUCRO BRUTO		**6.737.095**	**4.778.523**	**321**	**321**
DESPESAS OPERACIONAIS	**25**				
Despesas com Vendas		(128.416)	(121.005)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(654.352)	(798.841)	(50.122)	(76.894)
Outras Despesas Operacionais		(865.358)	(463.353)	(235.285)	(33.928)
		(1.648.126)	(1.383.199)	(285.407)	(110.822)
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	210.484	763.808	3.330.649	2.944.430
Ganho na Alienação de Investimento		-	284.298	-	378.378
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento		-	(80.959)	-	(80.959)
Resultado com Combinação de Negócios	14	280.945	-	280.945	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		**5.580.398**	**4.362.471**	**3.326.508**	**3.131.348**
Receitas Financeiras	**26**	592.684	885.503	37.361	98.359
Despesas Financeiras	**26**	(1.693.672)	(1.193.978)	(244.918)	(28.412)
Resultado antes dos Impostos		**4.479.410**	**4.053.996**	**3.118.951**	**3.201.295**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**10c**	(1.259.226)	(993.941)	(18.191)	(59.288)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	**10c**	(83.281)	43.800	35.879	(38.152)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**3.136.903**	**3.103.855**	**3.136.639**	**3.103.855**
Total do resultado do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		3.136.639	3.103.855	-	-
Participação de acionista não-controlador		264	-	-	-
		3.136.903	**3.103.855**	-	-
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	**23**	**2,49**	**2,47**	**2,49**	**2,47**
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	**23**	**2,49**	**2,47**	**2,49**	**2,47**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**3.136.903**	**3.103.855**	**3.136.639**	**3.103.855**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(43.588)	175.464	(8.070)	62.333
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(6.852)	30.845	(42.695)	143.976
	(50.440)	206.309	(50.765)	206.309
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	9.746	7.473	10.071	7.402
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	(71)	-	-
	9.746	7.402	10.071	7.402
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**3.096.209**	**3.317.566**	**3.095.945**	**3.317.566**
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	**3.095.945**	**3.317.566**	**-**	**-**
Participação de acionista não-controlador	**264**	**-**	**-**	**-**
	3.096.209	**3.317.566**	**-**	**-**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	**4.265.091**	**3.953.850**	**2.856.176**	**474.879**	**-**	**11.549.996**	**-**	**11.549.996**
Resultado do exercício	-	-	-	-	3.103.855	3.103.855	-	3.103.855
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	38.318	-	38.318	-	38.318
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(71)	-	(71)	-	(71)
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos				175.464		175.464	-	175.464
Total do resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**213.711**	**3.103.855**	**3.317.566**	**-**	**3.317.566**
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Aumento do Capital Social	2.029.117	(2.029.117)	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos em 2012 (R$0,50 por ação)	-	-	(628.131)	-	-	(628.131)	-	(628.131)
Dividendos ordinários (R$0,85 por ação)	-	-	-	-	(1.067.925)	(1.067.925)	-	(1.067.925)
Juros sobre capital próprio (R$0,42 por ação)	-	-	-	-	(533.149)	(533.149)	-	(533.149)
Dividendos adicionais propostos (R$0,04 por ação)	-	-	54.528	-	(54.528)	-	-	-
Constituição de Reservas								
Reserva Estatutária	-	-	1.557.309	-	(1.557.309)	-	-	-
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(109.056)	109.056	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**6.294.208**	**1.924.733**	**3.839.882**	**579.534**	**-**	**12.638.357**	**-**	**12.638.357**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**6.294.208**	**1.924.733**	**3.839.882**	**579.534**	**-**	**12.638.357**	-	**12.638.357**
Resultado do exercício					3.136.639	3.136.639	264	3.136.903
Outros resultados abrangentes								
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(43.588)	-	(43.588)	-	(43.588)
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	2.894	-	2.894	-	2.894
Total do resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**(40.694)**	**3.136.639**	**3.095.945**	**264**	**3.096.209**
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-	(230)	-	-	-	(230)	-	(230)
Dividendos adicionais propostos em 2013 (R$0,04 por ação)	-	-	(54.528)	-	-	(54.528)	-	(54.528)
Dividendos Extraordinários (R$2,23por ação)	-	-	(2.804.000)	-	-	(2.804.000)	-	(2.804.000)
Dividendos Estatutários (R$1,04 por ação)					(1.364.633)	(1.364.633)	-	(1.364.633)
Juros sobre capital próprio (R$0,18 por ação)	-	-	-	-	(230.000)	(230.000)	-	(230.000)
Constituição de Reservas								
Reserva de Incentivos Fiscais			29.070		(29.070)	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	1.583.444	-	(1.583.444)	-	-	-
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(70.508)	70.508	-	-	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	**6.294.208**	**1.924.503**	**2.593.868**	**468.332**	**-**	**11.280.911**	**-**	**11.280.911**
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.777**	**3.777**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**6.294.208**	**1.924.503**	**2.593.868**	**468.332**	**-**	**11.280.911**	**4.041**	**11.284.952**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	3.136.903	3.103.855	3.136.639	3.103.855
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	1.342.507	950.141	(17.688)	97.440
Depreciação e Amortização	800.918	823.668	522	491
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	105.188	32.976	-	8
Resultado de Equivalência Patrimonial	(210.484)	(763.808)	(3.330.649)	(2.944.430)
Juros e Variações Monetárias	1.144.629	941.518	-	(22.087)
Variação Monetária – AFAC Governo do Estado de Minas Gerais	239.445	-	239.445	-
Ganho na Alienação de Investimentos	-	(284.298)	-	(378.378)
Lucros Não Realizados	-	80.959	-	80.959
Provisões (Reversões)para Perdas Operacionais	580.720	305.239	190.000	(27.866)
Receita referente à atualização no valor indenizável de ativos	(420.013)	(20.673)	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	(1.106.675)	-	-	-
Remensuração da participação anterior em investimento adquirido por etapas	(280.945)		(280.945)	
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(1.685)	-	-
Obrigações Pós-emprego	310.910	269.174	15.939	21.371
	5.643.103	5.437.066	(46.737)	(68.637)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(284.865)	(133.764)	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenv. Energético (CDE)	(170.283)	-	-	-
Tributos Compensáveis	319.991	(255.265)	(14)	55.487
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	(36.922)	(222.912)	(29.605)	(95.761)
Transporte de Energia	(4.935)	109.003	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(304.575)	120.233	(275.205)	122.863
Dividendos recebidos de Participações	682.907	554.469	4.648.724	1.148.384
Ativo Financeiro da Concessão	5.560	286.004	-	-
Outros	(190.760)	6.567	4.558	15.978
	16.118	464.335	4.348.458	1.246.951
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	472.444	(239.577)	(9.559)	2.987
Impostos, Taxas e Contribuições	53.781	2.453	(8.904)	6.760
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(21.717)	2.953	(18.191)	-
Salários e Contribuições Sociais	3.927	(41.050)	(1.402)	(1.212)
Encargos Regulatórios	11.033	(139.787)	-	-
Obrigações Pós-emprego	(194.522)	(180.765)	(10.400)	(9.862)
Outros	(161.071)	(21.729)	(44.334)	(47.773)
	163.875	(617.502)	(92.790)	(49.100)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	5.823.096	5.283.899	4.208.931	1.129.214
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(780.887)	(813.433)	-	(17.784)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(1.308.279)	(955.206)	-	(113.115)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.733.930	3.515.260	4.208.931	998.315

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	116.480	(267.036)	132.850	(145.135)
Em Ativos Financeiros	(80.358)	(91.176)	-	-
Amortização das Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	2.465.646	-	2.465.646
Fundos Vinculados	767	130.616	(175)	135
Em Investimentos				
Aquisição de participação em investidas	(2.404.733)	(94.184)	(574.772)	-
Aquisição de Controlada na Gasmig	(464.704)	-	-	-
Alienação de Investimentos	-	1.691.415	-	1.619.987
Aporte em Investidas	(546.289)	(355.406)	(21.347)	(3.139)
Em Imobilizado	(121.917)	(69.250)	(119)	-
Em Intangível	(798.088)	(907.896)	(611)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.298.842)	2.502.729	(464.174)	3.937.494
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	(230)	-	(230)	-
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.562.078	2.466.516	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(1.394.246)	(3.601.452)	-	(1.106.397)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(3.917.374)	(4.600.351)	(3.917.374)	(4.600.351)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(749.772)	(5.735.287)	(3.917.604)	(5.706.748)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(1.314.684)**	**282.702**	**(172.847)**	**(770.939)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	2.201.827	1.919.125	286.183	1.057.122
No fim do exercício	887.143	2.201.827	113.336	286.183
	(1.314.684)	**282.702**	**(172.847)**	**(770.939)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2014		2013		2014		2013	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	23.803.452		18.393.975		321		321	
Receita de Construção de Distribuição	861.437		883.801		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	80.358		91.176		-		-	
Receita de Indenização de Transmissão	420.013		20.673		-		-	
Receita na Alienação de Investimentos	-		1.691.415		-		1.619.987	
Outras Receitas	57.674		31.440		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(128.460)		(121.005)		-		-	
	25.094.474		**20.991.475**		**321**		**1.620.308**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(8.139.164)		(5.701.145)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(824.952)		(644.275)		-		-	
Serviços de Terceiros	(1.351.144)		(1.377.793)		(18.814)		(17.586)	
Gás Comprado para Revenda	(254.488)		-		-		-	
Materiais	(840.520)		(514.401)		(472)		(494)	
Custo na Alienação de Investimentos	-		(1.407.117)		-		(1.241.609)	
Provisões Operacionais	-		(305.239)		-		27.866	
Outros Custos Operacionais	(758.520)		(218.627)		(214.924)		(31.534)	
	(12.168.788)		**(10.168.597)**		**(234.210)**		**(1.263.357)**	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**12.925.686**		**10.822.878**		**(233.889)**		**356.951**	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(800.918)		(823.668)		(522)		(491)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**12.124.768**		**9.999.210**		**(234.411)**		**356.460**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	210.485		763.808		3.330.649		2.944.430	
Lucros Não Realizados	-		(80.959)		-		(80.959)	
Receitas Financeiras	592.684		885.503		37.361		98.359	
Resultado com Combinação de Negócios	280.945		-		280.945		-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**13.208.882**		**11.567.562**		**3.414.544**		**3.318.290**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	**1.578.263**	**11,94**	**1.556.985**	**13,46**	**38.695**	**1,13**	**71.279**	**2,14**
Remuneração direta	1.052.186	7,97	987.635	8,54	13.611	0,40	35.319	1,06
Benefícios	460.116	3,47	416.857	3,60	21.153	0,62	28.012	0,84
FGTS	65.731	0,50	63.804	0,55	3.925	0,11	4.200	0,13
Outras	230	-	88.689	0,77	6	-	3.748	0,11
Impostos, Taxas e Contribuições	**6.634.426**	**50,23**	**5.605.824**	**48,46**	**(6.121)**	**(0,18)**	**109.699**	**3,31**
Federais	3.423.461	25,92	2.814.221	24,33	(6.438)	(0,19)	109.480	3,30
Estaduais	3.201.216	24,24	2.784.309	24,07	316	0,01	177	0,01
Municipais	9.749	0,07	7.294	0,06	1	-	42	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	**1.859.290**	**14,08**	**1.300.898**	**11,25**	**245.331**	**7,18**	**33.457**	**1,01**
Juros	1.743.530	13,20	1.193.977	10,32	244.918	7,17	28.412	0,86
Aluguéis	115.760	0,88	106.921	0,93	413	0,01	5.045	0,15
Remuneração de Capitais Próprios	**3.136.903**	**23,75**	**3.103.855**	**26,83**	**3.136.639**	**91,87**	**3.103.855**	**93,54**
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	1.594.633	12,07	1.601.074	13,84	1.594.633	46,71	1.601.074	48,25
Lucros Acumulados	1.542.270	11,68	1.502.781	12,99	1.542.006	45,16	1.502.781	45,29
	13.208.882	**100,00**	**11.567.562**	**100,00**	**3.414.544**	**100,00**	**3.318.290**	**100,00**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig", "Controladora" ou "Companhia"), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa ("Bovespa") e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América ("NYSE") e da Espanha ("LATIBEX"). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 31 de dezembro de 2014, o Passivo Circulante Consolidado da Companhia excedeu o Ativo Circulante Consolidado em R$3.568.939 e na controladora este excesso foi de R$ 1.217.142. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia e da maior saída de caixa no negócio de distribuição de energia elétrica para pagamento das obrigações com compra de energia, devido ao aumento do preço médio decorrente do maior despacho de usinas térmicas. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado. Cabe destacar, também, que a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R$ 3.733.930 em 2014 e R$ 3.515.260 em 2013.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT" ou "Cemig Geração e Transmissão") (Controlada) subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui participação em 51 usinas, sendo 47 usinas hidrelétricas, 3 eólicas e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A Cemig Geração e Transmissão possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto:

  Controladas e controladas em conjunto em operação:

  - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão") (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operação em 2009;

  - Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia") (controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;

  - Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru") (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;

  - Central Eólica Praias do Morgado S.A. ("Central Eólica Praias de Morgado") (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;

  - Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio") (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010;

  - Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca") (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;

- Madeira Energia S.A. ("Madeira") (controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e entrou em operação comercial em março de 2012. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 14.

- Lightger S.A. ("Light Ger") (controlada em conjunto) – Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. A entrada em operação ocorreu em maio de 2012.

- Renova Energia S.A. ("Renova") (Controlada em conjunto) – Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas;

- Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE") (Controlada em conjunto) - A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais. A usina possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios.

Controladas e controladas em conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia") (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas em Dores de Guanhães e Pequena Central Hidrelétrica Fortuna II, localizada em Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. A previsão de início de operação da primeira turbina é para agosto de 2015;

- Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Amazônia Energia Participações S.A ("Amazônia Energia") (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,77% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto. A previsão de início de operação da primeira turbina é para o exercício de 2015. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 14.

- Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D" ou "Cemig Distribuição") (controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais;

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA") (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 Estados do País de forma direta e através de participação em investidas.

- Light S.A. ("Light") (controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light possui as seguintes empresas Controladas e Controladas em Conjunto:

  - Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA") (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;

  - Light Energia S.A. ("Light Energia") (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividades principais: estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda, Central Eólica Fontainha Ltda, Guanhães Energia S.A. e Renova Energia S.A.;

  - Light Esco Prestação de Serviços Ltda. ("Light Esco") (controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. A Light Esco possui participação societária na EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.;

- Itaocara Energia Ltda. ("Itaocara Energia") (controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do consórcio UHE Itaocara de exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig Geração e Transmissão S.A. participa com 49%;

- Lightger S.A. ("Light Ger") – Conforme já descrito nas participações da Cemig GT;

- Light Soluções em Eletricidade Ltda. ("Light Soluções") - Tem como atividade principal a prestação de serviço aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral;

- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social ("Instituto Light") (controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades;

- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. ("Lightcom") (controlada) - Tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia;

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);

- Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto. A previsão de início de operação da primeira turbina é para fevereiro de 2015. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 15.

- Renova Energia S.A. ("Renova Energia") (controlada em conjunto) - Conforme já descrito nas participações da Cemig GT.

- Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;

- Usina Térmica Ipatinga S.A. ("Ipatinga") (controlada) - Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS;

- Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig") (controlada) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais. Esta empresa teve seu controle adquirido pela Companhia em outubro de 2014;

- Cemig Telecomunicações S.A. ("Cemig Telecom") (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multisserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center ("Ativas") (controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações;

- Efficientia S.A. ("Efficientia") (controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. ("Horizontes") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (anteriormente denominada Central Termelétrica de Cogeração S.A.) (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

- Rosal Energia S.A. ("Rosal") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Cemig PCH S.A. ("PCH") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;

- Cemig Capim Branco Energia S.A. ("Capim Branco") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados. Incorporada pela Cemig GT em 2015;

- UTE Barreiro S.A. ("Barreiro") (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;

- Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading") (controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia;

- Companhia Transleste de Transmissão ("Transleste") (controlada em conjunto) - Operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé;

- Companhia Transudeste de Transmissão ("Transudeste") (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora;

- Companhia Transirapé de Transmissão ("Transirapé") (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí;

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") (controlada em conjunto) – Conforme já mencionado na descrição das investidas da Light;

- Transchile Charrua Transmisión S.A. ("Transchile") (controlada em conjunto) - Implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010;

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste") (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010;

- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica ("Parati") (controlada em conjunto) – Participação no Capital de outras Sociedades, Comerciais ou Civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati detém 25,64% de participação na Light;

- Cemig Serviços S.A. ("Cemig Serviços") (controlada) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços, relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes;

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado do exercício apresentados de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado do exercício da controladora. Assim sendo, as Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Demonstrações Financeiras.

Em 25 de março de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou estas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido;
- Nota 13 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 14 - Investimentos
- Nota 15 – Imobilizado;
- Nota 16 – Intangíveis;
- Nota 15 – Depreciação;
- Nota 16 – Amortização;
- Nota 21 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 22 – Provisões;
- Nota 24 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Nota 29 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 com possíveis impactos para a Companhia

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos – orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxação são claros.

CPC 01 / IAS 36 – Impairment de ativos – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa. Adicionalmente, esses ajustes introduziram divulgações adicionais aplicáveis para quando o valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é mensurado pelo valor justo menos custos de alienação. Esses novos requerimentos de divulgação incluem a hierarquia do valor justo, as premissas chave e técnicas de valorização utilizadas, que estão em linha com as divulgações requeridas pela IFRS 13/CPC 46- Mensuração do Valor Justo.

Alterações ao IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos - Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente".

IAS 36 – Impairment de ativos – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (CPC 36, CPC 45 e CPC 35) – as alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 / CPC 45 e à IAS 27 / CPC 35 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

Orientação Técnica OCPC 07 e Deliberação CVM 727 – evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Esta orientação trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Visa esclarecer e reforçar que, nas Demonstrações Financeiras e nas respectivas notas explicativas, sejam divulgadas apenas informações relevantes que auxiliem os usuários, considerando as normatizações já existentes, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo CPC deixem de ser atendidos.

Orientação Técnica OCPC 08 e Deliberação CVM 732 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade. Esta orientação é aplicável exclusivamente pelas concessionárias e permissionárias públicas de distribuição de energia elétrica e tem como objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.

A Companhia analisou os possíveis impactos dessas alterações nas suas demonstrações financeiras e entende que terá impacto relevante apenas em relação à Orientação Técnica OCPC 08 e Deliberação CVM 732, em decorrência do reconhecimento dos ativos e passivos financeiros. O reconhecimento destes efeitos ocorreu no momento da assinatura do aditivo ao contrato de concessão. Com a adoção dessa Orientação, a Companhia registrou uma receita de R$1.106.675 devido ao reconhecimento de ativos financeiros relacionados à concessão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado na nota explicativa 13.

2.6 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" para alguns instrumentos de dívida simples.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. Não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

Alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto- As alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um "negócio", conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Especificamente, as alterações estabelecem que os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios sob a IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas (como o IAS 36/ CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos no que se refere ao teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa para a qual o goodwill originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado) devem ser aplicados. As alterações da IFRS 11/CPC 19 (R2) aplicam-se prospectivamente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que, seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Depósitos Vinculados a Litígios, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos; Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros; Ativos Financeiros da Concessão abarcados pela Lei 12.783/13, mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Fornecedores e outras Contas a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como Patrimônio Líquido. O capital preferencial é classificado como Patrimônio Líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do Capital Social. Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferenciais estão descritos na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. A partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Lei nº 12.783, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Ativos Financeiros não abarcados pela Lei nº 12.783 são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

b) Moeda estrangeira e operações no exterior

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de moedas estrangeiras referentes à controlada em conjunto Transchile (cuja moeda funcional é o dólar norte-americano) são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As Demonstrações Financeiras de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis brasileiras e internacionais e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante não sendo depreciados ou amortizados e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto que se caracterizam como “joint ventures” são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Nas Demonstrações Financeiras consolidadas as informações financeiras das controladas em conjunto, que se caracterizam como “joint ventures”, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e confiram aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação serão inicialmente mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento.

g) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de Arrendamento Operacional são reconhecidos como despesas na Demonstração de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

h) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de transmissão – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida ("RAP"), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 4, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo já baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

Atividade de gás – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no Ativo Intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

i) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item "ativos vinculados à concessão" acima.

j) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que reflete a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras consolidadas.

Os ativos que não serão depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, que é classificada como Ativo Financeiro da Concessão.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 13.

k) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

l) Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante de alteração ou redução (encurtamento) do plano. A entidade deve reconhecer o custo do serviço passado como despesa na data em que ocorrer primeiro uma das seguintes opções: (a) quando ocorrer a alteração do plano; e (b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação correspondentes ou os benefícios rescisórios.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde, efetivamente, aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

Contratos Onerosos – Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, gás, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A receita de Parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 13.

p) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

q) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

r) Informação por Segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível, Imobilizado, e Ativos Intangíveis que não ágio.

s) Demonstrações de Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

t) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações ou da transição para os IFRS, conforme o caso.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Demonstrações Financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/12/2014
		Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57
Cemig Telecom	Consolidação	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00
Cemig Capim Branco Energia	Consolidação	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00

Em função da aquisição de participação adicional na Gasmig no 4º trimestre de 2014, a Cemig passou a exercer o controle da controlada e, consequentemente, consolidou o investimento nas suas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

a) Controladas e controladas em conjunto

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas foram consolidados com base no método de consolidação integral. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação, uma vez que estes investimentos são considerados "*joint operations*", de acordo com os requerimentos do IFRS 11.

c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As Demonstrações Financeiras da Transchile, para fins de cálculo de equivalência patrimonial, são convertidas de dólares norte-americanos (moeda funcional da Transchile) para reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da Cemig é o real. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no Patrimônio Líquido.

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

Os fundos exclusivos, cujas Demonstrações Financeiras são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões ou autorizações:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
São Simão (1)	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara (1)	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	09/1953	07/2015
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	07/2000	07/2030
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	06/2008	06/2043
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	09/2001	09/2031
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
Usina Eólica (2)			
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	03/2000	01/2017
Praias do Parajuru	Berberibe – CE	09/2002	08/2029
Volta do Rio	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
Praia de Morgado	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
Usinas Termelétricas			
Igarapé	Juatuba – MG	01/2001	08/2024
Ipatinga(3)	Ipatinga – MG	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte – MG	02/2002	04/2023
TRANSMISSÃO			
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá	Minas Gerais	10/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO			
Norte	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	04/1997	02/2016

(1) Não foi considerada a prorrogação da concessão conforme previsto no Contrato de Concessão. Vide detalhes nesta nota;
(2) Atividade de geração eólica é concedida mediante autorização.
(3) Esta usina não terá seu contrato de concessão prorrogado e será devolvida à Usiminas.

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia vende energia através de leilões para as distribuidoras atenderem às demandas de seu mercado cativo e vende energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre – ACL. No ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento tenha sido iniciado após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao mercado regulado após o período de cinco anos da comunicação desta intenção ao distribuidor de sua região. Esta comunicação prévia procura assegurar à distribuidora um período necessário para comprar energia adicional para suprir a reentrada de consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas, diferentemente do que ocorre com geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kv, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza, ou consuma energia elétrica, tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, a parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Concessões de transmissão renovadas em conformidade à Lei 12.783/13

Deve ser ressaltado que para as concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, foram solicitadas as renovações a partir de 1º de janeiro de 2013 em conformidade à Lei nº 12.783, onde os ativos são pertencentes ao Poder Concedente e a Companhia é remunerada pela operação e manutenção desses ativos.

Concessões de Distribuição

A Companhia detém junto à ANEEL, as seguintes concessões:

Estado de Minas Gerais	Data da Concessão	Data de Vencimento
Norte	04/1997	02/2016
Sul	04/1997	02/2016
Leste	04/1997	02/2016
Oeste	04/1997	02/2016

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo exigido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário anual, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (ii) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares já mencionados anteriormente, a ANEEL revê os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar) aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

A ANEEL decidiu, em 25 de novembro de 2014, aditar os contratos de concessão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras para garantir que, no caso de extinção do contrato de concessão, qualquer que seja a razão, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Mais detalhes sobre este aditamento estão na Nota Explicativa nº 13.

<u>Renovação das Concessões</u>

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 ("MP"), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A MP 579/2012, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pela Lei 9.074/95, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos.

A prorrogação prevista depende ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP, estando ainda prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição (VNR).

Em observância ao previsto na MP, a Cemig D, em 15 de outubro de 2012, encaminhou para a ANEEL a manifestação de interesse na prorrogação de seus Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica que no seu entender estavam dentro dos critérios da MP, sem prejuízo de eventuais direitos previstos na lei de conversão.

Em 17 de janeiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") enviou para a Companhia o Ofício Circular 01/2014-DR/ANEEL informando que está analisando o requerimento de prorrogação da concessão, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas Demonstrações Financeiras, os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração.

A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos.

Concessões de Gás

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais, as tarifas de gás natural são fixadas, pelo órgão regulador – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, de acordo com o segmento de mercado. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à operação da Concessão. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e uma vez ao ano para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Concessionária.

Além destes reajustes é prevista uma revisão tarifária para julho de 2015. Estas revisões deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Companhia e adequar às tarifas. No Contrato de Concessão é prevista também a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.

Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o "Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão", entre a GASMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais, prorrogando por mais 30 anos o prazo de concessão para a GASMIG explorar os serviços de gás canalizado industrial, comercial, institucional e residencial no Estado de Minas Gerais, passando seu vencimento de 10 de janeiro de 2023 para 10 de janeiro de 2053.

Medida Provisória Nº 579 (Lei Federal nº 12.783)

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 ("MP"), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A MP 579/2012, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pela Lei 9.074/95, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos.

A prorrogação prevista depende ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP, estando ainda prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição (VNR).

Em observância ao previsto na MP, a Cemig, em 15 de outubro de 2012, encaminhou para a ANEEL a manifestação de interesse da Companhia na prorrogação de seus Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica que no entender da Companhia estavam dentro dos critérios da MP, sem prejuízo de eventuais direitos previstos na lei de conversão.

Em 17 de janeiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") enviou para a Companhia o Ofício Circular 01/2014-DR/ANEEL informando que está analisando o requerimento de prorrogação da concessão, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração.

A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos

Geração de Energia Elétrica

A Companhia optou por não renovar as concessões de geração de energia elétrica para as centrais geradoras relacionadas a seguir, constantes do Contrato de Concessão nº 007/97 – Cemig Geração:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico em 31/12/14	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído em 31/12/14
UHE Três Marias	jul/15	396	45.493	388.666
UHE Volta Grande	fev/17	380	24.143	64.866
UHE Salto Grande	jul/15	102	11.533	39.405
UHE Itutinga	jul/15	52	3.733	9.159
UHE Camargos	jul/15	46	6.167	20.197
PCH Piau	jul/15	18,01	1.475	8.552
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.654	13.430
PCH Peti	jul/15	9,4	1.526	8.112
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	2.028	12.731
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.576	8.207
PCH Martins	jul/15	7,7	402	2.901
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.643	1.103
PCH Paciência	jul/15	4,08	905	4.548
PCH Marmelos	jul/15	4	734	4.862
PCH Sumidouro	jul/15	2,12	1.855	1.198
PCH Anil	jul/15	2,08	530	162
PCH Poquim	jul/15	1,41	2.259	4.205
		1.063	**109.656**	**592.304**

Nota: Os valores referentes ao custo atribuído foram registrados quando da adoção das novas normas de contabilidade em conformidade aos padrões internacionais, em 31 de dezembro de 2010, sendo que a diferença entre o montante do custo atribuído e o custo histórico está registrada diretamente em rubrica específica do Patrimônio Líquido da Companhia, sem efeito inicial do registro no resultado da Companhia.

Para as concessões das usinas de Jaguara e São Simão, cujas concessões venceram em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente, e Miranda, cuja concessão terá o seu prazo de vencimento em dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP 579, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. Os saldos históricos dos ativos das usinas mencionadas correspondem, em 31 de dezembro de 2014, ao valor de R$942.809 e, com base no custo atribuído, utilizado na adoção dos novos padrões de contabilidade, correspondem ao valor de R$1.136.258. Conforme consta dos contratos de concessão, a Cemig GT terá direito a indenização dos ativos não depreciados ao término das concessões o que, na interpretação da Companhia, ocorrerá após a prorrogação mencionada anteriormente. Mais informações na Nota Explicativa nº 15 – Imobilizado.

Transmissão de energia elétrica

A Companhia optou por aceitar os termos da MP 579 para renovação das concessões de transmissão. As informações referentes aos valores de indenização constam da nota explicativa nº 13 – Ativos Financeiros da Concessão.

Distribuição de Energia Elétrica

Em observância ao previsto na MP, a Cemig, em 15 de outubro de 2012, encaminhou para a ANEEL a manifestação de interesse da Companhia na prorrogação de seus Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica que no entender da Companhia estavam dentro dos critérios da MP, sem prejuízo de eventuais direitos previstos na lei de conversão.

O prazo de vencimento das concessões de distribuição da Companhia, que serão objeto de renovação por mais 30 anos, é fevereiro de 2016.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2014	Valor Presente em 2014	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	394.662	147.855	08/2001 a 07/2032	IGPM
Irapé	32.459	12.378	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	8.334	3.449	01/2004 a 12/2032	IGPM
Capim Branco	20.610	7.577	09/2007 a 09/2035	IGPM
Diversas PCH's e UHE's(*)	1.537	1.515	06/2013 a 07/2015	IPCA
PCH Salto Morais	161	141	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	816	646	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (**)	4.308	3.342	06/2013 a 08/2025	IPCA

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2014, o valor presente e o valor nominal das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como segue:

Empreendimento	Parcelas Pagas em 2014	Valor Presente das Parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Nominal das Parcelas a serem pagas em 12 meses
Porto Estrela (Consórcio)	15.782	15.517	16.424
Irapé	1.552	1.510	1.603
Queimado (Consórcio)	443	433	459
Capim Branco	928	907	966
Diversas PCH's e UHE's(*)	2.589	1.515	1.537
PCH Salto Morais	28	28	28
PCH Rio de Pedras	81	80	82
Diversas PCH's (**)	391	390	400

As taxas utilizadas para desconto a valor presente pela CEMIG de seus passivos, de 12,50% e 5,10%(PCH's e UHE's), representam as taxa médias de captação de recursos em condições usuais na data de registro de cada outorga.

(*) Anil, Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Poquim, Sumidouro, Tronqueiras.

(**) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Impacto da aquisição nos resultados consolidados da CEMIG

A receita líquida inclui R$ 340.395 e lucro líquido do exercício inclui R$ 108.499 atribuíveis às operações da GASMIG após a data da combinação dos negócios.

Se esta combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2014, as receitas líquidas consolidadas da CEMIG seriam aumentadas em R$ 979.479 e o lucro líquido do exercício seria aumentado em R$ 32.589.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2014 e 2013 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	**11.527.761**	**3.881.636**	**15.064.076**	**327.327**	**2.549.492**	**2.006.510**	**(356.799)**	**35.000.003**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**2.995.102**	**80.358**	**791.609**	**28.909**	**500.802**	**19.669**	**-**	**4.416.449**
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	**4.035.710**	**2.314.889**	**1.199.236**	**-**	**-**	**489.956**	**-**	**8.039.791**
RECEITA LÍQUIDA	**7.339.128**	**707.793**	**11.241.118**	**118.521**	**340.395**	**89.349**	**(296.726)**	**19.539.578**
CUSTOS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.833.176)	-	(5.747.681)	-	-	-	152.476	(7.428.381)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(281.782)	(292)	(573.269)	-	-	-	110.912	(744.431)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(254.488)	-	-	(254.488)
Total dos Custos Operacionais	**(2.114.958)**	**(292)**	**(6.320.950)**	**-**	**(254.488)**	**-**	**263.388**	**(8.427.300)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(201.326)	(105.106)	(885.890)	(12.795)	(11.145)	(36.196)	-	(1.252.458)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(38.721)	(16.463)	(183.803)	(1.489)	-	(8.893)	-	(249.369)
Obrigações Pós-Emprego	(34.206)	(13.950)	(152.692)	-	-	(11.068)	-	(211.916)
Materiais	(294.665)	(5.328)	(79.997)	(48)	(570)	(499)	-	(381.107)
Serviços de Terceiros	(158.798)	(39.348)	(736.595)	(22.768)	(2.164)	(22.970)	29.610	(953.033)
Depreciação e Amortização	(324.459)	-	(427.643)	(34.312)	(3.697)	(10.807)	-	(800.918)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(127.200)	-	-	-	-	-	-	(127.200)
Provisões (Reversões) Operacionais	(61.929)	(25.629)	(300.473)	(44)	-	(192.645)	-	(580.720)
Custos de Construção	-	(80.358)	(861.437)	-	-	-	-	(941.795)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(129.693)	(33.377)	(299.476)	(26.625)	(10.929)	(28.685)	3.728	(524.793)
Total do Custo de Operação	**(1.370.997)**	**(319.559)**	**(3.928.006)**	**(98.081)**	**(28.505)**	**(311.763)**	**33.338**	**(6.023.309)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(3.485.955)**	**(319.851)**	**(10.248.956)**	**(98.081)**	**(282.993)**	**(311.763)**	**296.726**	**(14.450.609)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	**3.853.173**	**387.942**	**992.162**	**20.440**	**57.402**	**(222.414)**	**-**	**5.088.969**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(385.771)	386.087	150.391	(27.518)	47.159	40.136	-	210.484
Resultado com Combinação de Negócios	-	-	-	-	-	280.945	-	280.945
Receitas Financeiras	118.889	46.119	358.414	4.848	21.361	43.053	-	592.684
Despesas Financeiras	(396.260)	(291.247)	(751.218)	(3.345)	(6.364)	(245.238)	-	(1.693.672)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**3.190.031**	**528.901**	**749.749**	**(5.575)**	**119.558**	**(103.518)**	**-**	**4.479.410**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.060.681)	(41.986)	(114.264)	(6.605)	(4.542)	(31.148)	-	(1.259.226)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(55.320)	(2.344)	(55.187)	(165)	(6.781)	36.516	-	(83.281)
RESULTADO	**2.074.030**	**484.571**	**580.298**	**(12.345)**	**108.235**	**(98.150)**	**-**	**3.136.903**
Participação dos acionistas controladores	**2.074.030**	**484.571**	**580.298**	**(12.345)**	**108.235**	**(98.150**	**-**	**3.136.639**
Participação de acionista não controlador	**-**	**-**	**-**	**-**	**264**	**-**	**-**	**264**
	2.074.030	**484.571**	**580.298**	**(12.345)**	**108.499**	**(98.150**	**-**	**3.136.903**

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 2013								
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVOS DO SEGMENTO	**10.224.063**	**3.451.659**	**13.688.399**	**327.861**	**577.239**	**3.090.662**	**(1.545.741)**	**29.814.142**
ADIÇÕES (REDUÇÕES) AO SEGMENTO	**520.407**	**(1.600.239)**	**883.801**	**-**	**-**	**22.528**	**-**	**(173.503)**
RECEITA LÍQUIDA	**5.253.313**	**277.116**	**9.205.932**	**113.739**	**-**	**95.576**	**(318.396)**	**14.627.280**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.294.248)	-	(4.089.448)	-	-	(9)	176.422	(5.207.283)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(263.956)	(286)	(410.290)	-	-	-	99.482	(575.050)
Total dos Custos Operacionais com Energia Elétrica	**(1.558.204)**	**(286)**	**(4.499.738)**	**-**	-	**(9)**	**275.904**	**(5.782.333)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(215.140)	(103.007)	(893.619)	(13.739)	-	(58.577)	-	(1.284.082)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(39.948)	(19.286)	(146.437)	(1.544)	-	(14.184)	-	(221.399)
Obrigações Pós-Emprego	(26.751)	(13.058)	(118.840)	-	-	(16.758)	-	(175.407)
Materiais	(64.202)	(4.782)	(52.581)	(721)	-	(609)	-	(122.895)
Serviços de Terceiros	(152.666)	(40.470)	(720.655)	(20.812)	-	(20.945)	38.558	(916.990)
Depreciação e Amortização	(370.751)	-	(416.096)	(30.783)	-	(512)	(5.526)	(823.668)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(130.895)	-	-	-	-	-	-	(130.895)
Provisões (Reversões) Operacionais	(36.842)	(17.995)	(274.942)	(17)	-	24.557	-	(305.239)
Custos de Construção	-	(91.176)	(883.801)	-	-	-	-	(974.977)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(80.848)	(31.051)	(327.813)	(19.259)	-	(39.034)	3.934	(494.071)
Total do Custo de Operação	**(1.118.043)**	**(320.825)**	**(3.834.784)**	**(86.875)**	-	**(126.062)**	**36.966**	**(5.449.623)**
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	**(2.676.247)**	**(321.111)**	**(8.334.522)**	**(86.875)**	-	**(126.071)**	**312.870**	**(11.231.956)**
Resultado Operacional Antes do Res. De Equiv. Patrim. e Financeiro	**2.577.066**	**(43.995)**	**871.410**	**26.864**	-	**(30.495)**	**(5.526)**	**3.395.324**
Resultado de Equivalência Patrimonial	75.064	484.128	113.079	(19.986)	90.702	15.295	5.526	763.808
Ganho na alienação de investimento	-	(94.080)	-	-		378.378	-	284.298
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento	-	-	-	-		(80.959)	-	(80.959)
Receita Financeira	227.898	93.774	453.099	6.377		104.355	-	885.503
Despesa Financeira	(288.313)	(226.244)	(646.877)	(3.970)		(28.574)	-	(1.193.978)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**2.591.715**	**213.583**	**790.711**	**9.285**	**90.702**	**358.000**	-	**4.053.996**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(726.008)	78.931	(187.378)	(5.722)		(109.964)	-	(950.141)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**1.865.707**	**292.514**	**603.333**	**3.563**	**90.702**	**248.036**	-	**3.103.855**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Contas Bancárias	88.767	74.713	4.893	7.724
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	750.376	1.892.939	105.937	236.521
Overnight	48.000	228.131	2.506	41.938
Outros	-	6.044	-	-
	798.376	2.127.114	108.443	278.459
	887.143	**2.201.827**	**113.336**	**286.183**

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 80% a 109,6% conforme operação). As operações compromissadas afirmam em suas respectivas notas de negociação o compromisso de recompra do título pelo Banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras dos Fundos da Companhia é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desses Fundos ficar alocada em operações de overnight que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 28 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	237.605	196.506	10.616	27.854
Letras Financeiras - Bancos	556.395	503.832	25.877	92.839
Letras Financeiras do Tesouro	85.752	37.758	3.988	6.958
Debêntures	98.319	170.248	4.682	31.371
Outros	15.923	25.227	1.121	4.569
	993.994	**933.571**	**46.284**	**163.591**
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	420	40	209	8
Letras Financeiras - Bancos	16.524	89.068	765	16.412
Debêntures	-	-	-	-
Outros	334	615	17	114
	17.278	**89.723**	**991**	**16.534**
	1.011.272	**1.023.294**	**47.275**	**180.125**

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 80% a 109,6% conforme operação).

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, está apresentada na Nota Explicativa nº 28.

8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2014	31/12/2013
Fornecimento Faturado	883.091	421.059	715.138	2.019.288	1.726.317
Fornecimento não Faturado	668.348	-	-	668.348	511.537
Suprimento a Outras Concessionárias	236.254	23.872	46.665	306.791	438.744
Concessionários – Transporte de Energia	90.332	3.749	159.663	253.744	248.808
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(649.850)	(649.850)	(584.560)
	1.878.025	**448.680**	**271.616**	**2.598.321**	**2.340.846**
Ativo Circulante				**2.389.415**	**2.152.251**
Ativo não Circulante				**208.906**	**188.595**

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 28.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2014	2013
Residencial	173.899	147.327
Industrial	328.516	298.660
Comércio, Serviços e Outras	99.130	83.679
Rural	17.891	18.422
Poder Público	10.126	10.298
Iluminação Pública	5.137	11.060
Serviço Público	9.936	10.357
Outros	5.215	4.757
	649.850	**584.560**

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no exercício de 2014 e 2013 é como segue:

	01/01/2013	Constituições	Baixas	2013	Constituições	Baixas	2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	515.100	121.005	(51.545)	584.560	128.460	(63.170)	649.850

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Circulante				
ICMS a Recuperar	169.491	115.398	3.431	3.429
PIS-PASEP	6.651	47.144	-	-
COFINS	30.733	313.509	-	-
Outros	6.727	5.493	1.385	1.388
	213.602	481.544	4.816	4.817
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	282.676	248.711	4.754	4.754
PIS-PASEP	18.150	23.414	3	1
COFINS	83.984	108.155	15	3
Outros	1.796	1.795	1.796	1.795
	386.606	382.075	6.568	6.553
	600.208	**863.619**	**11.384**	**11.370**

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2015.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2014 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurado para o ano de 2015, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Circulante				
Imposto de Renda	201.693	181.033	-	-
Contribuição Social	93.210	67.582	-	-
	294.903	248.615	-	-
Não Circulante				
Imposto de Renda	195.933	167.260	195.933	167.260
Contribuição Social	11.171	10.239	11.171	10.239
	207.104	177.499	207.104	177.499
	502.007	**426.114**	**207.104**	**177.499**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Créditos Tributários				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	267.964	259.396	251.351	259.396
Provisões	305.929	104.055	161.353	23.023
Obrigações Pós-Emprego	623.473	558.475	35.274	29.097
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	220.835	200.617	6.804	7.988
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	196.032	179.217	-	-
Concessão Onerosa	66.638	67.053	-	-
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (2)	-	105.561	-	-
Outros	50.083	42.966	3.147	2.868
Total	**1.730.954**	**1.517.340**	**457.929**	**322.372**
Obrigações Diferidas				
Custo de Captação	(1.993)	(3.551)	-	-
Custo atribuído	(305.248)	(335.232)	-	-
Ajuste a valor presente	(59.091)	(84.319)	-	-
IRT	(9.552)	-	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(356.087)	-	(95.521)	-
Encargos Capitalizados	(59.892)	(40.907)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(1.511)	(2.053)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(227.341)	(84.537)	-	-
Atualização Ativo Financeiro	(75.982)	(1.658)	-	-
Total	**(1.096.697)**	**(552.257)**	**(95.521)**	**-**
Total Líquido	**634.257**	**965.083**	**362.408**	**322.372**
Total do Ativo	**1.245.726**	**1.220.896**	**362.408**	**322.372**
Total do Passivo	**(611.469)**	**(255.813)**	**-**	**-**

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;
(2) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2013	**996.732**	**392.635**
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	43.800	(38.153)
Efeito alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	(90.388)	(32.110)
Realizações efetuadas	14.939	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**965.083**	**322.372**
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(83.283)	35.878
Impostos diferidos reconhecidos em combinação de negócios	(258.865)	
Efeito alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	22.541	4.158
Realizações efetuadas	(59)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**645.417**	**362.408**

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 25 de março de 2015, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 25 de março de 2015.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável, que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2015	226.842	48.508
2016	363.610	43.348
2017	189.020	46.996
2018	195.797	49.335
2019	204.373	53.026
2020 a 2022	318.807	119.291
2023 a 2024	232.505	97.425
	1.730.954	**457.929**

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.479.146	4.053.996	3.118.951	3.201.295
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.522.910)	(1.378.358)	(1.060.444)	(1.088.440)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	25.259	187.311	994.351	803.667
Juros sobre Capital Próprio	78.200	181.271	78.200	181.271
Contribuições e Doações Indedutíveis	(13.636)	(10.707)	(630)	(644)
Incentivo Fiscal	66.306	38.794	624	2.347
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(1.238)	3.620	(82)	195
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	7.897	29.166	-	-
Multas Indedutíveis	(5.667)	-	(8)	(2)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(11.929)	(9.813)	-	-
Outros	35.211	8.575	5.677	4.166
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	**(1.342.507)**	**(950.141)**	**17.688**	**(97.440)**
Alíquota Efetiva	**29,97%**	**23,44%**	**0,57%**	**3,04%**
Imposto Corrente	**(1.259.226)**	**(993.941)**	**(18.191)**	**(59.288)**
Imposto Diferido	**(83.281)**	**43.800**	**35.879**	**(38.152)**

Lei nº 12.973/14

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21/07/2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo registrado foi de R$24.834.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Trabalhista	**300.439**	**282.387**	**30.771**	**28.653**
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	14.774	14.478	-	-
PASEP/COFINS (1)	720.175	719.973	-	-
Outros	192.804	97.429	130.339	87.601
	927.753	**831.880**	**130.339**	**87.601**
Outros				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	239.445	-	239.445	-
Regulatório	37.276	34.610	8.730	13.148
Responsabilidade Civil	8.799	9.639	6.512	6.946
Relações de Consumo	3.580	5.032	1.450	2.397
Bloqueio Judicial	10.312	12.896	4.261	6.837
Outros	7.201	3.830	1.536	2.257
	306.613	**66.007**	**261.934**	**31.585**
	1.534.805	**1.180.274**	**423.044**	**147.839**

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 19;
(2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 23.

12. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Estes repasses foram reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas, em 31 de Dezembro de 2014, como receitas de subsídios, no montante de R$790.011 (487.798 em 2013). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R$344.896 (136.026 em 2013), reconhecidos no ativo circulante.

Reembolso de custos com energia comprada

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o consequentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Estes repasses de CDE referentes ao exercício de 2014 foram como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada, no montante de R$2.301.670 (R$518.978 em 2013), sendo que encontra-se pendente de recebimento o valor de R$344.896.

13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)		
Concessões de Distribuição	5.943.682	5.063.802
Concessões de Transmissão		
Contrato 006/97 - Indenização a Receber	953.601	533.588
Contrato 006/97 - Ativos Remunerados por Tarifa	276.659	200.586
Contrato 079/00 - Ativos Remunerados por Tarifa	42.726	44.961
	7.216.668	5.842.937
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	1.106.675	-
Total	**8.323.343**	**5.842.937**
Ativo Circulante	**848.375**	**2.254**
Ativo Não Circulante	**7.474.968**	**5.840.683**

a) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição, transmissão e gás da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marcos regulatórios dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Ativos de Transmissão

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

O Laudo de avaliação entregue à Aneel em 31 de julho de 2014, representava uma indenização à Companhia no valor de R$1.169.145, na data base de 31 de dezembro de 2012, dos quais R$285.438 já foram recebidos no 1º trimestre de 2013.

Em 23 de fevereiro de 2015, a Aneel enviou à Companhia o Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia, que correspondeu ao valor de R$1.157.106, que atualizado até 31 de dezembro de 2014, corresponde ao valor de R$1.239.039.

Os valores registrados correspondentes a indenização prevista para os ativos de transmissão relativos ao contrato de concessão 006/97, formados até 31 de dezembro de 2012 e objetos do Laudo mencionado acima, correspondem ao valor de R$596.903, já líquidos dos R$285.438 recebidos.

Dessa forma, a Companhia registrou no resultado de 2014 a diferença entre o valor do Laudo preliminarmente fiscalizado pela Aneel, que corresponde a uma indenização de R$953.601 (líquido dos R$285.438 já recebidos) e o valor contábil de R$596.903, o que correspondeu a uma receita de R$356.698.

Caberá ao Ministério de Minas e Energia definir as diretrizes complementares com relação à forma e prazo de pagamento dos valores de que trata a referida Portaria.

O saldo restante relativo às concessões de transmissões refere-se a investimentos que serão remunerados através de receita permitida, conforme estabelecido pela Aneel através de autorizações específicas.

Ativos de Distribuição

O Processo de Revisão Tarifária da controlada Cemig D ocorre a cada 5 anos, através de um processo de avaliação econômica, no qual são definidas as tarifas das concessões de distribuição da companhia no Estado de Minas Gerais. Dentro do processo de revisão tarifária é definida a Base Regulatória de Remuneração ("BRR") relacionada aos ativos vinculados às concessões.

Em 11 de março de 2013, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (SFF) da ANEEL, através do Despacho nº 689, divulgou a BRR preliminar da Cemig D, no montante de R$5.111.837. Logo após a divulgação da BRR preliminar, a Administração iniciou discussões com a ANEEL com o intuito de demonstrar tecnicamente a esta Agência a necessidade de que referido montante fosse revisado. Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Cemig D, no montante de R$5.511.768.

A companhia interpôs novo recurso à ANEEL questionando certos critérios e valores da BRR que foram definidos em 5 de abril de 2013, uma vez que os montantes considerados na BRR revisada divulgada, relacionados principalmente aos gastos efetuados pela companhia com o Programa Luz para Todos ("Programa Luz para Todos" ou "PLPT") ainda são substancialmente inferiores aos efetivamente incorridos na execução deste programa.

Em 25 de março de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, através do Despacho do Diretor-Geral nº 729, reconheceu parcialmente o pedido de reconsideração da Companhia no Recurso Administrativo interposto pela Cemig-D contra o Despacho n° 689/2013, aprovando novo valor para a Base de Remuneração Regulatória - BRR da Concessionária, cujo valor passou a ser de R$5.849.143, representando um acréscimo de R$337.375.

Os efeitos da homologação da base final, que representaram uma redução no ativo financeiro da companhia no montante de R$110.398, foram reconhecidos no resultado do exercício de 2014.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gasmig	Consolidado
Saldo em 01 de dezembro de 2013	**1.005.420**	**4.757.735**	**-**	**5.763.155**
Adição	91.176	-		91.176
Baixas	(578)	(17.748)		(18.326)
Resolução Normativa nº 589/13 - Estorno Provisão para Ajuste	23.543	-		23.543
Transferências	(51.552)	318.940		267.388
Recebimentos	(288.874)	-		(288.874)
Atualização Financeira	-	4.875		4.875
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**779.135**	**5.063.802**	**-**	**5.842.937**
Adição	80.358	-	-	80.358
Baixas	(16)	(22.489)	-	(22.505)
Receita reconhecida referente ajuste no valor da indenização de transmissão	420.013	-	-	420.013
Ativo Adquirido em Combinação de Negócios	-	-	656.327	656.327
Transferências	(944)	844.185	(656.327)	186.914
Recebimentos	(5.560)	-	-	(5.560)
Atualização Financeira	-	58.184		58.184
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.272.986**	**5.943.682**	**-**	**7.216.668**

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros

A ANEEL decidiu, em 25 de novembro de 2014, aditar os contratos de concessão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras para garantir que, no caso de extinção do contrato de concessão, qualquer que seja a razão, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Assim, a partir da assinatura do aditamento em 10 de dezembro de 2014, a Cemig D passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e de outros componentes financeiros, acumulados até esta data. O reconhecimento inicial foi realizado em contas de ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, em contrapartida ao resultado do exercício corrente (receita de venda de bens e serviços).
A Companhia possui ativos e passivos financeiros, reconhecidos a partir de dezembro de 2014, em decorrência do aditamento contratual, conforme segue:

O quadro abaixo apresenta a composição do saldo de CVA e outros componentes financeiros reconhecidos em 31 de dezembro de 2014:

Saldos em 31/12/2014	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL no próximo reajuste tarifário	Total
Ativo			
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	12.920	12.920
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da Rede Básica	16.203	78.480	94.683
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	165	2.116	2.281
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.361	-	2.361
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	3.333	-	3.333
Energia comprada para Revenda	446.542	1.617.113	2.063.655
Sobrecontratação de Energia	6.312	205.159	211.471
Outros	35.365	7	35.372
Total do Ativo	**510.281**	**1.915.795**	**2.426.076**
Passivo			
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	(22.698)	(287.463)	(310.161)
Energia comprada para Revenda	(345.164)	(649.297)	(994.461)
Neutralidade da Parcela A	(6.160)	(4.823)	(10.983)
Outros	(2.363)	(1.433)	(3.796)
Total do Passivo	**(376.385)**	**(943.016)**	**(1.319.401)**
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	**133.896**	**972.778**	**1.106.675**
Ativo Circulante	**133.124**	**710.669**	**843.793**
Ativo Não Circulante	**772**	**262.110**	**262.882**

As principais características destes ativos e passivos são:

Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

14. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.486.611	3.815.017
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	33.922		-
Guanhães Energia	67.428	67.428		-
Hidrelétrica Pipoca	28.807	25.069		-
Retiro Baixo	149.944	-		-
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	778.206	642.585		-
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	603.887	-		
Lightger	38.900	40.076		-
Baguari Energia	193.351	199.411		-
Renova	1.538.299	-		-
Aliança	3.323	-		-
Central Eólica Praias de Parajuru	61.999	61.201		-
Central Eólica Volta do Rio	84.023	77.884		-
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	60.948		-
Amazônia Energia	394.238	310.797		-
Cemig Distribuição	-	-	2.482.227	2.492.858
Light	1.199.236	1.190.464	1.199.236	1.190.464
TAESA	2.187.623	2.249.382	2.187.623	2.249.382
Cemig Telecom	-	-	225.440	237.172
Ativas Data Center	-	4.397	-	-
Gasmig	-	577.239	1.436.815	577.239
Rosal Energia	-	-	120.964	140.005
Sá Carvalho	-	-	106.601	121.816
Horizontes Energia	-	-	70.118	76.103
Usina Térmica Ipatinga	-	-	24.166	26.362
Cemig PCH	-	-	66.560	87.569
Cemig Capim Branco Energia	-	-	130.128	128.426
Epícares Empreendimentos e Participações Ltda	92.641	103.271		-
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	28.933	13.588	28.933
UTE Barreiro	-	-	28.822	34.775
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	13.809	12.725	13.809
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	9.067	10.448
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	14.262	13.827	14.262
Transchile	66.141	54.825	66.141	54.825
Efficientia	-	-	4.934	7.253
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	6.042	5.942
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	17.666	20.985	17.666
Cemig Trading	-	-	31.182	46.886
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.633	7.886	23.633	7.886
Parati	370.359	379.345	370.359	379.345
Cemig Overseas (*)	-	-	366	-
	8.039.791	**6.160.800**	**12.138.161**	**11.764.443**

(*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio, que refere-se a coligada com influência significativa

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2013	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros/ Aporte	31/12/2014
Cemig Geração e Transmissão	3.815.017	2.088.965	-	(2.417.371)	-	3.486.611
Cemig Distribuição	2.492.858	429.909	(35.843)	(404.697)	-	2.482.227
Cemig Telecom	237.172	(12.057)	325	-	-	225.440
Rosal Energia	140.005	(4.764)	-	(14.277)	-	120.964
Sá Carvalho	121.816	12.340	-	(27.555)	-	106.601
Gasmig	577.239	103.483	-	(95.788)	851.881	1.436.815
Horizontes Energia	76.103	1.969	-	(7.954)	-	70.118
Usina Térmica Ipatinga	26.362	13.285	-	(15.481)	-	24.166
Cemig PCH	87.569	(17.181)	-	(8.828)	5.000	66.560
Cemig Capim Branco Energia	128.426	71.861	-	(70.159)	-	130.128
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	1.958	-	(17.303)	-	13.588
UTE Barreiro	34.775	(2.668)	-	(3.285)	-	28.822
Companhia Transudeste de Transmissão	13.809	1.148	-	(2.232)	-	12.725
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	10.448	11.311	-	(12.692)	-	9.067
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	452	-	(887)	-	13.827
Transchile	54.825	1.714	9.602	-	-	66.141
Efficientia	7.253	(2.319)	-	-	1	4.935
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.942	380	-	(280)	-	6.042
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	4.353	-	(1.034)	-	20.985
Light	1.190.464	150.391	(5.500)	(136.119)	-	1.199.236
Cemig Trading	46.886	63.135	-	(78.839)	-	31.182
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.886	(599)	-	-	16.346	23.633
Parati	379.345	40.735	(1.353)	(48.368)	-	370.359
Taesa	2.249.382	376.462	-	(438.221)	-	2.187.623
Cemig Overseas	-	(3.614)	144	-	3.836	366
	11.764.443	**3.330.649**	**(32.625)**	**(3.801.370)**	**877.064**	**12.138.161**

(*) A Gasmig teve seu controle adquirido pela Companhia em outubro de 2014, conforme apresentado a seguir nesta nota explicativa.

Consolidado	31/12/2013	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	31/12/2014
Gasmig (*)	577.239	47.159	-	(55.077)	-	(569.321)	-
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	1.958	-	(17.303)	-	-	13.588
Companhia Transudeste de Transmissão	13.809	1.148	-	(2.232)	-	-	12.725
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	452	-	(887)	-	-	13.827
Transchile	54.825	1.714	9.602	-	-	-	66.141
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	4.353	-	(1.034)	-	-	20.985
Light	1.190.464	150.391	(5.500)	(136.119)	-	-	1.199.236
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.886	(599)	-	-	16.346	-	23.633
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	8.393	-	(8.019)	-	-	34.296
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	25.069	4.845	-	(1.107)	-	-	28.807
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	642.585	(293.746)	-	-	429.367	-	778.206
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	-	(93.909)	-	-	697.796	-	603.887
Lightger	40.076	(57)	-	(1.119)	-	-	38.900
Baguari Energia	199.411	8.135	-	(14.195)	-	-	193.351
Central Eólica Praias de Parajuru	61.201	2.170	-	(1.372)	-	-	61.999
Central Eólica Volta do Rio	77.884	6.185	-	(46)	-	-	84.023
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	2.032	-	(648)	-	-	62.332
Amazônia Energia	310.797	(17.135)	-	-	100.576	-	394.238
Ativas Data Center	4.397	(27.518)	-	-	-	23.121	-
Epícares Empreendimentos	103.271	2.727	-	(13.357)	-	-	92.641
Parati	379.345	40.735	(1.353)	(48.368)	-	-	370.359
Taesa	2.249.382	376.462	-	(438.221)	-	-	2.187.623
Renova	-	(11.772)	-	-	1.550.071	-	1.538.299
Aliança	-	-	-	-	3.323	-	3.323
Retiro Baixo	-	(3.639)	-	-	153.583	-	149.944
	6.160.800	**210.484**	**2.749**	**(739.104)**	**2.951.062**	**546.200**	**8.039.791**

(*) a Gasmig passou a ser consolidada a partir de outubro de 2014, desta forma, o valor do investimento de R$569.321 foi eliminado.

Ágio na aquisição de Participações

No processo de alocação do preço de aquisição de investimentos, foram identificados ativos intangíveis referentes aos direitos de exploração de atividades reguladas, estando estes ativos suportados por laudos de avaliação econômico-financeira.

Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das concessões e autorizações, pelo método linear, vinculadas à exploração dos empreendimentos.

As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	31/12/2014			31/12/2013		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.700.000	3.486.611	100,00	893.192	3.815.017
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.482.227	100,00	2.261.998	2.492.858
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	4.601.827	26,06	2.225.822	4.567.728
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	225.440	100,00	225.082	237.172
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	120.964	100,00	46.944	140.005
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	106.601	100,00	36.833	121.816
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.436.815	59,57	643.780	969.009
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	70.118	100,00	64.258	76.103
Usina Térmica Ipatinga	14.174.281	100,00	14.174	24.166	100,00	14.174	26.362
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	66.560	100,00	30.952	87.569
Cemig Capim Branco Energia	87.579.000	100,00	87.579	130.128	100,00	87.579	128.426
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00		54.352	25,00	49.569	115.732
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	28.822	100,00	30.902	34.775
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	53.021	24,00	30.000	57.537
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	9.067	100,00	486	10.448
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	56.437	24,50	22.340	58.812
Transchile	56.407.271	49,00	161.122	134.982	49,00	142.100	111.888
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	4.935	100,00	6.052	7.253
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.001	5.001	100,00	5.001	5.941
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	41.147	51,00	28.000	34.639
Cemig Trading	160.297	100,00	160	31.182	100,00	160	46.886
Axxiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	17.200	48.231	49,00	13.700	16.093
Parati	1.432.910.602	25,00	1.432.910	1.481.436	25,00	1.432.910	1.517.376
TAESA	1.033.496.721	43,36	3.042.034	5.045.277	43,36	3.042.034	5.187.689

Os saldos integrais das controladas em conjunto, em 2014 e em 2013, são como segue:

2014	Parati	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile	Light	Taesa	Axxiom	Ativas	Epícares
Ativo											
Circulante	125.412	46.721	35.109	66.713	29.813	24.219	2.465.991	2.292.167	69.516	40.109	31.030
Caixa e Equivalentes de caixa	42.105	6.870	7.379	18.832	4.307	22.235	505.803	328.840	8.976	16.456	13.546
Não Circulante	1.389.864	122.033	101.300	390	80.212	208.119	12.140.800	7.196.432	14.204	70.796	157.318
Total do Ativo	**1.515.276**	**168.754**	**136.409**	**67.103**	**110.025**	**232.338**	**14.606.791**	**9.488.599**	**83.720**	110.905	188.348
Passivo											
Circulante	33.840	6.402	16.285	8.124	11.893	15.466	2.962.594	939.639	26.240	58.634	1.254
Fornecedores	22	170	3.283	4	219	141	1.945.086	52.733	2.094	5.199	-
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	-	-	-	-	-	579.797	723.404	-	-	-
Não circulante	-	108.000	63.687	17.832	45.111	81.890	7.042.370	3.503.683	9.249	78.975	2.059
Patrimônio Líquido	1.481.436	54.352	56.437	41.147	53.021	134.982	4.601.827	5.045.277	48.231	(26.704)	185.035
Total do Passivo	**1.515.276**	**168.754**	**136.409**	**67.103**	**110.025**	**232.338**	**14.606.791**	**9.488.599**	**83.720**	110.905	188.348
Demonstração do Resultado											
Receita Líquida de Vendas	-	30.307	51.604	13.544	20.258	20.108	9.222.926	1.924.291	56.612	25.571	41.121
Custo das Vendas	-	(3.504)	(34067)	(4.047)	(1.942)	(13.026)	(7.798.166)	(294.507)	(54.065)	(29.349)	(14.584)
Depreciação e Amortização	-	(150)	(18)	-	(20)	(5.130)	(414.807)	(2.509)	854	7.152	8.157
Lucro Bruto	**-**	**26.803**	**17.537**	**9.497**	**18.316**	**7.082**	**1.424.760**	**1.629.784**	**2.547**	**(3.778)**	**26.537**
Despesas Gerais e Administrativas	(5.550)	(227)	(170)	(41)	(148)	-	(162.776)	(28.601)	-	(10.116)	(11.670)
Resultado Financeiro Líquido	142.549	(5.252)	(3.777)	(441)	(4.585)	(3.031)	(325.111)	(469.118)	(948)	(13.624)	1.302
Receitas Financeiras	142.647	1.006	965	1.619	666		577.496	276.104	557	1.721	1.302
Despesas Financeiras	(98)	(6.258)	(4.742)	(2.060)	(5.251)	(3.031)	(902.607)	(745.222)	(1.505)	(15.345)	
Resultado Operacional	**136.999**	**21.324**	**13.590**	**9.015**	**13.583**	**4.051**	**936.873**	**1.132.065**	**1.599**	**-**	16.169
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.579)	(13.490)	(11.745)	(990)	(8.799)	(931)	(272.893)	(238.688)	291	-	(1.734)
Resultado Líquido do Exercício	**135.420**	**7.834**	**1.845**	**8.025**	**4.784**	**3.120**	**663.980**	**893.377**	**1.890**	**(27.518)**	**14.435**
Resultado Abrangente do Exercício											
Resultado Líquido do Exercício	**135.420**	**7.834**	**1.845**	**8.025**	**4.784**	**3.120**	**663.980**	**893.377**	**1.890**	**(27.518)**	**14.435**
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**18.500**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ganho/perdas atuariais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(16.927)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado Abrangente do Exercício	**135.420**	**7.834**	**1.845**	**8.025**	**4.784**	**21.620**	**647.053**	**893.377**	**1.890**	**(27.518)**	**14.435**

2014	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Renova	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia
Ativo												
Circulante	22.997	96.489	34.004	1.476.582	18.559	12.260	847.268	14.638	26.549	41.069	20.575	469
Caixa e Equivalentes de caixa	19.414	14.583	27.055	241.159	12.979	3.169	595.516	4.040	3.769	3.813	16.441	458
Não Circulante	90.969	227.611	510.416	22.151.667	104.033	453.090	8.402.093	204.275	224.175	304.927	171.209	528.815
Total do Ativo	**113.966**	**324.100**	**544.420**	**23.628.249**	**122.592**	**465.350**	**9.249.361**	**218.913**	**250.724**	**345.996**	**191.784**	**529.284**
Passivo												
Circulante	13.714	39.340	406.812	1.961.267	7.182	19.555	655.977	17.247	22.029	26.225	10.081	106
Fornecedores	1.539	8.997	898	1.281.660	40	417	129.564	1.784	2.492	2.427	1.186	105
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	-	-	406.379	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	30.261	6.107	-	13.884.927	56.621	145.306	2.973.001	75.137	101.487	148.295	102.315	-
Patrimônio Líquido	69.991	278.653	137.608	7.782.055	58.789	300.489	5.620.383	126.529	127.208	171.476	79.388	529.178
Total do Passivo	**113.966**	**324.100**	**544.420**	**23.628.249**	**122.592**	**465.350**	**9.249.361**	**218.913**	**250.724**	**345.996**	**191.784**	**529.284**
Demonstração do Resultado												
Receita Líquida de Vendas	30.258	55.511	-	1.858.446	25.121	54.710	163.062	27.446	35.021	54.775	31.672	-
Custo das Vendas	(9.552)	(45.742)	-	(3.193.806)	(9.282)	(34.853)	(111.246)	(12.689)	(16.423)	(24.547)	(24.019)	-
Depreciação e Amortização	(2.645)	(8.815)	-	(296.474)	(3.120)	(2.668)	(30.861)	(8.602)	(10.115)	(17.018)	(10.551)	-
Lucro Bruto	**20.706**	**9.769**	**-**	**(1.335.360)**	**15.839**	**19.857**	**51.816**	**14.757**	**18.598**	**30.228**	**7.653**	**-**
Despesas Gerais e Administrativas	(779)	(437)	-	(202.039)	(1.454)	(4.012)	(13.783)	(1.044)	(1.304)	(2.803)	(377)	(23.005)
Resultado Financeiro Líquido	(1.024)	8.009	-	(602.297)	(3.162)	(11.874)	(45.014)	(5.291)	(7.784)	(11.251)	(5.664)	27
Receitas Financeiras	2.124	8.575	-	56.754	1.480	1.003	24.088	833	845	1.210	2.102	27
Despesas Financeiras	(3.148)	(566)	-	(659.051)	(4.642)	(12.877)	(69.102)	(6.124)	(8.629)	(12.461)	(7.766)	-
Resultado Operacional	**18.903**	**17.341**	**-**	**(2.139.696)**	**11.223**	**3.971**	**(6.981)**	**8.422**	**9.510**	**16.174**	**1.612**	**(22.978)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.774)	(5.583)	-	4.814	(1.335)	(2.084)	(6.273)	(927)	(1.266)	(1.490)	(1.713)	-
Resultado Líquido do Exercício	**17.129**	**11.758**	**-**	**2.134.882**	**9.888**	**1.887**	**(13.254)**	**7.495**	**8.244**	**14.684**	**(101)**	**(22.978)**
Resultado Abrangente do Exercício												
Resultado Líquido do Exercício	17.129	11.758	-	2.134.882	9.888	1.887	(13.254)	7.495	8.244	14.684	(101)	(22.978)
Resultado Abrangente do Exercício	**17.129**	**11.758**	**-**	**2.134.882**	**9.888**	**1.887**	**(13.254)**	**7.495**	**8.244**	**14.684**	**(101)**	**(22.978)**

2013	Parati	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile	Light	Taesa	Axxiom	Ativas	Epícares
Ativo											
Circulante	99.903	41.402	29.706	60.846	26.905	18.007	3.631.585	1.680.377	33.563	94.461	31.030
Caixa e Equivalentes de Caixa	99.478	5.246	9.330	13.536	3.537	16.002	546.000	121.000	10.045	24.546	27.277
Não Circulante	1.417.582	124.937	74.203	374	80.739	188.800	9.516.422	7.537.068	8.149	123.232	185.033
Total do Ativo	**1.517.485**	**166.339**	**103.909**	**61.220**	**107.644**	**206.807**	**13.148.007**	**9.217.445**	**41.712**	217.693	216.063
Passivo											
Circulante	109	9.165	4.481	6.409	4.483	17.801	3.312.431	830.108	15.040	73.015	510
Fornecedor	3	159	82	31	247	564	907.000	52.000	1.409	16.122	507
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	-	-	-	-	-	642.459	660.647	-	-	
Não circulante	-	41.442	41.216	20.172	45.624	77.118	5.267.848	3.199.648	10.579	184.812	876
Patrimônio líquido	1.517.376	115.732	58.212	34.639	57.537	111.888	4.567.728	5.187.689	16.093	(40.134)	214.677
Total do Passivo	**1.517.485**	**166.339**	**103.909**	**61.220**	**107.644**	**206.807**	**13.148.007**	**9.217.445**	**41.712**	217.693	216.063
Demonstração do Resultado											
Receita Líquida de Vendas	-	33.398	20.148	11.951	20.344	16.782	7.764.887	1.253.661	37.590	62.819	34.674
Depreciação	-	(3.794)	(2.309)	(118)	(2.488)	(2.150)	(391.000)	(2.000)	(57)	(56.350)	(3.760)
Custo das Vendas	-	(2.419)	(1.566)	(206)	(1.415)	(2.150)	(4.190.904)	(257.304)	(27.752)	(1.103)	
Lucro Bruto	-	**30.979**	**18.582**	**11.745**	**18.929**	**14.632**	**3.573.983**	**996.357**	**9.838**	6.469	30.914
Despesas Gerais e Administrativas	(1.843)	(1.425)	(1.018)	(2.506)	(746)	(7.955)	(2.262.636)	-	(7.123)	(28.044)	
Resultado Financeiro Líquido	104.511	(3.254)	(3.336)	(730)	(3.814)	(5.144)	(459.244)	**(228.904)**	(2)	(19.212)	(173)
Receita Financeira	104.550	578	577	1.361	473		364.756	196.000	732	3.053	40
Despesa Financeira	(39)	(3.832)	(3.913)	(2.091)	(4.287)	(5.144)	(824.000)	(424.904)	(734)	(22.265)	(213)
Resultado Operacional	**102.668**	**26.300**	**14.228**	**8.509**	**14.369**	**1.533**	**852.103**	**767.453**	**2.713**	(40.787)	30.741
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.122)	(1.263)	(830)	(828)	(804)	(564)	(264.768)	121.253	(778)	-	(1.098)
Resultado do Exercício	**101.546**	**25.037**	**13.398**	**7.681**	**13.565**	**969**	**587.335**	**888.706**	**1.935**	(40.787)	29.643
Resultado Abrangente do Exercício											
Resultado Líquido do Exercício	**101.546**	**25.037**	**13.398**	**7.681**	**13.565**	**969**	**587.335**	**888.706**	**1.935**	(40.787)	29.643
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.473**	**-**	**-**	**-**	-	-
Ganho/perdas atuariais						**-**	**95**				
Resultado Abrangente do Exercício	**101.546**	**25.037**	**13.398**	**7.681**	**13.565**	**8.442**	**682.000**	**888.706**	**1.935**	(40.787)	29.643

2013	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia	Gasmig
Ativo											
Circulante	27.067	69.680	24.300	700.921	18.394	10.403	7.882	30.194	21.381	287	367.676
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.667	26.516	22.649	298.370	13.658	808	1.966	743	17.703	274	48.812
Não Circulante	93.282	239.014	242.643	19.318.985	107.163	164.901	177.567	291.351	181.651	416.890	1.401.042
Total do Ativo	**120.349**	**308.694**	**266.943**	**20.019.906**	**125.557**	**175.304**	**185.449**	**321.545**	**203.032**	**417.177**	**1.768.718**
Passivo											
Circulante	9.765	17.749	124.025	1.028.707	11.541	15.959	18.334	34.714	11.351	-	297.933
Fornecedor	1.484	5.433	1.392	309.516	-	873	368	875	1.434	-	44.057
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	-	-	234.785	-	-	-	-	-	-	49.822
Não circulante	41.357	3.565	5.310	12.565.348	62.854	83.264	111.246	162.247	109.894	-	541.413
Patrimônio líquido	69.227	287.380	137.608	6.425.851	51.162	76.081	55.869	124.584	81.787	417.177	929.372
Total do Passivo	**120.349**	**308.694**	**266.943**	**20.019.906**	**125.557**	**175.304**	**185.449**	**321.545**	**203.032**	**417.177**	**1.768.718**
Demonstração do Resultado											
Receita Líquida de Vendas	28.612	48.692	-	1.300.586	22.844	29.708	28.028	51.783	29.149	-	1.203.049
Depreciação	(7.348)	(36.407)	-	(929.565)	(7.162)	(13.706)	(14.441)	(23.486)	(19.458)	-	-
Custo das Vendas	(2.619)	14.782	-	(230.612)	(3.120)	(9.604)	(10.120)	(16.897)	(59)	-	(955.632)
Lucro Bruto	**21.264**	**12.285**	**-**	**371.021**	**15.682**	16.002	13.587	28.297	9.691	-	247.417
Despesas Gerais e Administrativas	(486)	-	-	(100.430)	(1.003)	(1.347)	(1.435)	(2.922)	(417)	(601)	-
Resultado Financeiro Líquido	(1.873)	4.166	-	(305.781)	(4.054)	(6.679)	(8.804)	(12.487)	(6.371)	(4.075)	-
Receita Financeira	1.303	4.818	-	18.115	1.023	639	358	1.354	2.010	14	-
DespesaFinanceira	(3.176)	(652)	-	(323.896)	(5.077)	(7.318)	(9.162)	(13.481)	(8.381)	(4.089)	-
Resultado Operacional	18.905	16.451	-	(35.190)	10.625	7.976	3.348	12.888	2.903	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.596)	(5.812)	-	(12.548)	(1.109)	(890)	(512)	(1.702)	(1.034)	-	-
Resultado do Exercício	**17.309**	**10.639**	**-**	**(47.738)**	**9.516**	**7.086**	**2.836**	**11.186**	**1.869**	**(4.676)**	**120.906**
Resultado Abrangente do Exercício											
Resultado Líquido do Exercício	17.309	10.639	-	(47.738)	9.516	7.086	2.836	11.186	1.869	(4.676)	120.906
Resultado Abrangente do Exercício	**17.309**	**10.639**	**-**	**(47.738)**	**9.516**	**7.086**	**2.836**	**11.186**	**1.869**	**(4.676)**	**120.906**

Aquisição de Controle

a) Participação adicional na Gasmig

Em outubro de 2014, a Cemig concluiu a aquisição relativa ao contrato celebrado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás "Contrato de Compra e Venda de Ações" para aquisição dos 40% de participação da subsidiária Gaspetro na Companhia de Gás de Minas Gerais ("GASMIG"), previamente aprovado pelos Conselhos de Administração da CEMIG e da Petrobrás. O valor pago foi de R$570.976, resultantes dos R$600.000 previstos no contrato de compra e venda, atualizado pelo IGPM, descontados os dividendos pagos entre a data base e o fechamento do acordo. A aquisição foi concluída após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a anuência do poder concedente do Estado de Minas Gerais.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na GASMIG:

	Valores justos das participações adquiridas
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	106.272
Títulos e Valores Mobiliários	104.910
Contas a Receber	71.685
Estoques	5.748
Outros ativos circulantes	71.340
Outros ativos não circulantes	303.830
Ativo financeiro da concessão	659.162
Ativo intangível	1.182.153
Passivo	
Passivos circulantes	(334.913)
Provisões	(48.315)
Impostos diferidos	(311.105)
Outros passivos não circulantes	(381.659)
Participação dos minoritários	(3.953)
Total dos ativos líquidos adquiridos	**1.425.155**

Combinação de negócios realizada em estágios – efeitos adicionais

Até 30 de setembro de 2014, período anterior à aquisição mencionada acima, apesar da Cemig ter 59,57% de participação no Capital da Gasmig, existia acordo de acionistas que concedia à Petrobrás direitos relevantes que representavam o compartilhamento de controle.

Dessa forma, nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da Gasmig eram reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Com a aquisição da participação de 40% no Capital da Gasmig, mencionado acima, a Cemig passou a deter o controle da Gasmig, devendo registrar em suas Demonstrações Financeiras os efeitos decorrentes dessa operação.

Conforme previsto no Pronunciamento contábil CPC.15 (Combinação de Negócios), foi necessário que a Companhia fizesse a mensuração da sua participação anterior na Gasmig pelo valor justo, reconhecendo a diferença no resultado do exercício.

Considerando que o Laudo de aquisição da participação adicional de 40% na Gasmig representa o valor justo dos ativos na data da aquisição, a Cemig fez a mensuração da sua participação original no investimento, conforme demonstrado a seguir:

R$ Mil	Valor justo da participação original (59,57%)
Valor justo da GASMIG em 30/09/2014	1.426.621
Valor da participação original da Cemig avaliada pelo valor justo na data da aquisição – 59,57%	850.266
Valor contábil	569.321
Diferença – Receita registrada no resultado do exercício de 2014 na rubrica de "Combinação de negócios – aquisição em estágios de participação na Gasmig"	280.945

Na combinação de negócios foi reconhecido um complemento no ativo intangível da concessão no valor de R$765.981 e impostos diferidos passivos no valor de R$ 260.565, relacionado ao direito de exploração da concessão, a ser amortizado de forma linear durante o prazo de concessão, correspondente a diferença entre o valor justo da transação e o valor justo dos demais ativos e passivos existentes no balanço patrimonial da GASMIG.

Desta forma, os valores considerados pela Companhia para a mensuração do valor total envolvido na combinação de negócios foram os seguintes:

	R$ mil
Contraprestação transferida para aquisição dos 40% de participação	570.976
Valor justo da participação detida anteriormente	850.266
Valor justo envolvido na combinação de negócios	**1.421.242**
Conciliação do valor pago com a demonstração dos fluxos de caixa:	
Contraprestação transferida para aquisição dos 40% de participação	570.976
Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos na combinação de negócios	(106.272)
Valor desembolsado, líquido do caixa e equivalentes de caixa adquiridos	**464.704**

Aquisição de Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

a) Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. (MESA) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (SAESA) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2014, R$20.998.021 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 31 de dezembro de 2014, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R$3.729.248. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e, em 31 de dezembro de 2014, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R$481.706. A Administração da MESA possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo.

Neste sentido, a MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos diretos e indiretos a serem efetuados pelos seus acionistas, dos quais R$2.777.110 foram aportados em 2014 (R$1.677.100 em 2013), bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada, no montante de R$1.190.000.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

A Companhia reconheceu resultado de equivalência patrimonial negativo relativo às suas participações diretas e indiretas na MESA, no montante de R$387.655 em 31 de dezembro de 2014 (R$46.931 de equivalência patrimonial positiva em 31 de dezembro de 2013), decorrente, principalmente, do reconhecimento em 2014, pela MESA, de despesas relacionadas à: (i) compra de energia no mercado de curto prazo – CCEE; (ii) alocação do GSF (*Generation Scaling Factor* - Fator de ajuste de geração), e (iii) FID – Fator de Disponibilidade.

Em 21 de outubro de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos Acionistas da MESA, na qual foi aprovado aumento do capital social da MESA, por maioria, no valor de R$ 1,59 bilhão.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar, se instaurada, será sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, e terá a MESA (e não a SAESA) como parte.

Aumento de participação mediante aquisição de participação indireta via Fundo de Investimento em Participações Melbourne ("FIP Melbourne")

No dia 06 de junho de 2014, a Andrade Gutierrez Participações S.A. ("AGP") alienou ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas, correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. ("SAAG"), para o FIP Melbourne, administrado pelo Banco Modal, do qual a Cemig GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações ("Fundos") e sociedade de propósito específico ("SPE" e, em conjunto com os Fundos, "Estrutura de Investimento").

A Cemig GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% capital social votante da SPE, preservando a natureza privada da Estrutura de Investimento. A SAAG detém 12,4% do capital social total da MESA.

Com a conclusão da operação a Cemig GT passou a deter uma participação indireta de 7,87% na MESA.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo como base a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data de aquisição até junho de 2043, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na usina de Santo Antônio, através do FIP Melbourne, classificados no balanço patrimonial como investimento com influência significativa:

	Valores justos das participações adquiridas (7,87%)
Investimentos	1.099.450
Intangível	258.683
Imposto de Renda Diferido	(87.952)
Total da participação adquirida pela Companhia	**697.796**

Na data da aquisição, o valor contábil da participação adquirida era de R$527.055, sendo a diferença em relação ao valor justo dos ativos, no valor de R$170.741, alocada como um direito intangível de exploração da atividade regulada.

Adicionalmente ao valor pago de R$697.796 para compra de 7,87% da MESA, a Cemig GT realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na Estrutura de Investimento, no montante de R$81.000, no quarto trimestre de 2014.

b) Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESA

Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,77% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

c) Conclusão da entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova

A Cemig GT celebrou, em 2013, Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. ("Renova"), RR Participações S.A. ("RR"), Light Energia S.A. ("Light Energia") e Chipley SP Participações S.A. ("Chipley"). O Acordo de Investimento teve como objetivo regular a entrada da Cemig GT, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização de novas ações ordinárias da Renova.

Constou ainda do Acordo de Investimento a estruturação da Chipley, com participação da Cemig GT e do Grupo Renova, para efetuar a aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH"), firmado com a Petrobras, em 14 de junho 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. ("Jobelpa"), detentora de 2% das ações ordinárias da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta ("*tag along*"). Ao todo foram adquiridas 51% das ações ordinárias da Brasil PCH.

A aquisição da Brasil PCH foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R$739.943. O aporte de recursos na Chipley para a conclusão da operação foi viabilizado através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado integralmente pela Cemig GT.

Conforme previsto no Acordo de Investimentos, a integralização de ações da Renova foi realizada mediante a cessão integral à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela Cemig GT na Chipley, conforme mencionado no parágrafo anterior.

O Conselho de Administração da Renova aprovou em 20 de fevereiro de 2014 a atualização do aumento de capital da Renova, constante no Acordo de Investimento, pela correção do CDI desde 31/12/2012 até 20/02/2014, resultando em R$1.550.071 equivalentes a R$0,0177789 por ação.

A Cemig GT realizou ainda, em 31 de março de 2014, um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Renova, no valor de R$810.128.

Dessa forma, a obrigação de investimento na Renova no valor de R$1.414.733, valores em 31 de dezembro de 2012, foi atendida pelo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Renova em 31 de março de 2014, no valor de R$810.128, e através da cessão pela Cemig GT à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Chipley, no valor de R$739.943.

Estes recursos, no montante de R$1.550.071, foram integralizados em 29 de setembro de 2014, quando foi celebrado novo Acordo de Acionistas no qual Cemig GT, RR e Light Energia passam a fazer parte do bloco de controle da Renova.

Em 27 de outubro de 2014, decorridos os prazos legais para o exercício do direito de preferência e da subscrição de sobras dos demais acionistas da Renova, o Conselho de Administração da Renova homologou o aumento de seu Capital Social por meio da emissão de 87.196.901 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$0,0177789 por ação, totalizando uma capitalização de R$1.550.265, das quais 87.186.035 ações ordinárias pertencentes à Cemig GT, no valor total de R$1.550.071.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Renova:

	Valores justos das participações adquiridas (27,37%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	56.124
Contas a receber	10.478
Outros Ativos	94.239
Investimentos	204.579
Ativo Imobilizado	1.026.968
Ativo intangível	1.295.222
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(697.164)
Impostos diferidos	(440.375)
Total dos ativos líquidos	**1.550.071**
AFAC Chipley para aquisição das ações da Brasil PCH	739.943
Valor Total do AFAC Renova	**810.128**

Após a homologação do referido aumento de capital, a participação da CEMIG GT na Renova passou a ser de 27,37% do capital social total e 36,62% do capital social votante, conforme quadro a seguir:

RENOVA ENERGIA	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL TOTAL
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Bloco de controle	188.309.629	79,10	-	-	188.309.629	59,12
RR Participações	50.561.797	21,24	-	-	50.561.797	15,87
Light Energia	50.561.797	21,24	-	-	50.561.797	15,87
CEMIG GT	87.186.035	36,62	-	-	87.186.035	27,38
Outros Acionistas	49.786.482	20,90	80.408.816	100,00	130.195.298	40,88
RR Participações	9.560.093	4,02	-	-	9.560.093	3,00
BNDESPAR	9.311.425	3,91	18.622.850	23,16	27.934.275	8,77
InfraBrasil	11.651.467	4,89	23.302.933	28,98	34.954.400	10,97
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,30	10.940.586	13,61	16.410.879	5,15
Outros	13.793.204	5,78	27.542.447	34,25	41.335.651	12,99
Total	**238.096.111**	**100,00**	**80.408.816**	**100,00**	**318.504.927**	**100,00**

Realização de acordo de investimento entre Renova Energia e Cemig GT para participação em novos parques eólicos

No dia 17 de julho foi celebrado um Acordo de Investimento entre a Cemig e a Renova para desenvolvimento de um projeto eólico na região de Jacobina na Bahia. Esse acordo previa a participação de 50% da Cemig no projeto. No dia 22 de outubro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a celebração deste Acordo do Investimento.

d) Aquisição de participação na Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE")

A Cemig GT concluiu em 5 de setembro de 2014 a aquisição de 49,9% de participação de participação no capital total da Retiro Baixo Energética S.A ("RBE"). A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no baixo curso do rio Paraopeba (MG), que possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios.

O valor transferido, relativo à participação indireta adquirida, correspondeu a R$150.837.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data da aquisição, de outubro de 2014 até dezembro de 2041, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Retiro Baixo Energética S.A., classificados no balanço patrimonial consolidado como investimento em controladas em conjunto:

	Valores justos das participações adquiridas (49,9%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	2.323
Contas a receber	3.419
Títulos e Valores Mobiliários	3.553
Ativo Imobilizado	192.726
Ativo intangível	48.760
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(83.365)
Impostos diferidos	(16.579)
Total dos ativos líquidos	**150.837**

Na data da aquisição, o valor do patrimônio líquido contábil da participação adquirida era de R$118.656, sendo a diferença em relação ao valor justo dos ativos, no valor de R$32.181, alocada como um direito intangível de exploração da atividade regulada.

Opções de venda

Taesa

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Coliseu, que é acionista da Taesa, uma opção de venda de suas ações da Companhia, exercível em outubro de 2014. A opção foi calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela Taesa. Sobre o valor líquido haveria atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira. O Fundo de Participações Coliseu não se manifestou no prazo definido pela opção, que se encerrou em 02 de julho de 2014 (90 dias antes da data de exercício), sendo assim, a opção de venda não foi exercida. O preço de exercício da opção sobre as ações da Taesa foi inferior ao preço de mercado destas ações.

Parati

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, requererá a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras.

A principal variável com efeito sobre o cálculo da opção é a taxa de desconto. Em uma análise de sensibilidade, a alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito de R$101 milhões no valor da opção.

Com base nos estudos realizados, a Cemig registrou obrigações em suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa opção no montante de R$165.801, registrados integralmente em 2014.

SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas ("Opções de Venda"), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia (investimento da SAAG) é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras.

A principal variável com efeito sobre o cálculo da opção é a taxa de desconto. Em uma análise de sensibilidade, a alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito de R$32 milhões no valor da opção.

Com base nos estudos realizados, a Cemig GT registrou obrigações de R$29.028 no resultado do exercício de 2014 decorrentes da melhor estimativa de perda dessas opções.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	2014			2013		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	382.377	(9.375)	373.002	382.377	(4.518)	377.859
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.465.953	(5.205.671)	2.260.282	7.466.002	(5.071.260)	2.394.742
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.137.972	(1.528.400)	609.572	2.285.119	(1.573.213)	711.906
Máquinas e Equipamentos	7.642.968	(5.589.719)	2.053.249	7.424.595	(5.345.096)	2.079.499
Veículos	28.919	(19.675)	9.244	29.528	(17.569)	11.959
Móveis e Utensílios	16.738	(12.531)	4.207	14.443	(12.503)	1.940
	17.674.927	(12.365.371)	5.309.556	17.602.064	(12.024.159)	5.577.905
Em Curso	234.064	-	234.064	239.550	-	239.550
Imobilizado Líquido	**17.908.991**	**(12.365.371)**	**5.543.620**	**17.841.614**	**(12.024.159)**	**5.817.455**

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/12/2014
Em Serviço						
Terrenos	377.859	-	-	(4.857)	-	373.002
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.394.742	-	-	(134.403)	(57)	2.260.282
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	711.906	53	(706)	(24.842)	(76.839)	609.572
Máquinas e Equipamentos	2.079.499	8	(5.783)	(177.077)	156.602	2.053.249
Veículos	11.959	-	(26)	(2.691)	2	9.244
Móveis e Utensílios	1.940	36	(27)	(265)	2.523	4.207
	5.577.905	97	(6.542)	(344.135)	82.231	5.309.556
Em Curso	239.550	121.820	(50.292)	-	(77.014)	234.064
Imobilizado Líquido	**5.817.455**	**121.917**	**(56.834)**	**(344.135)**	**5.217**	**5.543.620**

Consolidado	Saldo em 01/01/2013	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 2013
Em Serviço						
Terrenos	380.460	4.215		(1)	(6.815)	377.859
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.552.191	7.859		(41)	(165.267)	2.394.742
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	742.519	18.292		(3.150)	(45.755)	711.906
Máquinas e Equipamentos	2.197.812	19.121	35.100	(3.536)	(168.998)	2.079.499
Veículos	6.109	7.775		-	(1.925)	11.959
Móveis e Utensílios	1.122	977		-	(159)	1.940
	5.880.213	58.239	35.100	(6.728)	(388.919)	5.577.905
Em Curso	228.516	11.034	-	-	-	239.550
Imobilizado Líquido	**6.108.729**	**69.273**	**35.100**	**(6.728)**	**(388.919)**	**5.817.455**

A taxa de depreciação média anual é de 3,12%. As taxas médias anuais de depreciação, por atividade, considerando a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 e as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Administração e Outras	Telecomunicações
2,86%	4,45%	8,88%	5,96%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado, incluindo os consórcios, é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Intangível e Atividade Não Vinculada. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2014	2013
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	3,68	38.917	38.826
Usina Igarapava	14,50%	2,50	58.638	58.295
Usina de Funil	49,00%	4,21	183.446	183.229
Usina de Queimado	82,50%	4,00	212.531	212.531
Usina de Aimorés	49,00%	3,75	548.781	552.204
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%	3,75	56.240	56.240
Depreciação acumulada			(310.853)	(257.806)
			787.700	**843.519**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		1.645	1.626
Usina de Funil	49,00%		-	205
Usina de Aimorés	49,00%		-	147
Usina Igarapava	14,50%		25	358
Usina Porto Estrela	33,33%		2.274	89
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%		2.524	2.244
			6.468	**4.669**
Total de Consórcios - Controladora			**794.168**	**848.188**

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	VALE S.A.	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

Renovação da concessão da Usina de Jaguara

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguara, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguara até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

Em 14 de maio de 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia ("MME") que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto último, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara ("Jaguara"), nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97.

O julgamento foi suspenso em razão do pedido de vista por um dos ministros, terminando a sessão com empate, dois votos favoráveis e dois contrários ao pedido de prorrogação da Cemig GT.

O julgamento foi retomado em 14 de agosto de 2014,nesta ocasião, porém, o julgamento foi adiado a pedido do Ministro Mauro Campbell Marques, que havia pedido vista dos autos na sessão de julgamento do dia 14 de maio de 2014.

O STJ retomou o julgamento no dia 27 de agosto de 2014 ,no entanto, a Cemig GT, que anexou documentos e memorial aos autos do processo, solicitou o adiamento do julgamento, sendo o pleito deferido pelo ministro Mauro Campbell.

No dia 10 de setembro de 2014 foi retomado o julgamento, e o Ministro Campbell, que havia pedido vista do processo, votou pela denegação da segurança pleiteada pela Companhia. Ato contínuo, o julgamento foi suspenso em virtude de um novo pedido de vista formulado pelo Ministro Benedito Gonçalves. Foi retomado o julgamento no dia 10 de dezembro de 2014, tendo o Ministro Benedito denegado da segurança. Houve novo pedido de vista feito pela Ministra Assusete Magalhães.

Dessa forma, o julgamento foi suspenso e tem um resultado parcial de dois votos favoráveis e quatro contrários ao pedido de prorrogação da Cemig GT.

Atualmente, os autos se encontram conclusos à Ministra Assusete Magalhães e o julgamento será retomado em 2015.

Por fim, ressalta-se que faltam votar ainda os Ministros Assusete Magalhães e Sérgio Kukina da 1ª Seção do STJ. Continua vigente a liminar deferida para que a Cemig GT continue a explorar o serviço de geração na UHE Jaguara, nos termos do Contrato nº 007/1997, até o julgamento final do MS. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta.

A Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

Renovação da concessão da Usina de São Simão

Em 03 de junho de 2014, a companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da usina de São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da Aneel decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) que seja negada a renovação da Concessão da usina de São Simão por entender que a Cemig não realizou o pedido de prorrogação dentro do prazo estabelecido pela Lei nº 12.783/13.

Por meio de Despacho MME, s/n°, de 28 de agosto de 2014, publicado em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, baseado no Parecer n° 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolizou Recurso Hierárquico perante o MME, com pedido de reconsideração, requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos.

Em 16 de setembro de 2014, o MME, por meio do Ofício nº 239/2014, solicitou manifestação da Cemig GT quanto ao interesse de permanecer responsável pela prestação do serviço público de geração de energia elétrica da UHE São Simão. Em resposta (Carta DPR-0558A/2014), a concessionária ressaltou que se reserva no direito de pronunciar sobre a manutenção da mencionada usina após o julgamento definitivo no âmbito administrativo (Recurso Hierárquico) e judicial (referente à UHE Jaguara, mesma situação jurídica e fática).

Em 04 de novembro de 2014, a Cemig GT recebeu novo Ofício nº 332/2014, para manifestar o interesse em permanecer responsável pela prestação do serviço, ressaltando que a não manifestação explícita seria entendida como uma negativa à solicitação do MME. Em resposta a esse Ofício, a Companhia reiterou, em 17 de novembro de 2014, o disposto na Carta DPR-0558A/2014.

O Recurso Hierárquico ainda se encontra pendente de apreciação pelo MME e pela Presidente da República.

Em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou Mandado de Segurança, perante o STJ, com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão com base na Cláusula 4ª do Contrato nº 007/1997.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permaneça no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança nº 20.432/DF (referente à UHE Jaguara), ou, até reexame do pleito ora deferido, caso não ocorra a finalização da apreciação em até 45 dias após o início das atividades judicantes da Primeira Seção no ano de 2015.

A Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

16. INTANGÍVEIS

a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Consolidado	2014			2013		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	13.819	(1.957)	11.862	13.757	(1.318)	12.439
Concessão Onerosa	39.868	(16.125)	23.743	39.868	(12.440)	27.428
Ativos de Concessão	8.707.590	(6.484.556)	2.223.034	6.748.458	(5.882.416)	866.042
Outros	66.144	(48.799)	17.345	67.838	(44.102)	23.736
	8.827.421	(6.551.437)	2.275.984	6.869.921	(5.940.276)	929.645
Em Curso	1.103.312	-	1.103.312	1.074.345	-	1.074.345
Intangível Líquido	**9.930.733**	**(6.551.437)**	**3.379.296**	**7.944.266**	**(5.940.276)**	**2.003.990**

Controladora	Taxa Média de Amortização	2014			2013		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.789	(3.311)	478	3.705	(2.960)	745
Marcas e Patentes	10%	9	(5)	4	9	(4)	5
		3.798	(3.316)	482	3.714	(2.964)	750
Em Curso		614	-	614	3	-	3
Intangível Líquido		**4.412**	**(3.316)**	**1.096**	**3.717**	**(2.964)**	**753**

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Ajuste de Combinação de Negócios	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2014
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Servidão	12.439		-	-	(639)	62	11.862
Concessão Onerosa	27.428		-	-	(3.685)	-	23.743
Ativos de Concessão	866.042	1.072.975	-	-	(447.622)	731.639	2.223.034
Outros	23.736		116	-	(4.837)	(1.670)	17.345
	929.645	1.072.975	116	-	(456.783)	730.031	2.275.984
Em Curso	1.074.345	109.178	867.800	(25.849)	-	(922.162)	1.103.312
Intangível Líquido - Consolidado	**2.003.990**	**1.182.153**	**867.916**	**(25.849)**	**(456.783)**	**(192.131)**	**3.379.296**

Consolidado	Saldo em 01/01/2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2013
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.409	-	-	(586)	1.616	12.439
Concessão Onerosa	20.994	9.222	-	(2.788)	-	27.428
Ativos de Concessão	1.132.033	-	(5.846)	(428.430)	168.285	866.042
Outros	5.537	11.404	-	(5.021)	11.816	23.736
	1.169.973	20.626	(5.846)	(436.825)	181.717	929.645
Em Curso	704.381	887.270	(33.201)	-	(484.105)	1.074.345
Intangível Líquido - Consolidado	**1.874.354**	**907.896**	**(39.047)**	**(436.825)**	**(302.388)**	**2.003.990**

A taxa de amortização média anual é de 4,12%. As taxas médias anuais de amortização, por atividade, considerando a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 e as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Distribuição	Administração e Outras	Telecomunicações
6,58%	7,06%	3,59%	14,26%	7,74%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrada no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

17. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Energia de curto prazo - CCEE	329.535	77.382
Encargos de uso da rede elétrica	87.702	63.653
Energia elétrica comprada para revenda	595.546	465.693
Itaipu binacional	148.864	179.924
Gás comprado para revenda (*)	151.394	-
Materiais e serviços	290.675	279.706
	1.603.716	**1.066.358**
Circulante	**1.603.716**	**1.066.358**

(*) A Gasmig passou a ser consolidada em outubro de 2014.

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulante Pasep/Cofins referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladoras Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Circulante				
ICMS	365.187	323.234	18.091	18.091
COFINS	96.186	103.423	30.856	37.118
PASEP	21.231	22.611	6.699	8.059
INSS	21.158	22.835	1.651	2.120
Outros	50.946	26.450	678	1.491
	554.708	**498.553**	**57.975**	**66.879**
Não Circulante				
COFINS	594.093	579.494	-	-
PASEP	128.980	125.811	-	-
Outros	103	192	-	-
	723.176	**705.497**	**-**	**-**
	1.277.884	**1.204.050**	**57.975**	**66.879**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	2014	2013
Circulante		
Imposto de Renda	38.981	25.711
Contribuição Social	3.575	9.188
	42.556	**34.899**

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/12/2014			31/12/2013
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US$	1.041	23.514	24.555	32.345
KFW	2016	4,50	EURO	2.128	2.129	4.257	6.384
KFW	2024	1,78	EURO	554	9.971	10.525	-
TOSHIBA	2014	LIBOR + 5,36	US$	-	-	-	7.420
Dívida em Moeda Estrangeira				**3.723**	**35.614**	**39.337**	46.149
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R$	80.184	132.046	212.230	208.611
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R$	155.670	294.899	450.569	449.124
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10% do CDI	R$	558.830	360.000	918.830	1.017.436
Banco do Brasil S.A.	2015	98,50% do CDI	R$	205.633	-	205.633	384.045
Banco do Brasil S.A	2015	99,50% do CDI	R$	237.666	-	237.666	212.469
Banco do Brasil S.A	2016	104,25% do CDI	R$	-	706.062	706.062	634.428
Nota Promissória - 5ª Emissão (2)	2015	106.85 do CDI	R$	1.483.984	-	1.483.984	-
Nota Promissória – 7ª Emissão (3)	2015	105.00 do CDI	R$	1.311.205	-	1.311.205	-
BNDES	2026	TJLP+2,34	R$	7.909	80.759	88.668	96.303
BNDES	2026	TJLP+2,48	R$	2.262	11.242	13.504	-
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R$	-	-	-	500
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R$	67.259	184.930	252.189	334.090
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R$	5.316	1.779	7.095	6.707
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 2,5	R$	3.474	8.621	12.095	13.271
Consórcio Pipoca	2015	IPCA	R$	185	-	185	185
BNDES – Cemig Telecom (4)	2018	Diversas	R$	7.939	16.355	24.294	32.166
Nota Promissória-1ª Emissão (4)	2015	110,40% do CDI	R$	19.824	-	19.824	-
Dívida em Moeda Nacional				**4.147.340**	**1.796.693**	**5.944.033**	**3.389.335**
Total de Empréstimos e Financiamento				**4.151.063**	**1.832.307**	**5.983.370**	**3.435.484**
Debêntures – 1ª Emissão (3)	2014	IGP-M + 10,50	R$	-	-	-	424.172
Debêntures –2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R$	200.612	397.233	597.845	560.983
Debêntures – 1ª série – 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R$	49.359	479.506	528.865	518.319
Debêntures - 2ª série – 2ª Emissão (2)	2015	IPCA + 7,68	R$	554.158	-	554.158	1.024.686
Debêntures - 3ª série – 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R$	42.597	790.445	833.042	782.247
Debêntures - 2ª série – 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R$	12.302	235.970	248.272	233.127
Debêntures - 2º Série - 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R$	49.797	1.216.371	1.266.168	1.188.288
Debêntures - 3º Série - 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R$	32.274	725.664	757.938	711.380
Debêntures - 1º Série - 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R$	41.441	410.463	451.904	442.272
Debêntures (5)	2018	CDI + 0,80	R$	-	-	-	77.054
Debêntures – Governo do Estado de Minas Gerais (7)	2031	IGP-M	R$	-	-	-	59.352
Debêntures - 2ª série – 4ª Emissão (2)	2016	CDI+085	R$	1.172	500.000	501.172	-
Debêntures - 1º Série - 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R$	6.336	1.400.000	1.406.336	-
Debêntures (6)	2016	TJLP+3,12	R$	49.097	40.674	89.771	-
Debêntures (6)	2015	CDI+0,62	R$	100.028	-	100.028	-
Debêntures (6)	2018	CDI+0,74	R$	93	99.570	99.663	-
Debêntures (6)	2022	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	R$	326	89.880	90.206	-
Total de Debêntures				**1.139.592**	**6.385.776**	**7.525.368**	**6.021.880**
Total Geral Consolidado				**5.290.655**	**8.218.083**	**13.508.738**	**9.457.364**

(1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;
(2) Cemig Geração e Transmissão;
(3) Cemig Distribuição;
(4) Cemig Telecom;
(5) Capim Branco;
(6) Gasmig;
(7) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC 12.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2014, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	10.750.438
Recebíveis	1.388.986
Sem Garantia	1.369.314
TOTAL	**13.508.738**

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.041	-	-	-	-	-	-	23.514	24.555
Euro	2.682	3.236	1.108	1.108	1.108	1.108	1.108	3.324	14.782
Total por Moedas	**3.723**	**3.236**	**1.108**	**1.108**	**1.108**	**1.108**	**1.108**	**26.838**	**39.337**
Indexadores									
IPCA (1)	892.362	198.173	198.174	117.566	519.467	662.376	674.357	995.126	4.257.601
UFIR/RGR (2)	67.654	49.627	40.201	35.362	23.562	20.465	5.685	9.631	252.187
CDI (3)	4.251.214	1.812.391	1.426.391	1.143.986	-	-	-	-	8.633.982
URTJ/TJLP (4)	71.007	74.380	33.706	25.721	22.719	22.719	20.471	47.814	318.537
IGP-DI (6)	3.059	716	716	484	-	-	-	-	4.975
TR (7)	1.636	-	386	97	-	-	-	-	2.119
Total por Indexadores	**5.286.932**	**2.135.287**	**1.699.574**	**1.323.216**	**565.748**	**705.560**	**700.513**	**1.052.571**	**13.469.401**
Total Geral	**5.290.655**	**2.138.523**	**1.700.682**	**1.324.324**	**566.856**	**706.668**	**701.621**	**1.079.409**	**13.508.738**

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
(5) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);
(6) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);
(7) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	2014 (%)	2013 (%)	Indexador	2014 (%)	2013 (%)
Dólar Norte-Americano	13,39	14,64	IPCA	6,41	5,91
Euro	0,02	19,70	CDI	10,81	8,05

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2013	**10.415.793**
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.475.083
Custos de Captação	(8.567)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.466.516
Variação monetária e cambial	247.930
Encargos financeiros provisionados	742.010
Encargos financeiros pagos	(813.433)
Amortização de financiamentos	(3.601.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**9.457.364**
Empréstimos e Financiamentos obtidos	4.562.259
Custos de Captação	(181)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	4.562.078
Adições por combinação de negócios (*)	391.788
Variação monetária e cambial	266.139
Encargos financeiros provisionados	1.006.502
Encargos financeiros pagos	(780.887)
Amortização de financiamentos	(1.394.246)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**13.508.738**

(*) Saldo decorrente da consolidação da Gasmig a partir de outubro de 2014 (Vide Nota 14)

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2014	2013
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	1.060.502	737.963
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(69.828)	(40.136)
Efeito Líquido no Resultado	**990.674**	**697.827**

O valor do encargo capitalizado no montante de R$69.828 foi excluído na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 11,62%.

Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2014 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
KFW (GT)	2024	1,78	9.916
Total em Moeda Estrangeira			**9.916**
Moeda Nacional			
Debêntures – 4ª Emissão (GT)	2016	CDI + 0,85	505.368
Nota Promissória – 5ª Emissão (GT)	2015	106,85 do CDI	1.400.000
Debêntures – 5ª Emissão (GT)	2018	CDI*1,70	1.400.000
FINEP (GT)	2018	TJLP + 2,5	3.485
BNDES(D)	2020	TJLP+2,48	13.490
Nota Promissória – 7ª Emissão (D)	2015	105,00 do CDI	1.210.000
Nota Promissória – 1ª Emissão (CEMIG TELECOM)	2015	110,4 do CDI	19.819
Total em Moeda Nacional			**4.552.162**
Total de Captações			**4.562.078**

Em janeiro de 2014, a Cemig GT concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R$10 na data de emissão, em 23 de dezembro de 2013, totalizando R$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Emissora, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de vencimento de três anos a contar da data de emissão, em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples com esforços restritos de colocação da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em abril de 2014, a CEMIG D concluiu a 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 121 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R$10.000 na data de emissão, em 8 de abril de 2014, totalizando R$1.210.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados ao pagamento de dívidas e à realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 03 de abril de 2015, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 105% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig D conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em junho de 2014, a CEMIG GT concluiu a 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R$10.000 na data de emissão, em 27 de junho de 2014, totalizando R$1.400.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano pela Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 22 de junho de 2015, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 106,85% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em 17 de dezembro de 2014, a Cemig GT concluiu a sua 5ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de distribuição, por meio da qual foram emitidas 140.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 na data de emissão, qual seja, 10 de dezembro de 2014, totalizando R$ 1.400.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014. As debêntures

têm prazo de quatro anos a contar da data de emissão, com vencimento em 10 de dezembro de 2018, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 1,70% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em 2 (duas) parcelas iguais e consecutivas, sendo a primeira devida em 10 de dezembro de 2017, de 50% do Valor Nominal Unitário, e a segunda devida em 10 de dezembro de 2018, do saldo do Valor Nominal Unitário. A 5ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Aquisição facultativa das debêntures da Cemig emitidas para construção e implantação da UHE Irapé.

A CEMIG, nos anos de 2002 a 2006, realizou uma série de emissões de debêntures simples, da espécie subordinada, para distribuição privada, com subscrição pelo Estado de Minas Gerais, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.954/01 e com a finalidade de aplicar os recursos na construção e implantação da UHE Irapé.

Em dezembro de 2014, a Cemig GT promoveu a liquidação antecipada das referidas debêntures. O valor negociado para o pré-pagamento das debêntures, de R$90.000, representa o valor descontado dos pagamentos nas respectivas datas de vencimento (entre 2027 e 2031). As debêntures adquiridas pela Cemig GT deverão ser canceladas pela CEMIG. Em 31 de dezembro de 2014, no entanto, as debêntures permaneciam em tesouraria.

O pré-pagamento representou uma despesa financeira de R$26.789, registrada no resultado do exercício, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil.

Pagamento de Debêntures emitidas pela Cemig Capim Branco S.A.

Em março de 2013, a Cemig Capim Branco realizou uma emissão de debêntures simples, no valor de R$72 milhões, para utilizar os recursos na compra de participação no Consórcio Capim Branco Energia, sendo que as debêntures foram adquiridas, em sua totalidade, pelo Banco do Brasil.

Em agosto de 2014, a Cemig GT e a Vale celebraram Contrato Definitivo, dispondo, dentre outras matérias, que a incorporação total da Cemig Capim Branco Energia S.A. (Cemig Capim Branco) pela Cemig GT era condição precedente para o fechamento da operação de Associação, uma vez que, dentre os ativos a serem aportados pela Cemig GT na Aliança, estaria a participação direta e indireta detida pela Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig no Consórcio Capim Branco.

Como a Cemig Capim Branco seria totalmente incorporada pela Cemig GT, incorporação esta que resultaria na extinção da Cemig Capim Branco (emissora das debêntures) e na absorção do seu patrimônio, a título universal, pela Cemig GT, foi necessário se promover a recompra pela Cemig Capim Branco das 7.200 debêntures em circulação, sendo feita pelo seu valor nominal unitário de R$10.000,00, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data do último pagamento de Juros Remuneratórios até a data da recompra, perfazendo em 19 de dezembro de 2014, um total de R$78.198.

As debêntures adquiridas pela Cemig Capim Branco deverão ser canceladas. Em 31 de dezembro de 2014, no entanto, as debêntures permaneciam em tesouraria.

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo "simples", não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	31/12/2014	31/12/2013
CEMIG GT – Governo do Estado de Minas Gerais	Não há	IGP-M	2031	-	59.352
CEMIG GT 2ª Série – 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,68	2015	554.158	1.024.686
CEMIG GT 1ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,90	2017	528.865	518.319
CEMIG GT 3ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,20	2022	833.042	782.247
CEMIG GT 2ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,00	2019	248.272	233.127
CEMIG GT 4ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,85	2016	501.172	-
CEMIG GT 5ª Emissão	Quirografária	CDI*1,70	2018	1.406.336	-
CEMIG D - 1º Série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	451.904	442.272
CEMIG D - 2º Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.266.168	1.188.288
CEMIG D - 3º Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	757.938	711.380
CAPIM BRANCO	Fiança	CDI + 0,80	2018	-	77.054
CEMIG D 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	597.845	560.983
CEMIG D 1ª Emissão	Quirografária	IGP-M + 10,50	2014	-	424.172
GASMIG	Quirografária	TJLP+3,12	2016	89.771	-
GASMIG	Quirografária	CDI+0,62	2015	100.028	-
GASMIG	Quirografária	CDI+0,74	2018	99.663	-
GASMIG	Quirografária	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	2022	90.206	-
TOTAL				**7.525.368**	**6.021.880**

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas ("*Covenants*"), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R$50 milhões ("*cross default*").

Cláusulas Contratuais Restritivas - "*Covenants*"

A Companhia possui contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusulas Restritivas ("Covenants") atrelada a índices financeiros, apurados anualmente em balanço auditado por empresa de auditoria independente, registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM) conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
Patrimônio Líquido da Garantidora/Ativo Total da Garantidora (1)	Maior ou igual a 30,00%
Patrimônio Líquido/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais) (2)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA (2)	Menor ou igual a 4 vezes

(1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a controlada Cemig GT terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

(2)Caso não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia deverá providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do BNDES sobre o não atingimento de algum dos índices constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2014, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2014	2013
Reserva Global de Reversão - RGR	47.628	57.574
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	20.660	12.139
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.155	3.163
Eficiência Energética	138.449	123.419
Pesquisa e Desenvolvimento	98.789	103.070
Pesquisa Expansão Sistema Energético	4.250	3.305
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	8.229	6.457
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.118	5.110
Encargo de Capacidade Emergencial	31.010	31.018
	357.495	**346.462**
Passivo Circulante	**105.558**	**153.437**
Passivo Não Circulante	**251.937**	**193.025**

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social ("Forluz"), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários ("Plano B") – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2014.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R$799.487 em 31 de dezembro de 2014 (R$807.739 em 31 de dezembro de 2013). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Cemig, suas controladas e controladas em conjunto está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que o laudo atuarial apresenta um passivo líquido com fundo de pensão menor que o saldo da dívida. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantem o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas da Controladora e das controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição são conforme abaixo:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	8.124.131	1.120.185	31.946	680.034	9.956.296
Valor Justo dos Ativos do Plano	(8.051.319)	-	-	-	(8.051.319)
Passivo Líquido inicial	**72.812**	**1.120.185**	**31.946**	**680.034**	**1.904.977**
Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	79.306	-	-	-	79.306
Passivo Líquido ajustado	**152.118**	**1.120.185**	**31.946**	**680.034**	**1.984.283**
Complemento Referente à Dívida com a Forluz	647.369	-	-	-	647.369
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**799.487**	**1.120.185**	**31.946**	**680.034**	**2.631.652**

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	7.351.556	1.011.719	28.677	600.593	8.992.545
Valor Justo dos Ativos do Plano	(7.727.771)	-	-	-	(7.727.771)
Passivo Líquido do Plano	**(376.215)**	**1.011.719**	**28.677**	**600.593**	**1.264.774**
Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	376.215	-	-	-	376.215
Passivo Líquido ajustado	**-**	**1.011.719**	**28.677**	**600.593**	**1.640.989**
Complemento Referente à Dívida com a Forluz	807.739	-	-	-	807.739
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial em 31/12/2013	**807.739**	**1.011.719**	**28.677**	**600.593**	**2.448.728**

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre o passivo líquido com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

A diferença entre o passivo líquido registrado no Balanço Patrimonial e o Passivo Líquido apurado no laudo atuarial deverá ser integralmente reconhecida em contrapartida ao Patrimônio Líquido da Companhia. Dessa forma, ocorreu uma redução acumulada no Patrimônio Líquido em dezembro de 2014 em função dessa prática contábil, no montante de R$ 50.765, líquido dos efeitos fiscais diferidos.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de Benefício Definido em 01 de janeiro de 2013	**9.190.642**	**819.780**	**22.343**	**735.848**	**10.768.613**
Custo do Serviço Corrente	10.634	16.852	467	8.371	36.324
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	806.096	72.187	1.961	67.990	948.234
Contribuição do empregado	53	-	-	-	53
Perdas (Ganhos) Atuariais	(2.036.813)	168.743	5.838	(199.527)	(2.061.759)
Benefícios pagos	(619.056)	(65.843)	(1.932)	(12.089)	(698.920)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2013	**7.351.556**	**1.011.719**	**28.677**	**600.593**	**8.992.545**
Custo do Serviço Corrente	6.050	6.476	189	3.202	15.917
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	869.290	125.023	3.544	73.482	1.071.339
Perdas Atuariais	569.662	50.244	1.606	14.686	636.198
Benefícios pagos	(672.427)	(73.277)	(2.070)	(11.929)	(759.703)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2014	**8.124.131**	**1.120.185**	**31.946**	**680.034**	**9.956.296**

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 01 de janeiro de 2013	**8.142.438**
Retorno real dos investimentos	103.435
Contribuições do Empregador	100.901
Contribuição dos Empregados	53
Benefícios pagos	(619.056)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	**7.727.771**
Retorno real dos investimentos	888.729
Contribuições do Empregador	107.246
Benefícios pagos	(672.427)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	**8.051.319**

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2014 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	6.050	6.476	189	3.202	15.917
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	869.290	125.023	3.544	73.482	1.071.339
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(922.114)	-	-	-	(922.114)
Despesa (Receita) Conforme Cálculo Atuarial	**(46.774)**	**131.499**	**3.733**	**76.684**	**165.142**
Ajuste ao Teto de Ativo (*Asset Ceiling*)	46.774	-	-	-	46.774
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	98.994	-	-	-	98.994
Despesa Total em 2014	**98.994**	**131.499**	**3.733**	**76.684**	**310.910**

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	10.634	16.852	467	8.371	36.324
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	806.096	72.187	1.961	67.990	948.234
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(717.328)	-	-	-	(717.328)
Despesa (Receita) Conforme Cálculo Atuarial	**99.402**	**89.039**	**2.428**	**76.361**	**267.230**
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	1.944	-	-	-	1.944
Despesa Total em 2013	**101.346**	**89.039**	**2.428**	**76.361**	**269.174**

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	**39.741**	**48.535**	**1.402**	**35.639**	**125.317**
Despesa Reconhecida no Resultado	4.871	6.373	189	4.506	15.939
Contribuições Pagas	(5.277)	(4.318)	(116)	(689)	(10.400)
Perdas (Ganhos) atuariais	-	12.595	511	(879)	12.227
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	**39.335**	**63.185**	**1.986**	**38.577**	**143.083**
Passivo Circulante 31 de dezembro de 2014					**8.932**
Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2014					**134.151**

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 01 de janeiro de 2013	**1.048.204**	**819.780**	**22.343**	**735.848**	**2.626.175**
Despesa Reconhecida no Resultado	101.346	89.039	2.428	76.361	269.174
Contribuições Pagas	(100.901)	(65.843)	(1.932)	(12.089)	(180.765)
Perdas (Ganhos) atuariais	(240.910)	168.743	5.838	(199.527)	(265.856)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	**807.739**	**1.011.719**	**28.677**	**600.593**	**2.448.728**
Despesa Reconhecida no Resultado	98.994	131.499	3.733	76.684	310.910
Contribuições Pagas	(107.246)	(73.277)	(2.070)	(11.929)	(194.522)
Perdas atuariais	-	50.244	1.606	14.686	66.536
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	**799.487**	**1.120.185**	**31.946**	**680.034**	**2.631.652**
Passivo Circulante 31 de dezembro de 2014					**153.426**
Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2014					**2.478.226**

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2015 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	5.120	7.381	229	3.492	16.222
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	933.443	134.645	3.840	80.848	1.152.776
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(921.786)	-	-	-	(921.786)
Despesa Total em 2015 conforme laudo atuarial	**16.777**	**142.026**	**4.069**	**84.340**	**247.212**
Complemento Referente à Dívida com a Forluz	82.630	-	-	-	82.630
Despesa Total em 2015	**99.407**	**142.026**	**4.069**	**84.340**	**329.842**

O cálculo atuarial apresenta um uma despesa estimada em 2015 referente ao fundo de pensão, porém, a companhia efetuará um complemento correspondente à despesa financeira referente à dívida pactuada com a fundação, conforme mencionado anteriormente nesta nota. A expectativa para a despesa financeira referente à dívida em 2015 é de R$ 99.407.

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2015 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	709.411	77.307	2.186	12.822	**801.726**

A Companhia e suas controladas tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2015 no montante de R$ 113.140 e R$ 85.621 para o plano de Contribuição Definida (registro diretamente no resultado do exercício).

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2014	2013
Ações de empresas brasileiras	8,68%	9,83%
Títulos de Renda Fixa	58,16%	63,51%
Imóveis	8,16%	4,99%
Outros	25,00%	21,67%
Total	**100,00%**	**100,00%**

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

	2014	2013
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora e Controladas	344.630	396.606
Ações emitidas pela Patrocinadora	8.910	9.370
Imóveis da Fundação ocupados pelas Patrocinadoras	230.000	215.000
	583.540	**620.976**

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2014:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Alteração na Tábua de Mortalidade em 1 ano	297.343	16.940	466	25.841	340.590
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	818.912	136.411	3.862	119.006	1.078.191

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2014	2013
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	12,00%	12,36%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	12,00%	12,36%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,50%	5,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,61%	7,61%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

		Consolidado				
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	Adições em Combinação de Negócios[1]	2014
Trabalhistas	146.229	249.550	(7.443)	(65.811)	-	322.525
Cíveis						
Relações de Consumo	29.102	9.949	(10.046)	(9.790)	-	19.215
Outras ações cíveis	23.097	12.326	(6.176)	(4.975)	-	24.272
	52.199	22.275	(16.222)	(14.765)	-	43.487
Tributárias	26.027	30.242	(17.670)	(15.558)	50.018	73.059
Ambientais	1.179	854	(818)	-	-	1.215
Regulatórias	50.228	8.067	(22.498)	(412)	-	35.385
Societárias (2)	-	239.445	-	-	-	239.445
Outras	30.523	13.159	(2.064)	(1.759)	-	39.859
Total	**306.385**	**563.592**	**(66.715)**	**(98.305)**	**50.018**	**754.975**

1. Aquisição de participação adicional e do controle na Gasmig, que passou a ser consolidada em outubro de 2014. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 14 destas Demonstrações Financeiras.
2. A discussão acerca da diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais foi provisionada em contrapartida ao resultado financeiro. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 26 destas Demonstrações Financeiras.

	Controladora				
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	2014
Trabalhistas	25.973	28.110	(3.374)	(19.021)	31.688
Cíveis					
Relações de Consumo	6.679	487	(3.519)	(397)	3.250
Outras ações cíveis	6.266	654	(6.176)	(573)	171
	12.945	1.141	(9.695)	(970)	3.421
Tributárias	7.356	5.303	(971)	(1.860)	9.828
Ambientais	276	37	-	-	313
Regulatórias	20.394	5.636	(2.953)	(12)	23.065
Societárias	-	239.445	-	-	239.445
Outras	770	1.122	(157)	(728)	1.007
Total	**67.714**	**280.794**	**(17.150)**	**(22.591)**	**308.767**

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$666.200 (R$535.683 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$322.525 foram provisionados (R$146.229 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia é parte em dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos seus empregados, que visa o estabelecimento de normas e condições de trabalho para reger os contratos de trabalho no período de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, cuja pauta de reivindicações trazia diversos assuntos, dentre eles a recomposição de perdas salariais, aumento real, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas. Em 04 de julho de 2013, foi publicado acórdão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que manteve as cláusulas já existentes nos acordos coletivos anteriores, sem acrescentar nova obrigação à Companhia. Em 13 de outubro de 2014, foi publicada, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), decisão em sede de Recurso Ordinário, para dar provimento ao recurso de uma entidade sindical, concedendo 3% de aumento real aos empregados a título de produtividade. A Companhia apresentou Embargos de Declaração à seção especializada em dissídios coletivos do TST, a qual negou-lhe provimento em 15 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o valor envolvido nesta ação é de, aproximadamente, R$127.411, que está devidamente registrado, tendo em vista a atual fase processual, que motivou a reavaliação da probabilidade de perda, por parte de nossos assessores jurídicos, de possível para provável.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas à indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R$30.241 (R$61.458 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$19.215 (R$29.102 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Esta redução decorre, principalmente, da anulação de diversas multas aplicadas pelo Procon à Companhia.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R$174.621 (R$131.719 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$24.272 (R$23.097 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$266.157 (R$115.423 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$73.059 foram provisionados (R$26.027 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no montante contingente decorre, principalmente, do efeito da conclusão da aquisição de participação adicional na Gasmig, que passou a ser consolidada em outubro de 2014, associado a novos processos administrativos e judiciais onde são discutidos assuntos relativos ao IPTU, ITR e ITCD. Mais detalhes sobre a aquisição de participação adicional na Gasmig estão disponíveis na Nota Explicativa nº 14 destas Demonstrações Financeiras.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R$20.416 (R$5.263 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$1.215 foram provisionados (R$1.179 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$154.312 (R$180.293 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$35.385 (R$50.228 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Esta redução decorre, principalmente, de finalização de processo administrativo onde se discutia suposta violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, em virtude de provimento parcial pela ANEEL.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

Baseada na opinião de nossos assessores jurídicos, a probabilidade de perda foi avaliada como provável e o valor provisionado, em contrapartida ao resultado financeiro foi de R$239.445, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar a discussão.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R$23.745 (R$20.020 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$99.474 (R$91.356 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$16.114 foram provisionados (R$10.503 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Trabalhistas – mão de obra terceirizada

A Companhia é parte em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho onde se discute a terceirização da mão de obra em suas atividades-fim. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$376 (R$59.004 em 31 de dezembro de 2013), e representaria uma possível penalidade caso a Companhia descumprisse a obrigação de fazer no prazo determinado judicialmente. Em decorrência da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) favorável à Companhia em setembro de 2014, quanto à improcedência da ação, a discussão relativa à penalidade para descumprimento da obrigação de fazer foi desconsiderada, sendo considerada, apenas, a discussão relativa à indenização por dano moral coletivo, cuja probabilidade de perda foi mantida como possível com base na opinião de seus assessores jurídicos.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R$239.230 (R$218.832 em 31 de dezembro de 2013).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$1.220.930 (R$824.286 em 31 de dezembro de 2013), e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei n° 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

A variação verificada em 2014, quando comparado a 2013, decorre, principalmente, de novos autos de infração, em função de fatos geradores de períodos recentes.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R$654.926 (R$302.230 em 31 de dezembro de 2013) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia por acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

O aumento no montante contingente decorre, principalmente, de Despacho Decisório da Secretaria da Receita Federal que não homologou compensações realizadas pela Companhia em relação ao PIS/COFINS, alegando que determinadas receitas financeiras estariam relacionadas, diretamente, com as atividades da empresa. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em função da Companhia ter obtido decisão favorável, transitada em julgado em 2012, em Ação Ordinária que objetivava o reconhecimento da inconstitucionalidade da incidência do PIS/COFINS sob receitas que não se originavam de vendas de mercadorias e/ou de prestação de serviços.

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R$432.260 (R$363.124 em 31 de dezembro de 2013), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e de premissas equivocadas utilizadas pela fiscalização no julgamento administrativo.

O aumento no montante contingente decorre, principalmente, da inclusão de encargo devido nos casos de débitos inscritos em dívida ativa da União objeto de Execução Fiscal.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre rendimentos pagos em razão de ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, de 100,00% das participações detidas pela Enlighted na Luce LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R$169.620, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$203.010. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão e por ter apresentado teses com fundamentos consistentes.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R$1.457.337 (R$1.290.887 em 31 de dezembro de 2013), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$195.470 (R$146.057 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira, a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$126.893 (R$108.893 em 31 de dezembro de 2013). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação a aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R$59.081, em 31 de dezembro de 2014. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$189.671 (R$142.496 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R$233.812 (R$182.451 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação .

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores e as probabilidades de riscos dos pedidos requeridos na ação para R$253.706 para perda possível e R$807.356 para perda remota, totalizando R$1.061.062 (R$1.800.804 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos, o que ensejará prova pericial para corroborar tais argumentos.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Itutinga, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras, Peti e Salto Grande, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R$76.844 (R$107.697 em 31 de dezembro de 2013).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R$23.864.

<u>Outros Passivos Contingentes</u>

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$327.530 e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Quebra de Contrato

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R$183.257 (R$155.150 em 31 de dezembro de 2013) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$25.311.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R$39.325 e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2014, o Capital Social da Companhia é de R$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R$5,00, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 2014					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	51	-	-	214.414.739	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	79.001.657	9	79.058.360	7
AGC Energia S.A.	138.700.848	33	42.671.763	5	181.372.611	15
Outros						
No País	57.399.306	14	129.586.308	16	186.985.614	14
No Exterior	10.193.112	2	586.817.218	70	597.010.330	47
Total	**420.764.708**	**100**	**838.076.946**	**100**	**1.258.841.654**	**100**

Acionistas	Quantidade de Ações em 2013					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	51	65.965.387	8	280.380.126	22
Outras Entidades do Estado	56.703	-	13.036.270	2	13.092.973	1
AGC Energia S.A.	138.700.848	33	42.671.763	5	181.372.611	15
Outros						
No País	55.080.872	13	209.157.483	25	264.238.355	21
No Exterior	12.511.546	3	507.246.043	60	519.757.589	41
Total	**420.764.708**	**100**	**838.076.946**	**100**	**1.258.841.654**	**100**

Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação, considerando a emissão das novas ações é como segue:

Quantidade de ações	2014	2013
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	1.258.841.654
Ações em Tesouraria	(560.718)	(536.655)
Total	**1.258.280.936**	**1.258.304.999**

A Companhia não possui instrumentos dilutivos e cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados.

Dessa forma, o cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	2014	2013
Lucro Líquido (A)	3.136.639	3.103.855
Total de ações (B)	1.258.280.936	1.258.304.999
Lucro básico e diluído por ação (A/B) (R$)	**2,49**	**2,47**

Acordo de Acionistas

Em 01 de agosto de 2011, o Governo do Estado de Minas Gerais assinou com a AGC Energia S.A. um Acordo de Acionistas, com interveniência e anuência do BNDES Participações S.A. com vigência de quinze anos. O acordo mantém o Estado de Minas Gerais como controlador hegemônico, isolado e soberano da Companhia e atribui à AGC Energia algumas prerrogativas com a finalidade de contribuir para a continuidade do crescimento sustentável da Companhia, dentre outras disposições.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Capital e Ações em Tesouraria	2014	2013
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.132)
	1.924.503	**1.924.733**

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

Reservas de Lucros	2014	2013
Reserva Legal	853.018	853.018
Reserva Estatutária	57.214	2.861.214
Reserva de Retenção de Lucros	1.654.566	71.122
Reserva de Incentivos Fiscais	29.070	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	54.528
	2.593.868	**3.839.882**

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2014 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos previstos para o exercício de 2015. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Reserva de Incentivos Fiscais

A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor do incentivo registrado foi de R$29.070.

(c) Dividendos

Dividendos ordinários

Do Lucro Líquido do Exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do Patrimônio Líquido das ações.

As ações do Capital Social da Cemig, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a Cemig não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido é suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então os dividendos por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia distribuiu dividendos iguais por ação para todos os períodos apresentados. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2014 está demonstrado a seguir:

Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	Controladora 2014	Controladora 2013
Valor Nominal das Ações Preferenciais	4.190.385	4.190.385
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	419.039	419.039
Valor do Patrimônio Líquido	11.280.911	12.638.357
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (liquido de ações em tesouraria)	66,58%	66,58%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	7.510.831	8.414.618
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	225.325	252.439
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	419.039	419.039
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	3.136.639	3.103.855
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	1.568.320	1.551.928
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os Juros sobre o Capital Próprio	26.313	49.146
	1.594.633	1.601.074
Dividendos Propostos		
Juros sobre o Capital Próprio	230.000	533.149
Dividendos ordinários	567.317	1.067.925
	797.317	1.601.074
Dividendos adicionais propostos	-	54.528
Total de Dividendos (líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio)	797.317	1.655.602
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	530.854	1.069.273
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	266.463	537.183
Dividendos por valor unitário – R$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,50	0,50
Dividendo Obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	1,27	1,27
Dividendos Propostos	0,63	1,32

A Companhia declarou em dezembro de 2014 o pagamento de Juros sobre capital próprio, os quais serão considerados e compensados no cálculo do dividendo obrigatório de 2014, no montante de R$230.000, o que corresponde a R$0,18 por ação, sendo apurado um benefício fiscal de R$78.200.

Destinação do Resultado de 2014 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração delibera encaminhar à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 30 de abril de 2015, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2014, no montante de R$3.136.639 mil e do saldo de Lucros Acumulados de R$70.508 mil:

- R$797.317 mil sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, conforme segue:
  - R$230.000 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2015 e a segunda até 30 de dezembro de 2015, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26-12-2014;
  - R$567.317 mil na forma de dividendos de 2014, a serem pagos até 30 de dezembro de 2015, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- R$797.316 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Dividendos obrigatórios não distribuídos para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir;
- R$1.583.443 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2015, conforme orçamento de capital;
- R$29.070 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2014 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

Dividendos Extraordinários

O Estatuto Social da Cemig estabelece que, sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros específica para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de junho de 2014, deliberou pagar dividendos extraordinários no montante de R$1.704.000, o que corresponde a R$ 1,35 por ação.

O pagamento dos dividendos foi realizado em duas parcelas, R$1.100.000, correspondente a R$ 0,87 por ação, pagos em julho de 2014, e R$604.000, correspondente a R$ 0,48 por ação, pagos em setembro de 2014.

Em reunião realizada em 07 de novembro de 2014, O Conselho de Administração, , deliberou pagar dividendos extraordinários no montante de R$1.100.000, o que corresponde a R$ 0,87 por ação.

(d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	2014	2013
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(14.223)	(6.154)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	779.739	850.247
Ajustes de Conversão de Balanço	26.706	17.498
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(324.300)	(281.770)
Instrumentos Financeiros de Hegde de Fluxo de Caixa	410	(287)
	482.555	585.688
Ajustes de Avaliação Patrimonial	**468.332**	**579.534**

Os Ajustes de Conversão referem-se à diferença cambial apurada na conversão das Demonstrações Financeiras da Transchile com base nas taxas de final de exercício para ativos e passivos, registrada diretamente nessa conta de Patrimônio Líquido citada.

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se a nova avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

24. RECEITA

	Consolidado	
	2014	2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	17.232.105	14.741.288
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	854.945	1.007.802
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	1.106.675	-
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	556.633	404.040
Receita de Construção de Transmissão (e)	80.358	91.176
Receita de Indenização de Transmissão (f)	420.013	20.673
Receita de Construção de Distribuição (e)	861.437	883.801
Transações com energia na CCEE (g)	2.348.483	1.193.262
Outras Receitas Operacionais (h)	1.704.609	1.047.583
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (i)	(5.625.680)	(4.762.345)
Receita Operacional Líquida	**19.539.578**	**14.627.280**

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R$	
	2014	2013	2014	2013
Residencial	10.013.757	9.473.426	5.183.149	4.517.613
Industrial	26.025.584	23.451.590	4.793.414	4.023.309
Comércio, Serviços e Outros	6.395.473	6.035.454	2.785.659	2.354.195
Rural	3.390.096	3.028.459	908.436	740.809
Poder Público	891.454	860.709	381.144	328.240
Iluminação Pública	1.298.047	1.267.202	357.892	310.770
Serviço Público	1.272.365	1.241.897	368.136	319.661
Subtotal	**49.286.776**	**45.358.737**	**14.777.830**	**12.594.597**
Consumo Próprio	37.590	35.162	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	144.162	2.670
	49.324.366	**45.393.899**	**14.921.992**	**12.597.267**
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	14.146.109	16.127.376	2.251.431	2.127.114
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	58.682	16.907
Total	**63.470.475**	**61.521.275**	**17.232.105**	**14.741.288**

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de "livres", com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição ("TUSD") desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

As receitas decorrentes das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros foram reconhecidas a partir dos aditamentos dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, realizados em 10 de dezembro de 2014. Devido ao reconhecimento de forma prospectiva, conforme Orientação Técnica OCPC 08, os montantes reconhecidos inicialmente decorrem de saldos constituídos no último reajuste tarifário e ainda não amortizados, bem como das constituições realizadas no período corrente a serem homologadas no próximo reajuste tarifário.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão é composta da seguinte forma:

- Receita de Concessão de Transmissão, que inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão;

- Receita de Sistema de Conexão de Geração, decorrente dos ativos de transmissão pertencentes às unidades geradoras.

e) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Em determinados projetos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação.

f) Receita de Indenização da Transmissão

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R$63.315, referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado.

Em dezembro de 2014, a Companhia registrou no resultado de 2014 a diferença entre o valor do Laudo preliminarmente fiscalizado pela Aneel, que corresponde a uma indenização de R$953.601 (líquido dos R$285.438 já recebidos) em relação ao valor contábil de R$596.903, o que correspondeu a uma receita de R$356.698 mil. Maiores informações na Nota Explicativa nº 13.

g) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

h) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2014	2013
Fornecimento de Gás	422.379	-
Serviço Taxado	11.136	9.793
Serviço de Telecomunicações	134.672	126.638
Prestações de Serviços	117.767	122.570
Subvenções (*)	790.011	672.562
Aluguel e Arrendamento	80.707	57.395
Outras	147.937	58.625
	1.704.609	**1.047.583**

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

i) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2014	2013
Tributos sobre a Receita		
ICMS	3.198.088	2.780.450
COFINS	1.627.642	1.300.636
PIS-PASEP	353.333	282.356
Outros	5.710	4.785
	5.184.773	4.368.227
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	38.563	69.651
Programa de Eficiência Energética – PEE	46.922	39.817
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	211.132	131.987
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	25.487
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	48.506	40.656
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	48.363	33.003
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	24.249	18.287
Encargos do Consumidor - PROINFA	28.786	27.000
Adicional 0,30% Lei 12.111/09 (Recuperação de despesas) (1)	(5.614)	8.230
	440.907	394.118
	5.625.680	**4.762.345**

(1) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no primeiro trimestre de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente.

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Pessoal (a)	1.252.458	1.284.082	30.314	52.612
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	249.369	221.399	8.893	13.486
Obrigações Pós-Emprego	211.916	175.407	11.068	16.758
Materiais	98.660	67.298	472	494
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	282.447	55.597	-	-
Serviços de Terceiros (b)	953.033	916.990	18.814	17.586
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	7.428.381	5.207.283	-	-
Depreciação e Amortização	800.918	823.668	522	491
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	127.200	130.895	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	580.720	305.239	190.000	(27.866)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	744.431	575.050	-	-
Gás Comprado para Revenda	254.488	-	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	941.795	974.977	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	524.793	494.071	25.324	37.261
	14.450.609	**11.231.956**	**285.407**	**110.822**

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Remunerações e Encargos	1.098.265	1.038.555	40.198	41.531
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	80.132	77.058	4.858	5.210
Benefícios Assistenciais	143.708	140.291	3.219	3.980
	1.322.105	1.255.904	48.275	50.721
Provisão de Programa de Desligamento Voluntário de Empregados	3.871	78.034	247	3.168
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(73.518)	(49.856)	(18.208)	(1.277)
	(69.647)	28.178	(17.961)	1.891
	1.252.458	**1.284.082**	**30.314**	**52.612**

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	183.727	183.134	-	-
Comunicação	66.950	63.385	715	775
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	230.152	207.756	41	93
Conservação e Limpeza de Prédios	91.267	86.909	187	395
Mão de Obra Contratada	6.932	16.974	-	21
Fretes e Passagens	10.948	8.001	2.070	1.979
Hospedagem e Alimentação	18.212	14.693	489	412
Vigilância	26.233	22.631	-	-
Consultoria	23.944	20.944	5.805	3.707
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	36.571	37.883	582	4.901
Manutenção e Conservação de Veículos	11.800	9.426	43	26
Corte e Religação	19.277	17.325	-	-
Meio Ambiente	28.648	27.294	-	-
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	30.858	32.359	5.814	2.381
Poda de Árvores	22.890	23.748	-	-
Limpeza de Faixa	28.735	31.754	-	-
Reprografia e Publicações Legais	8.768	9.170	492	505
Inspeção de Unidades Consumidoras	4.365	5.232	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	5.110	6.507	-	-
Manutenção de Aeronaves	438	940	19	903
Outras Despesas	97.208	90.925	2.557	1.488
	953.033	**916.990**	**18.814**	**17.586**

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2014	2013
Energia de Itaipu Binacional	830.140	1.015.530
Contratos por Cotas de Garantia Física	220.585	226.140
Cotas das Usinas de Angra I e II	179.395	160.413
Energia de curto prazo	1.263.281	303.564
PROINFA	261.782	255.535
Contratos Bilaterais	380.328	333.451
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	3.241.522	2.121.040
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.762.132	1.285.471
Créditos de PASEP-COFINS	(710.784)	(493.861)
	7.428.381	**5.207.283**

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	128.459	121.005	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	242.107	171.181	24.736	5.969
Cíveis	6.053	(15.534)	(8.554)	(6.877)
Tributárias	12.572	(5.380)	4.332	(21.138)
Ambientais	36	(4.197)	37	(708)
Regulatórias	(14.431)	16.287	2.683	(3.468)
Outras	11.095	21.877	965	(1.644)
	257.432	**184.234**	**24.199**	**(27.866)**
Provisão para Perdas de Investimentos				
Opção de venda Parati (Nota 14)	165.801	-	165.801	-
Opção de venda SAAG (Nota 14)	29.028	-	-	-
	580.720	**305.239**	**190.000**	**(27.866)**

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	2014	2013
Pessoal e Administradores	60.220	51.738
Materiais	414.647	387.345
Serviços de Terceiros	384.706	460.590
Outros	82.222	75.304
	941.795	**974.977**

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Arrendamentos e Aluguéis	112.358	104.091	377	4.948
Propaganda e Publicidade	18.749	43.044	1.300	1.532
Consumo Próprio de Energia Elétrica	16.654	12.901	-	-
Subvenções e Doações	49.929	40.283	2.003	2.414
Taxa de Fiscalização da ANEEL	36.476	39.494	-	-
Concessão Onerosa	22.855	21.802	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	106.871	85.143	265	200
Seguros	8.627	8.159	3.276	2.809
Anuidade CCEE	7.167	8.170	2	3
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	99.913	83.405	32	1
FORLUZ – Custeio Administrativo	22.162	22.304	1.089	1.096
Apoio e Patrocínios	6.140	8.368	327	570
Direito de Propriedade ou de Uso	5.028	4.835	-	-
Indenizações Processuais	1.323	4.081	-	-
Despesa de O&M (*)	7.865	-	-	-
Outras Despesas	2.676	7.991	16.653	23.688
	524.793	**494.071**	**25.324**	**37.261**

(*) Despesa decorrente de consolidação da Gasmig a partir de outubro de 2014.

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	298.175	299.757	53.665	89.733
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	166.245	158.762	-	-
Variações Cambiais	15.121	16.568	7	1
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(37.563)	80.556	(37.563)	(46.227)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	1.685	-	-
Variação Monetária	53.043	-	13.022	-
Variação Monetária de Depósito Judicial	-	209.433	-	3.501
Atualização Monetária da CRC	-	43.547	-	43.547
Atualização Ativo Financeiro	58.184	4.875	-	-
Multas Contratuais	9.711	18.725	-	
Outras	29.768	51.595	8.230	7.804
	592.684	**885.503**	**37.361**	**98.359**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(930.855)	(697.827)	-	(21.460)
Variações Cambiais	(26.320)	(44.690)	(60)	(9)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(270.987)	(235.316)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(17.131)	(24.571)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(98.994)	(93.768)	(4.871)	(4.613)
Variação Monetária – AFAC Governo do Estado de Minas Gerais	(239.445)	-	(239.445)	
Outras	(109.940)	(97.806)	(542)	(2.330)
	(1.693.672)	**(1.193.978)**	**(244.918)**	**(28.412)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(1.100.988)**	**(308.475)**	**(207.557)**	**69.947**

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

A Cemig discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para suas subsidiárias, sendo que, para a Cemig D, foi em um percentual de 51,93% e Cemig GT 48,07% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União, o que representou um ganho para a Companhia, em 2013, de R$313.100, sendo reconhecido no resultado financeiro daquele ano o valor de R$127.429 como reversão de PASEP e COFINS e R$185.671 milhões como receita de variação monetária.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (3)	2.577	20.695	-	-	105.273	87.694	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	1.187	1.016	-	-	(659)	(743)
Não Circulante								
Financiamentos – BDMG	-	-	12.610	7.365	-	-	-	-
Debêntures (4)	-	-	-	59.352	-	-	(30.201)	(6.595)
Controlada em conjunto								
Light Ger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	-	-	-	-	(10.415)	(9.682)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	4.126	3.253	-	-	(33.009)	(29.005)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	489	331	-	-	(5.993)	(5.591)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	20.183	5.968	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	783	634	-	-	(6.087)	(5.429)
Cia Centroeste de Minas								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	63	-	-	-	(514)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.964	930	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	2.220	-	-	-	(123.818)	-
Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.993	2.014	-	-	-	-	-	-
Parati								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	8.038	-	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	230	530	153	1.139	8.731	19.512	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	41.099	-	-	-	-	-	-	-
Axxiom Soluções Tecnológicas								
Circulante								
Prestação de serviços (2)	-	-	1.553	-	-	-	(8.433)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	225	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (5)	-	-	64.874	57.437	-	-	(98.994)	(101.346)
Despesa com pessoal (6)	-	-	-	-	-		(80.132)	(77.058)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(22.160)	(22.302)
Arrendamento Operacional (8)	-	-	1.434	1.404	-	-	(17.286)	(16.684)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (5)	-	-	734.614	750.302	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	74.497	67.775	-	-	(135.232)	(91.467)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	1.077.634	972.622	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
(2) Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;
(3) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
(4) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Os contratos foram ajustados a valor presente, conforme CPC 12 (vide Nota Explicativa nº 19);
(5) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 21) e serão amortizados até o exercício de 2024;
(6) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 25) em conformidade ao regulamento do Fundo;
(7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(8) Aluguel do edifício sede;
(9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 8, 17 e 24.

Aquisição facultativa de debêntures com o Estado de Minas Gerais

Em 30 de dezembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão, realizou a aquisição facultativa da totalidade das debêntures subscritas pelo Estado de Minas Gerais, emitidas para a construção e implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Irapé. Mais detalhes disponíveis na Nota Explicativa nº 19.

Aumento de participação em investimento

Foi alienada pela Andrade Gutierrez Participações S.A. a participação de 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. para um fundo de investimento em participações do qual a Cemig GT é investidora. Mais detalhes disponíveis na Nota Explicativa nº 14.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	2014	Vencimento
Light / Norte Energia S.A.	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia S.A.	Coligada	Fiança	Financiamento	1.138.219	2042
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	988.412	2034
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	316.528	2037
Guanhães	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	100.534	2014
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	10.294	2023
				3.237.602	

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo – FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2014, proporcional a participação detida pelas empresas no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação do grupo Cemig no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2014, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig Controladora 3,41%	Cemig GT 44,89%	Cemig D 7,08%	Demais empresas controladas 15,33% *
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	379	4.978	785	1.700
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	1.709	22.463	3.543	7.670
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	364	4.791	756	1.636
Cemig GT	NP	106,85% do CDI	22/06/2015	724	9.519	1.501	3.250
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	345	4.533	715	1.548
Cemig Telecom	NP	110,40% do CDI	14/12/2015	171	2.252	355	769
				3.692	**48.536**	**7.655**	**16.573**

(*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente registrados e custeados pela controladora e estão demonstrados na tabela abaixo.

	2014	2013
Remuneração	9.126	8.692
Participação nos Resultados	2.568	2.450
Benefícios Pós Emprego	993	930
Benefícios Assistenciais	270	129
Total	**12.957**	**12.201**

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Investimentos em Infraestrutura, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos incialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Depósitos Vinculados a Litígios e Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13 (Medida Provisória 579) e os Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários e Opções de Venda. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;

- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós-emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 1,70%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,96%, CDI + 0,69% a 1,70%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Bancos	88.767	88.767	74.713	74.713
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	798.376	798.376	2.127.114	2.127.114
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.344.578	2.344.578	2.092.038	2.092.038
Concessionários – Transporte de Energia	253.743	253.743	248.808	248.808
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão	1.272.986	1.272.986	779.135	779.135
Reembolso Subsídios Tarifários e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	344.896	344.896	174.613	174.613
Depósitos Vinculados a Litígios	1.534.805	1.534.805	1.180.274	1.180.274
Ativo Financeiro de Distribuição - CVA e Outros Componentes Financeiros	1.106.675	1.106.675	-	-
Fundos Vinculados	1.110	1.110	1.877	1.877
	7.745.936	**7.745.936**	**6.678.572**	**6.678.572**
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	5.943.682	5.943.682	5.063.802	5.063.802
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	110.629	109.621	385.582	384.755
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	900.643	900.643	637.712	637.712
Passivos financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Opções de venda	194.829	194.829	-	-
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.603.716	1.603.716	1.066.358	1.066.358
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13.508.738	13.240.742	9.457.364	9.620.195
Concessões a Pagar	178.537	223.220	172.395	267.000
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	799.487	799.487	807.739	807.739
	16.090.478	**16.867.165**	**11.503.856**	**11.761.292**

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção *(hedge)* aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2014		2013	
	Moeda Estrangeira	R$	Moeda Estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	9.244	24.555	16.975	39.765
Fornecedores (Itaipu Binacional)	57.433	148.864	76.982	179.924
	66.677	173.419	93.957	219.689
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 19)	4.581	14.782	1.974	6.384
Passivo Líquido Exposto		**188.201**		**226.073**

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2015 será uma valorização de 12,95% para o dólar (R$3,00) e uma valorização de 2,26% para o Euro (R$3,30). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2014	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	24.555	27.734	34.668	41.601
Fornecedores (Itaipu Binacional)	148.864	168.137	210.171	252.206
	173.419	195.871	244.839	293.807
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	14.782	15.116	18.895	22.675
Passivo Líquido Exposto	**188.201**	**210.987**	**263.734**	**316.482**
Efeito Líquido da Variação Cambial		**22.787**	**75.534**	**128.282**

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R$48.717 (R$50.511, em 31 de dezembro de 2013).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	2014	2013
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (Nota 6)	798.376	2.127.114
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	1.011.272	1.023.294
Fundos Vinculados	1.110	1.877
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC * *(nota 13)*	1.106.675	-
	2.917.433	3.152.285
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 19)	(8.633.982)	(3.944.258)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 19)	(318.537)	(141.741)
	(8.952.519)	(4.085.999)
Passivo Líquido Exposto	**(6.035.086)**	**(933.714)**

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que , em um cenário provável em 31 de dezembro de 2015, as taxas SELIC e TJLP serão de 13,25% e 6,50%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2014	31 de dezembro de 2015		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 13,25% TJLP 6,50%	Cenário Possível SELIC 16,56% TJLP 8,13%	Cenário Remoto SELIC 19,88% TJLP 9,75%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 6)	798.376	904.161	930.587	957.093
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	1.011.272	1.145.266	1.178.739	1.212.313
Fundos Vinculados	1.110	1.257	1.294	1.331
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	1.106.675	1.253.309	1.289.940	1.326.682
	2.917.433	3.303.993	3.400.560	3.497.419
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 19)	(8.633.982)	(9.777.985)	(10.063.769)	(10.350.418)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 19)	(318.537)	(339.242)	(344.434)	(349.594)
	(8.952.519)	(10.117.227)	(10.408.203)	(10.700.012)
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	**(6.035.086)**	**(6.813.234)**	**(7.007.643)**	**(7.202.593)**
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		**(778.148)**	**(972.557)**	**(1.167.507)**

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações em 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2014	2013
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 13)*	5.369.722	5.597.390
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(4.257.601)	(4.500.896)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 19)	-	(483.524)
	(4.257.601)	(4.984.420)
Ativo Líquido Exposto	**1.112.121**	**612.970**

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2015, a taxa IPCA será de 7,83%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2014	31 de dezembro de 2015		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 7,83% IGP-M 6,16%	Cenário Possível IPCA 9,79% IGP-M 7,70%	Cenário Remoto IPCA 11,75% IGP-M 9,24%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 14)	5.369.722	5.700.497	5.783.191	5.865.884
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(4.257.601)	(4.590.971)	(4.674.420)	(4.757.869)
Ativo Líquido Exposto	**1.112.121**	**1.109.526**	**1.108.771**	**1.108.015**
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		**(2.595)**	**(3.350)**	**(4.106)**

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já consumado pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março/15.

Na data base destas demonstrações financeiras, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1. O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	807.963	1.936.421	3.030.095	8.675.490	3.093.562	17.543.531
Concessões a pagar	1.863	5.499	13.191	76.772	139.828	237.153
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	9.226	28.136	76.924	665.625	560.186	1.340.097
	819.052	**1.970.056**	**3.120.210**	**9.417.887**	**3.793.576**	**19.120.781**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.499.225	104.491	-	-	-	1.603.716
	2.318.277	**2.074.547**	**3.120.210**	**9.417.887**	**3.793.576**	**20.724.497**

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	454	1.384	3.785	32.749	27.561	65.933
	454	**1.384**	**3.785**	**32.749**	**27.561**	**65.933**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	5.766	-	-	-	-	5.766
	6.220	**1.384**	**3.785**	**32.749**	**27.561**	**71.699**

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída em 31 de dezembro de 2014, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R$649.850.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Financeiras.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R$1,0 bilhão e R$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R$400 milhões e R$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As controladas Cemig GT e CEMIG D possuem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("covenant"), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento pela garantidora, CEMIG, de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual. O não atendimento destas cláusulas, verificadas anualmente no final do exercício, obrigam a devedora a constituir garantias adicionais, sob pena de ensejar a aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2014, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 31 de dezembro de 2014 é apresentada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Total do Passivo	23.715.051	17.175.785
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(887.143)	(2.201.827)
(-) Fundos Vinculados	(1.110)	(1.877)
Passivo Líquido	**22.826.798**	**14.972.081**
Total do Patrimônio Líquido	**11.284.952**	**12.638.357**
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	**2,02**	**1,18**

29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Valor justo em 31 de dezembro de 2014		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	231.552	-	231.552	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	85.417	85.417		
Letras Financeiras - Bancos	470.167	-	470.167	-
Debêntures	98.319	-	98.319	-
Outros	15.188	-	15.188	-
	900.643	**85.417**	**815.226**	**-**
Fundos Vinculados	1.110	-	1.110	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	5.943.682	-	-	5.943.682
	6.845.435	**85.417**	**816.336**	**5.943.682**
Passivos				
Opções de venda	(194.829)	-	-	(194.829)
	6.650.606	**85.417**	**816.336**	**6.138.511**

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Valor justo em 31 de dezembro de 2013		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	117.333	-	117.333	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	37.758	37.758	-	-
Letras Financeiras - Bancos	354.857	-	354.857	-
Debêntures	106.848	-	106.848	-
Outros	20.915	-	20.915	-
	637.711	37.758	599.953	-
Fundos Vinculados	1.877	-	1.877	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	5.558.708	-	-	5.558.708
	6.198.296	**37.758**	**601.830**	**5.558.708**

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções da Light e SAAG, utilizando-se das informações mais atualizadas referentes ao plano de negócios das Companhias. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis. Os saldos foram integralmente constituídos em 2014.

30. SEGUROS

A Cemig e suas controladas mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo (item referente a apólice da Cemig H), levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (**)	Prêmio Anual (**)
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2014 a 29/04/2015	US$7.465 US$14.000	US$129
Almoxarifados		02/10/2014 a 02/10/2015	R$14.164	R$23
Instalações prediais (1)	Incêndio	08/01/2015 a 08/01/2017	R$354.257	R$84
Equipamentos de telecomunicações (2)	Incêndio	08/01/2015 a 08/01/2016	R$11.514	R$5
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência acima de R$1.500 mil (3)	Total	07/12/2014 a 07/12/2015	R$1.318.095	R$1.645
Cemig Distribuição				
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2014 a 29/04/2015	US$ 4.824 US$ 14.000	US$ 72
Almoxarifados		02/10/2014 a 02/10/2015	R$ 93.239	R$ 148
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2015 a 08/01/2017	R$ 540.809	R$ 120
Equipamentos de telecomunicações		08/01/2015 a 08/01/2016	R$ 15.958	R$ 7
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R$1.500 mil (4)	Total	07/12/2014 a 07/12/2015	R$ 662.472	R$ 827
Gasmig				
Rede de Distribuição de Gás/Terceiros	Responsabilidade Civil	15/12/2014 a 15/12/2015	R$ 60.000	R$ 472
Automotivo Frota Própria	Cobertura Apenas de Danos a Terceiros	07/07/2014 a 07/07/2015	R$ 500	R$ 10
Multirrisco Instalações (5)	Roubo, Furto e Incêndios	01/01/2014 a 01/01/2015	R$ 33.868	R$ 21

(**) Valores expressos em R$ Mil ou US$ Mil.

(1) A nova vigência é de 08 de janeiro de 2015 a 08 de janeiro de 2017.
(2) A nova vigência é de 08 de janeiro de 2015 a 08 de janeiro de 2016.
(3) O limite máximo de indenização (LMI) é de R$200.101 mil.
(4) O limite máximo de indenização (LMI) é de R$200.101 mil.
(5) A Apólice do Seguro Multirrisco Instalações com vigência até o dia 01/01/2015 foi renovada para data de vigência em 01/01/2015 a 01/01/2016, no valor de R$36.020.420,66 de importância segurada e de R$22.428,46 de prêmio anual.

A Cemig não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Cemig não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	5.290.655	2.138.523	1.700.682	1.324.324	566.856	2.487.698	**13.508.738**
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.285.538	1.295.578	1.392.447	1.338.687	1.282.997	41.416.452	48.011.699
Compra de Energia - Leilão	4.031.021	4.167.887	3.950.974	4.186.447	5.295.321	112.767.816	134.399.466
Compra de Energia - Bilaterais	308.810	266.849	274.752	288.092	301.982	1.995.950	3.436.435
Cotas Usinas Angra 1 e Angra 2	179.957	190.722	201.221	211.631	213.709	9.691.653	10.688.893
Cotas de Garantias Físicas	545.738	233.903	179.567	234.668	212.380	9.856.958	11.263.214
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	27.922	28.514	29.965	31.452	33.012	1.537.639	1.688.504
Outros contratos de compra de energia	2.720.771	2.389.386	2.916.368	3.015.725	2.748.613	43.338.162	57.129.025
Compra de gás para revenda	891.583	938.504	980.298	1.108.934	1.108.934	11.459.996	16.488.249
Concessão Onerosa	22.013	16.920	15.076	13.428	11.963	99.137	178.537
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	64.874	68.766	72.892	77.266	81.902	433.788	799.488
Arrendamentos Operacionais	63.528	19.393	20.446	21.444	3.602	-	128.413
Total	**15.432.410**	**11.754.945**	**11.734.688**	**11.852.098**	**11.861.271**	**235.085.249**	**297.720.661**

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	2014	2013
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	843.241	267.388
Encargos financeiros capitalizados	69.828	40.136
Receitas referentes à construção de ativos próprios	941.795	974.977
	1.854.864	**1.282.501**

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conclusão da constituição da Aliança Geração de Energia

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de associação entre a Vale S.A. (Vale) e Cemig GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança), das participações societárias detidas por Vale e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I, Capim Branco II, Aimorés e Candonga. A Aliança passa a possuir a capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração.

Com a constituição da Aliança, Vale e Cemig GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total. A conclusão da transação não implica nenhum desembolso financeiro e foi executada com o aporte de ativos.

A associação entre Vale e Cemig GT, com a conclusão da aquisição dos 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S/A, detentora da participação de 9% da Norte Energia S/A., pertencentes à Vale, fica ainda sob a condição resolutiva de ocorrer até 19 de junho de 2015. Caso a operação não ocorra até esta data, a Vale, a seu critério, poderá requerer o desfazimento da associação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias datado de 19 de junho de 2015.

Reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig D

Em 27 de fevereiro de 2015 a ANEEL divulgou as tarifas da Cemig D a serem faturadas a partir de 02 de março de 2015, relativas ao Reajuste Tarifário Extraordinário. Este reajuste cobre os custos relativos à: (i) aumento da cota de CDE; (ii) aumento dos custos com a compra de energia em função do reajuste da tarifa de Itaipu; (iii) resultado do 14º leilão de energia existente e do 18º leilão de ajuste; e (iv) custos com a exposição involuntária ao mercado de curto prazo. O impacto médio a ser percebido pelos clientes da Cemig D é de 28,76%.

Com relação às Bandeiras Tarifárias, foi homologado o valor de R$2,50 para a Bandeira Amarela e o valor de R$5,50 para a Bandeira Vermelha, ambos para cada 100 kWh consumidos. Tais valores irão cobrir o aumento dos custos devido a condições menos favoráveis de geração de energia, em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que torna necessária a geração de energia por fonte termelétrica e gera exposições ao mercado de curto prazo.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) na Cemig D

No dia 11 de março de 2015 o Conselho de Administração da CEMIG deliberou autorizar a transferência à CEMIG D, de até R$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), bem como encaminhar a proposta à Assembleia Geral Extraordinária, para que a declaração do voto do representante da CEMIG na AGE da CEMIG D seja favorável à aprovação do aumento do capital social da CEMIG D e para que seja feita a alteração do Estatuto Social desta companhia para refletir o aludido aumento de capital.

O capital da CEMIG D passará de R$2.261.998 para R$2.361.998, através da emissão de 97.116 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R$1,0297 cada, a serem subscritas e integralizadas pela CEMIG através do AFAC.

O preço de emissão foi fixado pelo valor do patrimônio líquido da ação. A quantidade total de ações passará de 2.261.998 para 2.359.113 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

* * * * * * * * * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Mauro Borges Lemos
Diretor-Presidente

Mateus de Moura Lima Gomes
Diretor Vice-Presidente

Fabiano Maia Pereira
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Márcio Lúcio Serrano
Diretor de Gestão Empresarial

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Comercial

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Raul Lycurgo Leite
Diretora Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Paraíba, 1122
20º e 21º andares
30130-141 - Belo Horizonte - MG
Brasil

Tel: +55 (31) 3269-7400
Fax: +55 (31) 3269-7470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfases

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 15 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara ("UHE Jaguara") e São Simão ("UHE São Simão") tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A controlada direta Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça ("STJ") em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguara e UHE São Simão, respectivamente. A referidas liminares asseguram que a Cemig GT permanecerá no controle da UHE Jaguara e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedido, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. Com base nos termos das liminares anteriormente mencionadas, a Cemig GT vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguara, e passará, a partir de janeiro de 2015, a registrar as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE São Simão em suas demonstrações financeiras, considerando que permanece no controle das referidas usinas. As presentes decisões têm caráter preliminar não representando, ainda, as decisões do mérito das ações propostas que deverão ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Renovação das concessões de distribuição

Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, a controlada direta Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D") detém concessões para exploração de atividades de distribuição de energia elétrica nas regiões norte, sul, leste e oeste do estado de Minas Gerais com vencimentos determinados para fevereiro de 2016. Em 15 de outubro de 2012, a Cemig D encaminhou para a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") a sua manifestação de interesse na prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica anteriormente mencionados. Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL enviou para a Cemig D um ofício circular informando que está analisando o requerimento de prorrogação das concessões, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração. A prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras da Cemig D e consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, as quais contemplam a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

© 2015 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 26 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 T/MG

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2014 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, até 30-04-2015.

Belo Horizonte, 26 de março de 2015.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Bruno Gonçalves Siqueira
Lauro Sander
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Aliomar Silva Lima

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 2808ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 23-03-2015, aprovamos a conclusão, em 23-03-2015, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2014; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2014 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declararamos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 23 de março de 2015.

Mauro Borges Lemos - Diretor Presidente

Matheus de Moura Lima Gomes - Diretor Vice-Presidente

Fernando Henrique Schüffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Márcio Lúcio Serrano - Diretor de Gestão Empresarial

Eduardo Lima Andrade Ferreira - Diretor de Gás

Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização

Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Comercial

Fabiano Maia Pereira - Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão

Luiz Fernando Rolla - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CEMIG
Companhia Energética de Minas Gerais

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 2808ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 23-03-2015, aprovamos a conclusão, em 23-03-2015, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2014; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2014 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declararamos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 23 de março de 2015.

Mauro Borges Lemos - Diretor Presidente

Mateus de Moura Lima Gomes - Diretor Vice-Presidente

Fernando Henrique Schüffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Márcio Lúcio Serrano - Diretor de Gestão Empresarial

Eduardo Lima Andrade Ferreira - Diretor de Gás

Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização

Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Comercial

Fabiano Maia Pereira - Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão

Luiz Fernando Rolla - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico